



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

---

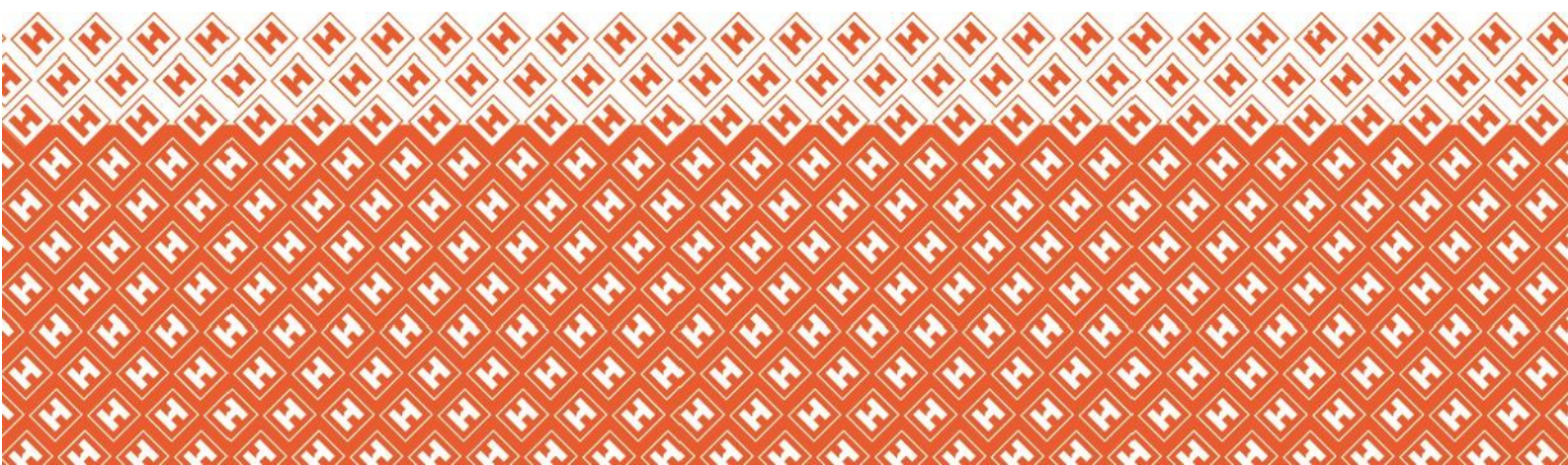
JOSÉ FERREIRA JÚNIOR

**LAMPIÃO, UM “DESCONHECIDO” EM SEU LUGAR DE ORIGEM:  
A INVISIBILIDADE HISTÓRICA LAMPIÔNICA NO ENSINO DE HISTÓRIA EM  
ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, EM SERRA TALHADA – PE**



**Universidade Regional do Cariri - URCA**

Agosto / 2021



JOSÉ FERREIRA JÚNIOR

**LAMPIÃO, UM “DESCONHECIDO” EM SEU LUGAR DE ORIGEM:  
A INVISIBILIDADE HISTÓRICA LAMPIÔNICA NO ENSINO DE HISTÓRIA EM  
ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, EM SERRA TALHADA – PE**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Regional do Cariri com parte da obtenção do título de mestre.

Área de concentração: História/Ensino de História

Orientador: Prof. Dr. Darlan de Oliveira Reis Junior

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri – URCA  
Bibliotecária: Ana Paula Saraiva de Sousa CRB: 3/1000

Ferreira Júnior, José.

F3831 Lampião, um “desconhecido” em seu lugar de origem: a invisibilidade histórica lampiônica no ensino de história em escolas públicas de ensino fundamental, em Serra Talhada – PE/ José Ferreira Júnior. – Crato - CE, 2021

140p.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Universidade Regional do Cariri – URCA.

Orientador: Prof. Dr. Darlan de Oliveira Reis Junior.

1. Ensino de história, 2. Lampião, 3. Invisibilidade, 4. Literatura de Cordel; I. Título.

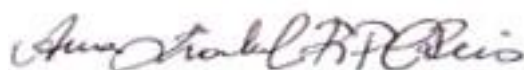
CDD: 907

JOSÉ FERREIRA JÚNIOR

**LAMPIÃO, UM “DESCONHECIDO” EM SEU LUGAR DE ORIGEM:  
A INVISIBILIDADE HISTÓRICA LAMPIÔNICA NO ENSINO DE HISTÓRIA EM  
ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, EM SERRA TALHADA – PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História-  
PROFHISTÓRIA da Universidade Regional do Cariri-URCA para obtenção do título de  
Mestre em História em: 29 / 08 /2021

BANCA EXAMINADORA



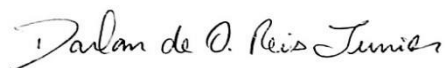
---

Avaliador 1 (membro interno): Prof. Dra. Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis –  
Universidade Regional do Cariri – URCA.



---

Avaliador 2 (membro externo): Prof. Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos – Universidade  
Federal de Campina Grande – UFCG.



---

Orientador: Prof. Dr. Darlan de Oliveira Reis Junior – Universidade Regional do Cariri –  
URCA.

À Janaina, companheira de gozos, de dores e de travessias.

## **AGRADECIMENTOS**

Àquele que É.

Às professoras e professores que fazem o quadro docente do ProfHistória.

À professora Dr<sup>a</sup> Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis, pela presteza, quando coordenadora do ProfHistória.

A meu orientador, prof. Darlan de Oliveira Reis Junior, pela confiança dispensada.

Às minhas colegas e aos meus colegas de caminhada, por terem sido pariceiras e pariceiros.

Do lado esquerdo do meu peito mora algo que o direito desconhece.

(Miró da Muribeca)

## **RESUMO**

O objetivo desta pesquisa foi estabelecer discussão acerca da invisibilidade desfrutada por Lampião no Ensino de História, em escolas da rede municipal de ensino da cidade de Serra Talhada, Pernambuco. Possuindo uma abordagem de cunho qualitativo, problematizou o fato de à pessoa de Lampião, quando da ministração de Ensino de História Local, nenhuma menção ser feita, ficando destinada sua lembrança às apresentações folclóricas promovidas pelas escolas locais. Referente às fontes, foram utilizados bibliografia de autores acadêmicos e não acadêmicos, reportagens de jornais, documentos oficiais e não oficiais. Estabelecido foi o recorte temporal de meados da década mil novecentos e oitenta até aos dias atuais. Enquanto proposição para o Ensino de História Local, referente a Lampião, propôs diálogo entre a História e a Literatura de Cordel, apresentou, como ferramenta didática, cordéis relacionados a Lampião e à sua prática cangaceira.

Palavras – chave: Ensino de História, Lampião, Invisibilidade, Literatura de Cordel



## **ABSTRACT**

The objective of this research was to establish a discussion about the invisibility enjoyed by Lampião in the Teaching of History, in schools of the municipal education network in the city of Serra Talhada, Pernambuco. Possessing a qualitative approach, problematized the fact that the person of Lampião, when teaching Local History, no mention is made, and his memory is reserved for folkloric presentations promoted by local schools. Regarding the sources, bibliography of academic and non-academic authors, newspaper reports, official and unofficial documents were used. The time frame was established according to the decade of the nine hundred and eighties until today. As a proposition for the Teaching of Local History, referring to Lampião, he proposed the dialogue between History and Cordel Literature, presented, as a didactic tool, strings related to Lampião and his cangaceira practice.

Keywords: History Teaching, Lampião;, invisibility; Cordel Literature.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura nº 01: Cidade de Serra Talhada.....	30
Figura nº 02: Lugares de memória lampiônica em Serra Talhada.....	32
Figura nº 03: Anúncio da Primeira Missa do Poeta, em Serra Talhada.....	37
Figura nº 04: Slogan pichado em muro de escola, em Serra Talhada.....	39
Figura nº 05: Carta aberta defendendo a instalação da estátua de Lampião em Serra Talhada.....	40
Figura nº 06: Comprovante de Votação Plebiscito em Serra Talhada.....	44
Figura nº 07: Manchete sobre o resultado do plebiscito em Serra Talhada.....	45
Figura nº 08: Reportagem contendo ameaça à construção da estátua de Lampião.....	46
Figura nº 09: Panfleto de divulgação do Tributo a Virgulino.....	47
Figura nº 10: Grupo de Xaxado Cabras de Lampião no XIV Encontro Nordestino de Xaxado – 2019.....	49
Figura nº 11: Museu do Cangaço em Serra Talhada.....	50
Figura nº 12: Registro de slogan “Serra Talhada, A Capital do Xaxado”.....	51
Figura nº 13: Folhetos de cordel expostos à venda e xilogravura.....	54

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO PRIMEIRO - HISTÓRIA LOCAL: ELEMENTOS NECESSÁRIOS À SUA COMPREENSÃO</b> .....	13
1.1 O (re) surgimento da História Local: o diálogo entre História e Geografia e a valoração do espaço na abordagem historiográfica.....	14
1.2 História Local: considerações teóricas, Embasamento Legal e justificativa para o ensino.....	20
<b>CAPÍTULO SEGUNDO - HISTÓRIA LOCAL EM SERRA TALHADA: INVENÇÃO E CONSTRUÇÃO DA TRADIÇÃO LAMPIÔNICA</b> .....	30
2.1 A invenção da tradição lampiônica: os primórdios.....	33
2.2 Estátua de Lampião em praça da cidade: sim ou não.....	38
<b>CAPÍTULO TERCEIRO - LAMPIÃO NO ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL EM SERRA TALHADA: USO DO CORDEL COMO FERRAMENTA DIDÁTICA</b> .....	53
3.1 O cordel como narrativa histórica.....	53
3.2 O uso do cordel no ensino de história.....	57
3.3 Utilização do cordel como ferramenta didática no Ensino de História Local: a pessoa de Lampião e sua prática cangaceira.....	60
3.3.1 História e Cangaceiro.....	62
3.3.2 Lampião Histórico.....	66
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	88
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	90
<b>APÊNDICE</b>	

## INTRODUÇÃO

O Médio Pajeú pernambucano tem como um dos seus traços identificatórios ser o berço do cangaço lampiônico e lugar de muitas das ações do chamado Rei do Cangaço. No espaço citado encontra-se Serra Talhada, a maior das dezessete cidades que compõe a Microrregião do Pajeú e recorte espacial desta pesquisa<sup>1</sup>. Em Serra Talhada nasceu Virgulino Ferreira da Silva, que entrou para a história, sob a alcunha de Lampião, como o mais célebre dos chefes de cangaceiros, cuja memória tem sido objeto de uso de produtores culturais locais.

Desde meados da década de 1980, na cidade citada, verificam-se ações que visam dar a Lampião ressignificação imagética, com isso promovendo a invenção de uma nova tradição, nos moldes discutidos por Hobsbawm e Ranger (2004), a tradição lampiônica.

Sob o discurso de à cidade promover visibilidade e, conseqüentemente atratividade turística, produtores culturais têm promovido a construção de lugares de memória (Museu do Cangaço, sítio Passagem das Pedras) e a existência de eventos e celebrações relacionados à memória lampiônica, dentre os quais podem ser considerados destaques o Tributo a Virgulino e Celebração do Cangaço; o Encontro Nordeste de Xaxado e O Massacre de Angico – A Morte de Lampião. Este último, teatro ao ar livre, considerado o segundo maior evento desse tipo em Pernambuco.<sup>2</sup>

As ações citadas, que ocorrem de 1984 até os dias de hoje (recorte temporal desta pesquisa), relacionados à memória lampiônica, logram êxito em dar visibilidade à cidade e, para ela, atrair visitantes, o que, dentre outras coisas, promove ocupação de hotéis e pousadas, movimentação em bares e restaurantes e geração de renda para artesãos produtores de peças relacionadas ao cangaço lampiônico (FERREIRA JÚNIOR, 2010).

Todavia, mesmo diante da utilidade da memória lampiônica ao espaço serratalhadense, conforme se explicita acima, não se verifica, no referente à História Local, alusão feita a Lampião, quando do Ensino de História, em escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal, senão a que o trata de maneira folclorizada. Ou seja, não existe na grade curricular do Ensino Fundamental promovido pelas escolas da rede municipal, Ensino de História que trate Lampião sob a ótica científica.

---

<sup>1</sup> A Microrregião do Pajeú é composta pelas seguintes cidades: Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Igaraci, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Triunfo e Tuparetama;

<sup>2</sup> O principal evento teatral ao ar livre de Pernambuco é a Paixão de Cristo, ocorrido na cidade de Brejo da Madre de Deus, no agreste pernambucano;

Essa realidade torna Lampião um “desconhecido” em seu lugar de origem, porquanto a folclorização com que se trata o cangaceiro remete ao lugar comum da discussão que o polariza entre ter sido herói ou bandido, fato que se encima em juízo de valor e perpassa-se moralmente, o que, para a ciência, não possui validade. Diante dessa constatação, cabe questionar: Por que no Ensino de História, em Serra Talhada, cidade natal de Lampião, não existe alusão científica a ele? Que razão ou quais razões levam à construção de uma grade curricular, onde Lampião e o cangaço que protagonizou são tratados sob a ótica folclórica?

Diante dessa invisibilidade lampiônica no ensino de história nas escolas públicas municipais serratalhadenses, acreditamos ser tríplice a relevância que impulsiona e justifica esta pesquisa: acadêmica, porque trará à luz discussão que envolve elementos que fazem parte das discussões presentes no espaço acadêmico, a saber, memória e abuso de memória, indústria cultural, resistência, patrimônio cultural; social, porque além de discutir a invisibilidade lampiônica no ensino de história, trará como proposta o uso didático do cordel, para que se possa ensinar sobre Lampião nas escolas; pessoal, porque a temática lampiônica é algo com quem desenvolvo uma relação de valor, tendo sido por mim explorada em outras pesquisas.<sup>3</sup>

Esta pesquisa, intitulada Lampião, um “desconhecido” em seu lugar de origem: a invisibilidade histórica lampiônica no Ensino de História em escolas públicas de Ensino Fundamental, em Serra Talhada – PE, trouxe à luz discussão relacionada ao Ensino da História Local serratalhadense, no referente a Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião.

Utilizando-se abordagem qualitativa, lançou-se mão de bibliografia acadêmica e não acadêmica, bem como de notícias de jornais e de artigos publicados em periódicos, buscando satisfazer o seu objetivo geral, que se constitui investigar as razões pelas quais no ensino de história, em Serra Talhada, Pernambuco, não se verifica problematização relacionada à pessoa de Lampião, restringindo-a a folclorização. De maneira específica, buscou-se, em Serra Talhada, analisar o uso da memória de Lampião; verificar a grade curricular do Ensino Fundamental, levando-se em conta sua composição e, construir produto didático que apresente Lampião, quando do ensino de história, nas escolas públicas municipais serratalhadenses, de maneira problematizada.

A organização deste texto se encontra da seguinte forma:

---

<sup>3</sup> FERREIRA JÚNIOR, José. **A apropriação da memória lampiônica como elemento de construção da identidade de Serra Talhada**. Dissertação. PPGCS / UFCG. Campina Grande – PB. 2010; FERREIRA JÚNIOR, José. **Serra Talhada X Triunfo: a disputa da memória de Lampião no médio Pajeú pernambucano**. PPGCS / UFCG. Tese. Campina Grande – PB. 2014;

No capítulo primeiro, História Local: elementos necessários à sua compreensão, foram expostos e trazidos à discussão elementos que compõem o campo de saber relacionado à História Local. De que se constitui? Quem a produz? Qual seu lugar no Ensino de História? O que se diz legalmente sobre sua aplicabilidade no Ensino de História?

No capítulo segundo, História Local em Serra Talhada: invenção e construção da tradição lampiônica, foi mostrado como, a partir de meados da década de 1980, sob a condução de produtores culturais locais, foi deixada de lado uma tradição e inventada e construída outra. São enumerados os passos dados e os acontecimentos vividos no transcurso histórico dessa invenção, bem como os eventos criados, promovendo a robustez da tradição lampiônica em Serra Talhada.

O capítulo terceiro, Lampião no ensino da História Local em Serra Talhada: uso do cordel como ferramenta didática, trata-se do produto construído para ser utilizado no Ensino de História, quando da ministração de aulas relacionadas à História Local. São apresentados cordéis, a serem utilizados como ferramenta pedagógica, buscando, além de promover luz, teórica e metodológica, à figura de Lampião, proporcionar leveza no Ensino de História, bem como, oportunizar ao aluno identificar-se com o seu mundo.

## **CAPÍTULO PRIMEIRO - HISTÓRIA LOCAL: ELEMENTOS NECESSÁRIOS À SUA COMPREENSÃO**

Conhecer a história do lugar em que se vive, além de necessário ao habitante desse lugar, porquanto lhe promoverá esquivar-se do oficialmente dito, que geralmente se assenta numa perspectiva localista e elitista, revela-se um novo campo para onde se expande o conhecimento histórico: a História Local.

Quando falamos em História Local não nos reportamos àquela que durante tempo significativo perdurou, celebrizando feitos de figuras políticas, heroizando ações, como desbravamentos, conquistas, pioneirismos, trazendo à luz mitos fundantes. Que se revela descolada do que lhe é exterior, fazendo existir uma história-ilha, como se o lugar existisse à parte e, por si só, subsistisse. A isto se propõe a perspectiva historiográfica positivista.

A História Local a que nos referimos abarca a totalidade, não no sentido de dar conta do todo, mas no referente a considerar o todo em sua multiplicidade e, por conseguinte, suas contradições e mediações, como concerne a uma abordagem sob a ótica do Materialismo Histórico, onde o sujeito (pesquisador) “tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas” (MARX, 1968, p. 16).

Diante disso, quando falamos sobre História Local necessário se faz esclarecer que, embora ao lugar seja dada centralidade analítica, este não mantém relação exclusiva com o local onde ocorre a operação historiográfica, ou seja, não há, segundo Barros (2013, p. 171), qualquer impedimento que “esta História Local seja também ela uma História Cultural, uma História Política, uma História Econômica, ou inúmeras outras modalidades”.<sup>4</sup>

Neste capítulo nos propomos a discutir o surgimento da História Local, enquanto campo de observação, mostrando-o em contraposição à macro narrativa; discutimos acerca de quem a constrói, trazendo a luz a disputa discursiva existente entre os historiadores não profissionais (diletantes, amadores ou memorialistas) e parte dos historiadores profissionais, vários destes desqualificando aqueles, no referente à produção de narrativas históricas locais; pautamos teoricamente a discussão sobre o que vem a ser História Local; trazemos o aparato legal e legitimador do ensino da História Local no ensino de História e, por fim, expomos as dificuldades que perpassam a efetuação do referidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, acerca do ensino de História Local.

---

<sup>4</sup> Essa interconexidade de campo promove a presença da totalidade na pesquisa;

### 1.1 O (re) surgimento da História Local: o diálogo entre História e Geografia e a valoração do espaço na abordagem historiográfica

O espaço, que aqui será considerado uma categoria geográfica, revela-se decorrente das transformações que lhes são impostas pelos homens em sociedade, sendo, por isso, um espaço social.<sup>5</sup> É onde ocorrem as interações humanas promotoras da existência de fatos, que abordados pelo historiador (a) poderão vir a ser tidos como históricos ou não.

De acordo com Barros (2006), o entendimento, por parte dos historiadores, da necessidade de aos vetores homem e tempo justapor o vetor espaço, fez emergir “uma importantíssima interdisciplinaridade com a Geografia, ciência que já tradicionalmente estuda o espaço físico” (p. 462). Esse diálogo interdisciplinar entre História e Geografia é fruto da concepção dos historiadores da tradição do Annales, que entendiam ser necessário, no estudo das ações humanas, dar à categoria espaço valor semelhante ao que se dá à categoria tempo. Sobre isso, afirma Barros (2006, p. 465)

Quando os historiadores deram-se conta da necessidade de — sobretudo para certos objetos históricos a serem examinados — colocar em um mesmo nível as noções de *tempo* e *espaço*, logo começaram a dialogar com conceitos mais tradicionais da Geografia.

Na busca de diálogo com a Geografia, os historiadores dos Annales abordam a Escola Geográfica Francesa, cujo expoente intelectual era Paul Vidal De La Blache. O pensamento desse geógrafo se contrapunha ao de Frederico Ratzel, expoente intelectual da Escola Geográfica Alemã. Este preconizava a supremacia do meio sobre a sociedade humana; aquele, embora não negasse ter força a natureza sobre a sociedade, defendia ser o homem capaz de driblar as imposições que lhe eram impostas pelo meio. Tratava-se do possibilismo lablachiano em contraposição ao determinismo ratzeliano.

Da tradição do Annales, pode-se afirmar terem sido Lucien Febvre (1922) e Fernando Braudel (1967) os vanguardistas das aplicações espaciais lablachianas em produções historiográficas. Ao estabelecerem um relacionamento íntimo entre sociedade e espaço em seus escritos, pelo viés lablachiano, os historiadores citados deram à luz a Geo-História, que na concepção de Dosse (1994), introduz a Geografia como grade de leitura para a História.

---

<sup>5</sup> O espaço também pode existir em sua forma imaginária, sendo o espaço da imaginação, da iconografia, da literatura (BARROS, 2006), bem como em sua forma virtual, que se produz mediante a comunicação virtual, promotora de espaços sociais virtuais (CASTELS, 2006);



O vanguardismo de Lucien Febvre e de Fernando Braudel deve ser entendido como sendo, de acordo com Barros (2006, p. 467), “o de trazer o espaço para primeiro plano e não mais tratá-lo como mero teatro de operações e sim como o próprio sujeito da história”, possibilitando a ambos o exame de longa duração. A narrativa de longa duração fazia o historiador abordar o espaço em sua dimensão macro. Assim, principalmente Fernando Braudel, trabalhou com o grande espaço.

A tradição de dialogar com a Geografia experimentou continuidade com os historiadores posteriores a Fernando Braudel. Todavia, a abordagem espacial que viriam a praticar se diferenciava daquela até então evidenciada. Em lugar da abordagem feita ao grande espaço, os historiadores vindouros passaram a abordar o pequeno espaço. Na década de 1950, na França, essa nova tendência experimenta fortalecimento entre os historiadores, ficando ali conhecida como História Local

O advento dessa nova abordagem no campo da História experimenta a contribuição da Geografia de Vidal de La Blache, visto que o geógrafo francês trouxe à luz a conceituação de *Região*. Esta se apresenta, de acordo com Fabrício e Vitte (2011), como uma unidade, parte de um todo, organismo componente do meio físico e possibilitador de suporte ao desenvolvimento histórico humano, um gênero de vida.

A conceituação regional lablachiana possibilitou aos historiadores abordar os espaços reduzidos ou espaços localizados (micro-espacos), que se apresentavam, em muitos sentidos “dotados de uma homogeneidade bem maior do que os macro-espacos que haviam sido examinados por Braudel” (BARROS, 2006, p. 470). Assim, a nova abordagem historiográfica trazia à luz a possibilidade de exame dos micro-espacos comportadores de populações localizadas, contrapondo-se, dessa forma, à investigação da macroespacialidade, abrigadora de civilizações. Sobre essa especificidade da História Local, é dito por Barros (2006, p. 470):

A História Local nascia, aliás, como possibilidade de confirmar ou corrigir as grandes formulações que haviam sido propostas ao nível das histórias nacionais. A História Local — ou História Regional, como passaria a ser chamada com um sentido um pouco mais específico — surgia precisamente como a possibilidade de oferecer uma iluminação em detalhe de grandes questões econômicas, políticas, sociais e culturais que até então haviam sido examinadas no âmbito das dimensões nacionais.

Justificava-se a abordagem local, diante das especificidades que revelam as localidades e que, em uma abordagem macro não seriam contempladas. De maneira análoga, pode-se recorrer à construção de um mapa, quando a extensão territorial requer o uso de uma escala que, ainda que contemple o todo territorial, não é capaz de detalhar as minúcias desse

todo. Daí decorre o comentário jocoso feito por alguém, quando outrem é proveniente de uma cidade pequena e ou vila: “seu lugar não está no mapa”. Como a pequena localidade é invisibilizada em razão da pretensão de mostrar o todo, quando da construção do mapa, assim, os micro-espços e suas peculiaridades sociais, políticas, econômicas e culturais experimentam invisibilidades, quando da macro abordagem histórica.

A justaposição do interesse em não mais reproduzir as ações dos cronistas regionais do século XIX, que lançavam luzes apenas nas figuras ilustres, quando da historicização local, e a utilização de métodos que dessem conta de uma abordagem social maior, levando-se em conta regiões especificamente localizadas, foi, de acordo com Goubert (1992), o elemento impulsionador da emergência da História Local, a partir dos anos 1950.

O uso das abordagens seriais e estatísticas, por exemplo, aplicadas a pequenas localidades, permitiam aos historiadores atentar para “uma região geográfica particular, cujos registros estivessem bem reunidos e pudessem ser analisados por um homem sozinho” (GOUBERT, 1992, p. 49). Em corroboração com o historiador francês citado, é dito por Barros (2006, p. 471):

A coincidência entre a região examinada e uma unidade administrativa tradicional como a paróquia rural ou o pequeno município, podemos acrescentar, permitia por vezes que o historiador resolvesse todas as suas carências de fontes em um único arquivo, ali mesmo encontrando e constituindo a série a partir da qual poderia extrair os dados sobre a população e a comunidade examinada.

Todavia, o benefício experimentado pelos historiadores, conforme se mostra no excerto acima, experimentou prazo de duração. Ou seja, os domínios historiográficos experimentaram dilatação significativa no decorrer do século XX e, dessa forma, novos problemas e novos objetos passaram a se apresentar para investigação historiográfica.

A diversidade de problemas e objetos emergentes no campo historiográfico trouxe questionamento à concepção lablachiana de *Região*, uma vez que Vidal de La Blache a concebia como sinônimo de um espaço administrado, previamente determinado, fato que promovia o escape de diversos objetos historiográficos que ultrapassavam os limites regionais. A crítica feita ao modelo lablachiano de *Região* é sintetizado por Barros (2006, p. 471 – 472):

[...] o modelo de região derivado da escola geográfica de La Blache começou a ser questionado precisamente porque deixava encoberta a questão essencial de que qualquer delimitação espacial é sempre uma delimitação arbitrária, e também de que as relações entre o homem e o espaço modificam-se com o tempo, tornando inúteis (ou não-operacionais) delimitações regionais que poderiam funcionar para um período, mas não para outro. Uma paisagem rural facilmente pode se modificar a partir da ação do homem, o que mostra a inoperância de considerar regiões geográficas fixas.

Percebe-se apresentar-se como faca bigúmea o historiador lançar mão do modelo lablachiano de *Região*, visto que, se por um lado chegava-o a benesse de se possuir, em um só lugar, os arquivos que utilizaria como fontes na construção de sua narrativa, por outro, inevitavelmente viria a limitação e o conseqüente empobrecimento de seus objetos. Ademais, determinados objetos não lhe se mostrariam passíveis de investigação, porque ultrapassariam, inevitavelmente, o recorte administrativo relacionado à *Região*, tomada nos moldes lablachianos. Tomem-se, enquanto exemplos, uma prática cultural, que pode vir a mesclar pedaços de regiões diferentes, gerando, dessa forma, um entendimento de *Região* diferenciado do proposto por La Blache.<sup>6</sup>

As narrativas históricas locais são produzidas tanto por pesquisadores ligados ao universo acadêmico quanto por outros que não possuem ligação com a universidade (MACEDO, 2017). Aos despossuídos de formação universitária, segundo o autor citado, deve-se a responsabilidade, desde a Europa dos séculos XVIII e XIX, da produção de numerosos estudos locais. Estes são mostrados, por Macedo (*op. cit.*, p. 70), da seguinte maneira:

Tidos como diletantes intelectuais e amadores, são sujeitos que dedicaram parte de suas vidas à coleta de fontes e ao exercício da escrita de um texto histórico que, na maioria das vezes, respondia aos anseios locais de determinadas comunidade, interessada em conhecer aspectos de seu passado. Nobres, sacerdotes, letrados, políticos, técnicos e, dentre outros, funcionários públicos são algumas das profissões desses pensadores.

Percebe-se não se constituir obrigatoriedade a formação universitária para a construção de narrativas históricas locais. Todavia, por conta da ausência de formação acadêmica e, principalmente da ausência de formação em História, a produção desses pesquisadores torna-se alvo de crítica, por parte de historiadores conservadores, que a não consideram História e classificam seus autores de amadores.

Verificando que, além de não andar nos trilhos acadêmicos, esses produtores de História Local trazem a reboque em suas narrativas as suas memórias, Sandra Doner os transporta da condição de amadores / diletantes, como os consideram os historiadores acadêmicos, para a de memorialistas, pois considera que esses textos refletem a memória de seus autores “como resultado da experiência, uma construção do passado pautada pelas

---

<sup>6</sup> Necessário se faz informar que a crítica feita ao modelo lablachiano de *Região* não se deveu exclusivamente ao advento de novos objetos historiográficos. Também decorreu de modificações de abordagens ocorridas no próprio campo da Geografia humana, fato que trará à luz críticas feitas por geógrafos, como, por exemplo, a que lhe direciona Yves Lacoste, quando afirma que a realidade impõe o reconhecimento de ““especialidades diferenciais, de dimensões e significados variados, cujos limites se recortam e se superpõem, de tal maneira que, estando num ponto qualquer, não estaremos dentro de um, e sim de *diversos* conjuntos espaciais definidos de diferentes maneiras” (LACOSTE, 1976, n.p);

necessidades do presente e elaborada a partir das experiências posteriores” (DONNER, 2012, p. 227).

Percebe-se, quando do exame das narrativas desses memorialistas, como os chama Sandra Donner, que em sua maioria, esses relatos, desconhecem aporte teórico-metodológico e, quase sempre, segundo Macedo (2017, p. 71):

Não dialogam com os estudos que os antecederam acerca do mesmo recorte espacial escolhido. Da mesma forma, em geral, não estabelecem quadros comparativos com municípios cuja formação sociohistórica é similar, fazendo com que seus livros transpareçam ser a última versão sobre o passado de determinado lugar.

Se no exterior as narrativas de memorialistas encontram acolhida entre os historiadores profissionais, no Brasil a realidade é significativamente diferente. Há discurso desqualificador da produção histórica memorialística, que se revela na afirmação de Correa (2002, p. 12), “pouca relevância da História Local junto à historiografia brasileira se deve, portanto, ao amadorismo de sua escrita e a uma orientação paradigmática ultrapassada em termos acadêmicos”.

Outro elemento que funciona como agravante para as críticas feitas aos memorialistas diz respeito ao uso das fontes na produção de suas narrativas, que se encontram em “arquivos paroquiais e familiares, como assento de batizado, casamento e óbito, além de cartas e fotografias – muitas vezes inéditas, as quais são conseguidas a custo de boas relações pessoais com detentores dos acervos” (MACEDO, 2017, p. 72). Ademais, em não poucos casos, a pesquisa do memorialista tem ele próprio como fonte, ou seja, Dele próprio virão as informações que farão existir suas narrativas. Sobre isso, diz Correa (2002, p. 14):

Lembranças de um passado tendem a servir de “provas” para certos acontecimentos, cuja importância para a comunidade local é atribuída pelo autor enquanto testemunha dos mesmos e, frequentemente, essa versão reveste-se de uma presunçosa veracidade indubitável. No caso de ter sido testemunha ocular de fatos e acontecimentos considerados de relevância histórica, o historiador diletante pode correr o risco de confundir sua biografia com a história da comunidade local.

Quando ocorre de a vida do memorialista se confundir com o que escreve sobre determinada localidade, naturaliza-se uma positivação do processo histórico local e, dessa forma, se comete o equívoco em se pensar que “tais processos pudessem ser encaixados, perfeitamente, na sequência cronológica e linear de uma História de nível regional, estadual e mesmo nacional” (MACEDO, 2017, p. 72).

Diante do até aqui exposto, uma pergunta se torna inevitável: poderia se dizer que o trabalho dos memorialistas, pejorativamente chamados historiadores diletantes, por parte dos

historiadores profissionais constitui-se um mal relacionado à História Local? Antes de responder ao questionamento feito, convém estabelecer diferença conceitual entre um e outro pesquisador, ou seja, entre o historiador profissional e o memorialista ou historiador diletante, coisa que se observa na declaração de Diehl (2002, p. 22)

O historiador diletante é aquele que reconstitui o passado, tornando-o história, sem formação específica. Mesmo sem essa formação acadêmica, seu papel é importante na medida em que trabalha com vocação política. Por sua vez, o historiador profissional é aquele que possui formação específica universitária, seja como professor ou pesquisador ou ainda ambas; é aquele que torna seu trabalho a profissão básica e, como ativo participante de eventos, congressos, trabalha baseando-se em regras metodologicamente orientadas pela vocação científica.

Percebe-se na declaração acima que não se deve estigmatizar o trabalho realizado pelos memorialistas, quando da construção de narrativas sobre a História Local, visto que, mesmo sem serem possuidores de formação acadêmica – elemento imprescindível, segundo seus críticos, para que sua produção possa ser considerada História – eles prestam significativo serviço ao campo de conhecimento histórico.

O serviço prestado pelos memorialistas vai desde o pioneiro na abordagem de fontes arquivadas, até o serem possuidores de informações derivadas do fato de serem do lugar e, portanto, conhecê-lo, veja-se abaixo, o dito por Macedo (2017, p. 73)

Em muitas regiões, foram os responsáveis por pioneiras investidas no sentido de ir aos arquivos, sondar e catalogar as fontes de primeira mão, chegando a publicá-las, um grande serviço prestado aos seus colegas do futuro. Além disso, sua importância também se reveste do fato de, em não poucas vezes, serem, além de produtores do conhecimento histórico, atores sociais, conhecedores, portanto, das ruas e suas configurações, das gentes e suas diversidades, dos caminhos e suas multifacetadas encruzilhadas.

Em suma, pode-se afirmar que tanto um quanto outro pesquisador que se debruce sobre o lugar para investigá-lo, poderá promover benefícios ao campo de conhecimento histórico. No caso da produção historiográfica dos memorialistas esta, além de portar consigo os elementos elencados no excerto acima, pode vir a se tornar fonte para uso do historiador profissional que, por sua vez, a partir de uso de aporte teórico-metodológico, porquanto produz historiograficamente a partir de um lugar (CERTEAU, 2007), a universidade, estabelecerá exame sucinto do que se tem produzido sobre o local e, conseqüentemente, expurgará o que deve ser expurgado, visto que, de acordo com Macedo (2017, p. 74)

A História Local, por sua vez, acaba caindo em certo descrédito devido a insucessos provenientes: da fragmentação presente em suas obras, a exemplo de quando o local é encarado, apenas como uma mera peça de um quebra-cabeça, sem ligação com

recortes de maior amplitude: da folclorização, quando pessoas da comunidade são alçadas ao status de “seres originais”, figuras folclóricas ou que, por si só, representariam traços da personalidade local; e do bairrismo, evidenciado à medida que o lugar parece ser o centro do mundo, não dando margem para que outros espaços possam ter processos históricos semelhantes.

O que se esmiúça no excerto acima deve servir como admoestação à prática da construção de narrativas históricas locais, sejam estas provenientes de memorialistas ou de historiadores profissionais. Os elementos impeditivos à credibilidade da História Local, citados acima, podem ser evitados, segundo Neves (1997), fazendo-se articulação entre uma história que se desenrola em um plano geral e aquela que está mais próxima, uma vez que, ainda segundo a autora citada, a História vista de cima, pelo viés do global, também é importante para a compreensão dos processos históricos das sociedades humanas.

## **1.2 História Local: considerações teóricas, Embasamento Legal e justificativa para o ensino**

Não é raro a História Local, comumente chamada História Regional, ser confundida com a Micro-História, prática que revela em decorrência de seus autores desconhecerem que, no referente ao campo de observação, História Local e Micro-História se mostram como campos totalmente diferentes.

Assim, se a proposta do historiador é investigar no âmbito da História Regional, seu foco será direcionado a uma região previamente determinada que, diferenciando-se da concepção lablachiana (recorte administrativo ou geográfico), poderá estar recortada antropologicamente, culturalmente ou qualquer que seja o recorte dado pelo historiador, a partir da problematização feita e do objetivo definido. Qualquer que seja o recorte dado, “o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro desse espaço” (BARROS, 2013, 153)

Mesmo que o microhistoriador se debruce sobre um espaço físico reduzido, isto não se constitui elemento determinante à atuação no campo da Micro-História, como ocorre com o campo da História Local. Na verdade, a pretensão da Micro-História é “uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que de outro modo passariam despercebidos” (BARROS, 2013, p. 153). Assim, a pequena comunidade ou área, quando abordada pelo microhistoriador, não se constitui um fim em si mesma, mas um meio para se alcançar um fim previamente determinado pelo microhistoriador. Isto, por sua vez,

diferencia Micro-História de História Local, visto que esta pretende o estudo da realidade microlocalizada em si mesma. Assim, de acordo com Barros (*op. cit.* p. 153):

A comunidade examinada pela Micro-História pode aparecer, por exemplo, como um meio para atingir a compreensão de aspectos específicos relativos a uma sociedade mais ampla. Da mesma forma, posso tomar para estudo uma ‘realidade micro’ com intuito de compreender certos aspectos de um processo de centralização estatal que, em um exame encaminhado do ponto de vista da macro-história, passariam certamente despercebidos.

Percebe-se, diante do exposto no excerto acima, que um elemento da Micro-História que a diferencia da História Local é o fato de que o microhistoriador não necessariamente precisará abordar o espaço microrrecortado, enquanto objeto de sua investigação. Ele poderá colocar a luz investigativa, por exemplo, sobre a especificidade de uma prática social, ou qualquer outro elemento que julgue estabelecer relação com a problemática que tenha definido para investigar. Assim, “a prática micro-históricográfica não deve ser definida pelo que se vê, mas pelo modo como se vê” (BARROS, 2013, p. 154).

Para chegar a se consolidar campo de investigação, a História Local trilhou caminho longo e, nesse trilhar, experimentou severas críticas no referente à questão teórico-metodológica (FERREIRA JÚNIOR, 2020, p. 20). Reza sobre a historicidade dos lugares a pecha de priorizar pontualidades, de descolar o micro do macro, de dar conta somente de uma especificidade local, “descrevendo os feitos dos líderes locais, selecionando os ‘bons’ homens do local para receber as honras de escrever o nome na História [...] construindo narrativas empobrecedoras, pois se limitava a situações localistas e elitistas” (NASCIMENTO JÚNIOR; GUILLEN, 2016, p. 4).<sup>7</sup>

A História Local atual pode ser considerada uma nova História Local, visto que, enquanto campo de investigação, é resultante de uma nova concepção, por parte dos historiadores, pois “tem-se verificado um redirecionar no processo investigativo, a partir do diálogo interdisciplinar principalmente travado com a Geografia que, por sua vez, no referente ao espaço, passou a considerá-lo produto da ação de sujeitos sociais” (FERREIRA JÚNIOR, 2020, p.20).

O novo olhar geográfico sobre a espacialidade é promotor de uma espécie de marco de referência, no que diz respeito à nova abordagem teórico-metodológica relacionada à História Local, pois, até vir à luz esse novo conceber geográfico do espaço, era hegemônica, de acordo

---

<sup>7</sup> O localismo revela uma visão reducionista do local examinado. Também evidencia bairrismo e não se constitui raridade ser esse discurso evadido de discriminação. O negacionismo espacial geográfico de outrem também lhe é inerente. Ademais, isola o local que investiga, transformando-o em uma espécie de local-ilha, divorciado de qualquer conexão com outras localidades e ou situações;

com Nascimento e Guillen (2016, p. 5), ‘a concepção ufanista, exaltadora dos grandes feitos da localidade’, o que, para Corrêa (2012), viabilizava condições propícias à exaltação dos feitos gloriosos das elites locais.

Na abordagem dessa nova História Local, lança-se mão de metodologia variada e se estabelece consulta a fontes diversificadas, como, por exemplo, arquivos públicos e particulares, livros de atas das câmaras de vereadores, jornais e revistas locais, monumentos, fotografias, entrevistas, filmes, músicas e a literatura local de autoria de memorialistas.

Deve-se deixar claro que no referente à nova abordagem da História Local, esta não se limita à esfera político-administrativa, mas é empreendedora de valoração humana holística, abordando o homem como sujeito social, econômico, cultural e político, localizado e desenvolvendo sua existência em um lugar determinado, podendo ser uma aldeia, uma vila, um bairro ou uma cidade.

Durante certo espaço de tempo, a abordagem da História Local experimentou críticas, uma delas dizia respeito à afirmação que havia um superdimensionamento e valoração das pesquisas locais e a desvalorização das Histórias Nacional e Global. Discordando dessa concepção e defendendo que não se constitui objetivo da História Local estabelecer oposição à História Nacional, Fernandes (2014, p. 13 – 14), afirma:

O recorte sobre a história local apenas designa uma delimitação temática mais ou menos inclusiva, em função das redes de interdependência e sociabilidade entre determinados atores, no lugar escolhido. A eleição da história local, por sua vez, igualmente não diminui, reduz ou simplifica o número de aspectos, variantes e interferentes de uma trama social.

Percebe-se claramente no excerto acima que não se sustenta a defesa de que a opção pelo recorte local é sinônimo de redução da importância do recorte nacional ou, mesmo, sua diminuição de importância e ou simplificação. Na verdade, a História Local promoverá ao historiador detectar e, de maneira mais contundente analisar, elementos do social em sua complexidade de interação, fato que não se poderia verificar se a investigação histórica ocorresse a partir de concepções macro. Para um melhor entendimento sobre o dito, tome-se a analogia construída por Gidalte (2018, p. 22):

Pensemos na seguinte situação: em um determinado museu, está acontecendo uma exposição de pinturas renascentistas do século XV. Grande parte dos visitantes desta exposição passam pelos quadros expostos, apreciam a beleza e a expressividade de tais obras de arte, todavia, não conseguem perceber detalhes e características que, em sua grande maioria, são percebidos somente por aqueles que estudam, pesquisam ou apreciam em demasia as técnicas artísticas e a história da arte. A visão desses profissionais é muito importante no processo de estudos, pesquisas, análises e críticas, todavia, o fascínio da obra de arte não se perde, mesmo que observada em detalhes.



Tanto os visitantes do museu quanto os experts em arte renascentista do século XV conferem beleza aos quadros expostos, mas os segundos enxergam as particularidades presentes na pintura dos quadros expostos, ou seja, suas expertises os fazem experimentar prazer relacionado à arte exposta, impossível de ser experimentado pelos visitantes da exposição, que despossuídos de expertise, não conseguem enxergar os detalhes. À vista disto, diz Gidalte (2018, p. 23 – 24):

[...] analisar um fato com maior precisão e detalhamento jamais poderá ser encarado como uma forma de desprezar as observações mais amplas, gerais e estruturais. No campo das ciências biológicas, a função do microscópio permitiu uma observação detalhada, rica e plural dos diversos tipos de material biológico, inexistentes ou inexplorados até então como a célula, os microrganismos, as bactérias, etc. Na vida cotidiana, os óculos de grau e as lentes de contato, utilizados em detrimento de algumas limitações e complexidades visuais, oportunizaram ao homem a possibilidade de uma visão mais clara e detalhada.

Assim, deixe-se claro que na abordagem da História Local não se preconiza a separação e nem se propõe oposição entre o local e o nacional, o local e o global, uma vez que, de acordo com Santos (2002, p. 110), “o lugar, seja quando, qual e onde for, integra-se historicamente a espaços e contextos mais amplos, a partir dos papéis e condições econômicas, políticas, sociais e culturais vividas no dia-a-dia por seus habitantes e por ele próprio, no município, no país e no mundo”.

Dessa forma, importa compreender que temporalmente falando, as realidades históricas que perpassam determinados localidades e seus habitantes “não se dão isoladamente do mundo, e sim como partes desiguais, mas vivas, ativas e inseparáveis dele” (SANTOS, 2002, p. 111). Assim, quando o historiador pratica a abordagem da História Local, promove aproximação entre os habitantes locais e a história do seu local de vivência, possibilitando aos habitantes compreensão ampla e, muito possivelmente crítica de sua posição, enquanto sujeito social que é, seja em sua localidade, seja em seu país, seja no mundo, uma vez que “cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e, portanto, se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global” (REVEL, 1998, p. 28)

No Brasil, na última década do século XX, verificou-se renorteamento no campo educacional, principalmente relacionado ao que deveria ser ensinado e, por conseguinte, ao papel social da instituição escolar. A reboque desse renorteamento vieram modificações relacionadas ao ensino de História.

O ensino de História experimentou alargamento curricular, uma vez que nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)<sup>8</sup> há diretrizes e orientações para que existam abordagens diversificadas e multiculturais. Acerca do que deve ser ensinado nas aulas de História, é dito por Fonseca (2005, p. 34):

Apresentam-se os conteúdos que fazem parte da chamada cultura comum, permitindo a todos os alunos igualdade de acesso ao que há de mais universal e permanente nas produções do pensamento humano, mas também conhecimentos de experiências históricas específicas dos grupos e projetos representativos para a história de cada um.

Percebe-se na declaração acima que há a orientação para que, ao global, seja justaposto o local. Ou seja, o ensino de História deve ser composto por conteúdos gerais, que se constituem necessários à formação de um conhecimento histórico comum (Civilizações Antigas, por exemplo) e um conhecimento específico, localizado, que se constrói a partir de elementos que são próprios da história de um lugar e, por conseguinte, de um grupo, a chamada História Local.

Deve-se esclarecer que os PCNs não se constituem determinação governamental, no referente a conteúdos e ou práticas avaliativas, mas elementos norteadores didáticos que visam a organização curricular da Educação Básica, perpassando os currículos do Ensino Fundamental e do ensino Médio com discussões que se voltam para as questões da cidadania, da diversidade e do meio ambiente, contempladas pela transversalidade temática. É pretendida certa uniformização curricular, respeitando-se, todavia, as peculiaridades locais. Veja-se o dito, acerca dos PCNs, em Brasil (1997, p. 13)

Constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores.

---

<sup>8</sup> Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) surgiram a partir do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003). Junto com a Constituição de 1988, com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais (1998), os PCNs vieram reformar o ensino em todo o território nacional, com o intuito de melhorar a qualidade da educação básica no país. É um documento orientador das práticas pedagógicas no Brasil e, por sua natureza legal, ainda que não seja obrigatório, deve estar presente em todas as escolas da rede pública e privada de todos os entes federados. Os PCNs foram regulamentados pela Lei 9394/96, no governo de Fernando Henrique Cardoso;

Percebe-se a inexistência de homogeneidade, bem como a não presença de impositividade curricular, elementos que se existissem imprimiriam sobreposição à competência político-executiva dos entes federados, aos municípios, à diversidade sociocultural e às equipes pedagógicas.

Inseridas na flexibilidade e dialogicidade dos PCNs estão as principais orientações para a Educação Básica, referentes ao ensino de História. Este, por sua vez, é possuidor de objetivos específicos, sendo relevante o que se diz respeito à constituição da noção de identidade, seja no âmbito individual, social e coletivo e, dentro dessa perspectiva “o ensino de História tende a desempenhar um papel mais relevante na formação da cidadania, envolvendo a reflexão sobre a atuação do indivíduo em suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades e sua participação no coletivo” (BRASIL, 1997, p. 26).

Diante disso, emergem desafios à prática pedagógica no ensino de História, se o objetivo de tal ensino é corroborar com o que é orientado pelos PCNs, que é “a constituição de uma identidade social do estudante, fundada no passado comum do seu grupo de convívio, mas articulada à história da população brasileira” (BRASIL, 1997, p.26). Essa recomendação vai achar maneira por que se efetue a partir do ensino da História Local, uma vez que esse campo de observação, de acordo com Schmidt e Cainelli (2009, p. 139), “permite a inserção e o relacionamento do aluno na comunidade da qual faz parte, favorecendo a criação de sua própria historicidade e identidade”.

Percebe-se, dessa maneira, que os PCNs, em sua proposta dialógica e flexível, promoveram ao ensino de História significativas contribuições para que se contemple a proposta de promover aos estudantes a possibilidade de construção de uma identidade social, que se alicerce em seu passado histórico e que, ao mesmo tempo não se descole da história nacional, quando propuseram que, na seleção de conteúdos para o Ensino Fundamental, um dos eixos temáticos seja voltado para História Local e do Cotidiano (BRASIL, 1997).

Essa proposta se diferencia, de acordo com Bittencourt (2009, p. 114), “das propostas baseadas nos círculos concêntricos, que também utilizam a história local como forma de introduzir o aluno na compreensão do mais próximo”, visto que, priorizam discutir as novas questões que se fazem emergente na sociedade ao “estabelecer articulações constantes, nas diferentes séries, entre o local, o nacional e o geral” (Idem, *op. cit.*).

Verifica-se, dessa forma, a importância da História Local no bojo da historiografia contemporânea, visto que, no referente ao objeto de estudo, revela-se como elemento promotor de aproximação experimentado pela tríade: pesquisador, professor e aluno. Ou seja, não mais passa a existir, em sala de aula, a ênfase exclusiva das temáticas nacionais e ou

globais, fato que promove distanciamento entre o aluno e o passado em discussão, pois, “a História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia mais imediata do passado” (SAMUEL, 1989, p. 220).

Assim, a proposta de inserção do ensino da História Local no ensino de História aponta, segundo Caprini (2014), para o trazer à luz fatos ligados à vida dos alunos que experimentam esquecimento. Desse modo, “a pretensão ao inserir no ensino de História o ensino da História Local é apresentar aos alunos o seu universo e como se deu sua construção” (FERREIRA JÚNIOR, 2020, p. 23). Ademais, ensinar História Local é oportunizar aos alunos refletir acerca das ações protagonizadas por sujeitos históricos habitantes do seu lugar (LIMA, 2013), “desconstruindo a narrativa do pioneirismo, que comumente se apresenta, quando se fala em surgimento de um espaço habitado e que, na maioria das vezes, é tratado como ação heróica” (FERREIRA JÚNIOR, 2020, p. 23).

É fato que o ensino de História Local é elemento que possibilita ao aluno a construção de postura questionadora, fato que lhe promoverá o estabelecimento de olhar crítico, no referente ao que oficialmente está posto em sua localidade, como identidades e questões socioculturais. Ou seja, chega-lhe a possibilidade do experimento do estranhamento do que se lhe revela familiar (VELHO, 1978), uma vez que, o objeto estudado é a sua realidade sociocultural.

Contudo, entre o idealizado nos PCNs e a realidade que se observa nos espaços escolares, no que diz respeito à inserção da História Local no ensino de História, não experimenta congruência, sendo isso verificado quando se observam dois fatores: o conteúdo dos livros didáticos e a prática docente.

Os livros didáticos de História priorizam as questões nacionais e globais, em detrimento das que se relacionam ao lugar. Esse agir editorial escamoteador da História Local se explica, quando se leva em conta a lógica capitalista de mercado e de consumo. A produção desse tipo de literatura se encima no interesse das editoras em querer que o seu produto seja consumido nacionalmente e, para isso, enfatizam temáticas que atendam ao público geral, deixando de lado as que se relacionam com as questões locais.

Além da inexistência de interesse pelas questões locais nos livros didáticos de circulação nacional, também é verificada a quase que inexistência de produção de literatura histórica local, em grande parte dos municípios brasileiros e, quando existe narrativa histórica produzida localmente, esta, quase sempre, revela-se pontuada por elementos que, quando

analisados, demonstram-se obstaculizadores à problematização, quando do uso da História Local no ensino de História.

Os elementos obstaculizadores de um ensino crítico de História Local são diversos, podendo ser elencados, conforme Fonseca (2005), os seguintes: a rígida divisão dos espaços e das temáticas estudadas, que não possibilitam ao aluno o estabelecimento de relações entre os diferentes níveis e dimensões históricas; o processo de naturalização e de ideologização da vida política e social da localidade, mascarando inúmeras divisões, relações de poder e características sociais; os estudos voltados somente para os aspectos políticos da localidade e as fontes históricas disponíveis para os estudos locais que se constituem, em sua maioria, de documentos, textos e encartes produzidos pelos órgãos administrativos locais que, conseqüentemente, reproduzem discursos de memória das elites locais.

Dentre os elementos obstaculizadores listados acima, destaque-se, não por ser maior em importância que os demais citados, mas porque se verifica recorrentemente, a produção textual proveniente dos órgãos administrativos locais, que, quando analisados, revelam-se narrativas semelhantes às pertencentes à Escola Positivista, visto que priorizam os nomes e ou fatos de destaque (BURKE, 1992), ao que Samuel (1989, p. 22), chama “tendência administrativa dos documentos”.

Assim, quase são inexistentes textos produzidos localmente que se prestem à desconstrução do que se constitui memória oficial, mas se mostra prevalecente a construção de narrativas promotoras de glorificação a essa memória que, em sua grande maioria, é a memória das elites locais. Acerca disso, pergunta Neves (1997, p. 24): “quantas obras rotuladas de histórias locais, não são apenas listagens de cidadãos ilustres [...] que dizer das histórias de municípios que apenas fazem a cronologia das gestões administrativas dos prefeitos do partido que está no poder?”

Não somente a pouca ou nenhuma importância dada pelas editoras à História Local, quando da confecção dos livros didáticos, revela-se elemento impeditivo à presença da História Local no ensino de História, na Educação Básica, conforme preconizado nos PCNs. A esse elemento impeditivo se justapõe a prática docente, visto que prevalece o entendimento que o aluno, principalmente o do ensino Médio, deve ser preparado para ser aprovado no vestibular (PAIM; PICOLLI, 2007).

Alunos aprovados em vestibulares (ou com nota significativa no ENEM) se constituem capital simbólico (BOURDIEU, 2006) a ser ostentado pela escola a que pertençam tais alunos, fato que promove atração para novos alunos e isto, traz valorização à equipe gestora

de tal escola, perante a Gerência Regional de Ensino, além de premiações, quase nunca divulgadas por quem as recebem.

Diante dessa constatação, a figura do professor se avulta em importância, visto que, os conteúdos a serem ministrados em aula são pelo docente definidos. Assim, não obstante a existência de uma lista de conteúdos previamente definida (currículo) para cada série de ensino, é a pessoa do professor que define a que temática será dada maior ou menor atenção, visto que “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência, este sistema permanece uma ‘filosofia’ implícita particular, que se infiltrando no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à subjetividade do autor” (CERTEAU, 2007, p. 67).

Desse modo, não se constitui algo incomum o fato de o professor privilegiar o que se constitui mais geral, como, por exemplo, elementos da História Geral e ou da História do Brasil, deixando de lado ou mesmo pontuando rapidamente elementos da História Regional e ou da História Local.

Todavia, aqui cabe um questionamento: a opção por uma temática em detrimento de outra estará restrita apenas ao gosto pessoal do professor? A ação de eleger temáticas e preferir ou invisibilizar outras, parece razoável supor que não se atrela somente à predileção / rejeição, por parte do professor, mas revela, dentre outras coisas, a perspectiva da sociedade no que diz respeito às memórias que se deseja preservar ou esquecer.

Desse modo, pode-se ponderar que o agir do professor em selecionar o que vai ser trabalhado em sala de aula está ligado a algo que vai além de meras pretensões subjetivas, uma vez que inexistente atividade neutra, quando se é chamado a escolher, porque a ação de escolher, “depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental” (LE GOFF, 2003, p. 537).

Levando-se em conta que exista, por parte do professor, o querer promover espaço à História Local no ensino de História e, verificada a escassez ou inexistência de História Local nos livros didáticos, cabe ao professor, segundo Paim e Picolli (2007, p. 118), “a busca de outras fontes, de outras bibliografias, de meios audiovisuais que possam transformar o ensino de história numa tarefa instigante”.

No concernente a fontes para a ministração de História Local no ensino de História, caso exista interesse do professor, não se constitui algo de grande complexidade, pois, segundo Samuel (1990, p. 220), “ele a encontra [a História Local] dobrando a esquina e descendo a rua, pode ouvir seus ecos no mercado, ler seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos”.

Diante do exposto acima, chega-se à conclusão que, ainda que se mostre necessário o ensino de História Local, quando do Ensino de História, mesmo que exista amparo legal e estímulo para sua existência nos documentos que regem a educação no Brasil, verifica-se a sua inexistência, quiçá ocorrência nos moldes positivistas, desconsiderando-se problematizações possibilitadoras de questionamento ao que se coloca como verdade.

No caso de Serra Talhada, a inexistência de discussão relacionada à memória lampiônica no Ensino de História, ou seja, a não existência de História Local e, nela, a discussão sobre Lampião, serratalhadense de nascimento, é exemplo cabal do descaso que se é dado às coisas do lugar, com as quais os discentes se identificam, positiva ou negativamente.

Entende-se não ser a ausência de fontes a justificativa para a inexistência da temática no Ensino de História, visto que, como se mostrará adiante, vestígios da memória lampiônica são encontrados “dobrando a esquina e descendo a rua” (SAMUEL, 1990, p. 220), uma vez que é recorrente se verificar o nome Lampião em restaurante, pousada, hotel, nome de torcida de time de futebol organizada, etc. Isto decorrente da invenção (HOBSBAWM; RANGER, 2002) e da construção de uma tradição, a tradição lampiônica.

## CAPÍTULO SEGUNDO – HISTÓRIA LOCAL EM SERRA TALHADA: INVENÇÃO E CONSTRUÇÃO DA TRADIÇÃO LAMPIÔNICA

Localizada na Mesorregião do Sertão de Pernambuco e na Microrregião do Pajeú, a cidade de Serra Talhada, lugar dessa produção historiográfica é, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a mais importante das dezessete cidades que compõem a microrregião citada e, encontra-se situada às margens da BR-232, distando pouco mais de quatrocentos quilômetros da capital, Recife.

Figura nº 01: Cidade de Serra Talhada



Fonte:tripadvisor.com.br

Os primórdios de ocupação do espaço serratalhadense ocorreram dentro do processo de interiorização das boiadas<sup>9</sup>, durante o século XVIII, mediante proibição da pecuária litorânea, a partir da promulgação do Decreto real de 1701, que decreta proibida a pecuária bovina em um raio de 80 km, a partir do litoral (FAUSTO, 2004, p. 44).<sup>10</sup>

Traço marcante na formação do espaço em discussão é a violência, que se materializa nas questões/guerras entre famílias, que podem vir a serem interpretadas “como partes de um mapa cognitivo e cultural complexo, capaz de informar uma rede de relações que ocorrem em contextos políticos locais” (BARREIRA, 2007, p. 184). Destaque-se a guerra familiar travada entre Pereiras e Carvalhos, com duração de entre a segunda metade do século XIX e as primeiras três décadas do século XX (SOARES, 2015).<sup>11</sup>

<sup>9</sup> Aqui, breve descrição da formação econômico e social local, ou seja, como o modo de produção se historiciza na realidade concreta da região. Cf. Hobsbawm In: Marx (2011);

<sup>10</sup> Dentre outras coisas, o gado bovino ocupava espaço que deveria ser destinado ao plantio da cana, além de, com seu pisotear, tronar mais difícil a trabalhabilidade do solo;

<sup>11</sup> A referência que faço às famílias Pereira e Carvalho não ocorre porque sejam as únicas a existir no espaço serratalhadense, nem tampouco por serem exclusivas na prática da violência, mas por que os dois grupos



Nesse contexto de rivalidade familiar é que nasce o cangaceirismo na Região do Pajeú, sendo seu precursor, Sebastião Pereira, conhecido como Sinhô Pereira<sup>12</sup>. Da guerra familiar travada entre Pereira e Carvalho, vem à cena Lampião, o mais célebre dos cangaceiros e elemento central desta pesquisa<sup>13</sup>.

Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, atuou nos sertões de sete Estados nordestinos, de 1922, quando lhe foi passado o comando do bando liderado por Sinhô Pereira, até 28 de julho de 1938, quando oficialmente foi dado como morto, numa ação da polícia alagoana, ocorrida no município de Poço Redondo, cidade do sertão sergipano.<sup>14</sup>

Lampião foi protagonista de uma saga cangaceira pautada na violência, evidenciada em assassinatos realizados com requinte de crueldade, como, por exemplo, sangramentos, esfolamentos, esquartejamentos, torturas diversificadas, estupros, seqüestros, extorsões e desmoralizações públicas. Essas ações de força, que funcionavam como estratégia do cangaceiro para implantar seu domínio através do medo, eram acompanhadas por ações de benesses direcionadas aos habitantes das caatingas, como dar esmolas, atuar como “juiz” em determinadas questões, numa clara intenção de ganhar simpatia e consequente apoio do sertanejo (CHIAVENATO, 1990).

O “reinado lampiônico” é estabelecido por cerca de quase vinte anos e a sua duração se explica pela soma de uma série de fatores que, quando analisados, apontam para a existência de condições materiais favoráveis a essa longevidade.<sup>15</sup> O chamado “Rei do Cangaço” construiu uma rede extensa de informantes, que lhe mantinha a par da movimentação das volantes; desfrutava de proteção de fazendeiros, principalmente da família Pereira, em Pernambuco; possuía contatos para compra de armas e munição e mantinha sob suborno oficiais da polícia militar (CHIAVENATO, 1990). Acerca disso, o próprio Lampião

---

familiares citados foram responsáveis por uma guerra familiar duradoura, promovendo número significativo de mortos, tanto no município quanto fora dele e, nos dias atuais, embora exista fusão das duas famílias, ainda se observa desdobramento dessa rivalidade, objetivada em assassinatos. Soares (2015, p. 132) constrói uma cartografia das mortes do conflito;

<sup>12</sup> Esse cangaço é, de acordo Mello (2004), o chamado “cangaço de vingança”. Para o autor citado há mais dois tipos: cangaço de refúgio e cangaço meio de vida;

<sup>13</sup> Sobre a questão envolvendo as famílias Pereira e Carvalho, na região do Pajeú, indicamos a pesquisa de mestrado: SOARES, Cristiano E de C. **Pereiras e Carvalhos**: uma história da espacialização das relações de poder (Serra Talhada - PE). 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015;

<sup>14</sup> Quando escrevo “oficialmente dado como morto”, faço-o em decorrência de não haver, por parte de não poucos pesquisadores / escritores sobre a temática cangaço lampiônico, concordância de tal morte ter existido. Memorialistas como Cícero Rodrigues de Carvalho, em “Lampião e a Sociologia do Cangaço”(SD), José Malta de Sá Neto, em “Davi Jurubeba: um herói nazareno”(2004), somente para citar alguns, escrevem contestando a versão oficial dada pela Polícia Alagoana, acerca da morte de Lampião;

<sup>15</sup> Deve-se lembrar que, de modo geral, segundo Macedo (2019) a vida cangaceira era possuidora de curta duração, podendo ser seu ponto final a prisão (rara de acontecer) ou a morte violenta (prática mais recorrente), quase sempre imposta ao cangaceiro pelo Estado, através dos grupamentos policiais, chamados volantes;

atesta, quando foi entrevistado na cidade de Juazeiro do Norte, em 1926, pelo médico Otacílio Macedo, da cidade do Crato.<sup>16</sup>

As quase duas décadas de vida cangaceira serviram de espaço para que Lampião protagonizasse ações que reverberaram memorialmente. Ou seja, os feitos agressivos do cangaceiro produziram as chamadas memórias traumáticas, tanto vivenciadas diretamente quanto por tabela (POLLAK, 1989). Estas memórias se revelaram no espaço serratalhadense protagonistas de resistência a qualquer intencionalidade referente ao uso da memória lampiônica.

Todavia, o que se observa na contemporaneidade serratalhadense é uma alusão feita à memória lampiônica, que se revela tanto imagetivamente quanto festivamente. Ou seja, no espaço serratalhadense é recorrente a existência de semiótica abundante relacionada à memória lampiônica, visto que o nome do cangaceiro é usado para diversos fins, como nomear hotel, pousada, restaurante e rua. Há lugares de memória lampiônica (NORA, 1993), há eventos (celebração, festa e teatro ao ar livre) que se ligam e, a Fundação Cultural Cabras de Lampião (FCCL), à qual pertence o Grupo de Xaxado Cabras de Lampião, conhecido no Brasil e em outros países da América Latina

Figura nº 2: Lugares de memória lampiônica, em Serra Talhada-PE



Fonte: Do autor

Perguntas se fazem necessárias serem feitas, diante do quadro que se apresenta no espaço serratalhadense alusivo à memória de Lampião: Havendo na cidade pessoas portadoras de memórias traumáticas relacionadas a Lampião, seja diretamente ou por tabela, como se explica a multiplicidade de fatos e acontecimentos relacionados à memória do chamado Rei do Cangaço? A que se deve a existência de uma memória lampiônica monumentalizada? À invenção e construção dessa memória lampiônica houve aquiescência ou resistência?

<sup>16</sup> Vide a entrevista, adaptada às normas gramaticais da língua portuguesa, em <<<https://www.destaquenoticias.com.br/entrevista-com-lampiao-o-rei-do-cangaço-2/>>>;

Diante dessa problematização é que empreenderei a discussão do que se pretende neste capítulo. Ou seja, a partir de uma abordagem encimada na perspectiva da história-problema,<sup>17</sup> estabelecerei questionamentos ao passado histórico serratalhadense, mais precisamente o espaço de tempo compreendido de meados da década de 1980 aos dias atuais, em busca de elementos que possam vir a lançar luz esclarecedora ao presente vivenciado na cidade de Serra Talhada.

## 2.1 A invenção da tradição lampiônica: os primórdios...

O conceito Tradição Inventada é trazida à discussão e teorizada pelo historiador inglês, Eric Hobsbawm, em seu livro “A Invenção das Tradições” (2002), escrito em parceria com Terence Ranger. Na obra citada, são mostradas a amplitude e a definição do conceito.

Afirma o historiador inglês que é amplo o uso do termo tradição inventada, não existindo, porém, indefinição quando do seu uso. Assim,

Inclui tanto as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas - e se estabeleceram com enorme rapidez. (HOBBSAWM; RANGER, 2002, p. 9).

No que se refere à memória lampiônica em Serra Talhada, o invento dessa tradição se inclui no primeiro caso, está delimitada no tempo e experimenta construção e institucionalização, conforme será exposto e discutido no transcórper deste texto.<sup>18</sup>

Concernente à definição do que seja Tradição Inventada, Hobsbawm e Ranger (2002) afirmam que a repetição, o ritual e a simbologia lhes são elementos intrínsecos, visto que, através da primeira, as duas últimas intencionam introjetar nas pessoas “certos valores e normas de comportamento, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (p. 9).

Partindo da premissa de que o passado histórico com o qual se relaciona a tradição inventada não necessariamente precisa ser remoto, perdido no tempo e, por conseguinte,

---

<sup>17</sup> O surgimento da Escola dos Annales trouxe consigo uma maneira nova de se construir a narrativa histórica, trouxe à luz uma Nova História. Propôs uma história problematizada, ou seja, uma história-problema. Acerca disso, ver Marc Bloch (2002), **Apologia da História ou Ofício do Historiador**;

<sup>18</sup> A afirmação decorre de pesquisa anterior, por mim realizada, no campo das Ciências Sociais (2009/2010), quando, à luz da Sociologia e da Antropologia, em diálogo com a História, discuti a ação de produtores culturais serratalhadenses alusivas à memória lampiônica, em Serra Talhada. Agora, lançarei mão do que por mim foi produzido, enquanto fonte, visto que, a história-problema mantém diálogo consistente com as Ciências Sociais, de acordo com Bloch (2002);

impossibilitado de ser localizado e datado, tem-se em Serra talhada, levando-se em conta o tempo cronológico, o momento axial, o ponto zero, como diz Reis (2006), a partir do qual se principia a invenção da tradição lampiônica: uma peça teatral, apresentada no auditório do Colégio Municipal Cônego Torres, em 1984, intitulada *A Chegada de Lampião no Inferno*, dirigida por Anildomá Willans de Souza, o Domá, hoje produtor cultural serratalhadense. Veja-se o dito abaixo, pelo próprio Domá:

Como não tínhamos nenhum texto de teatro que fosse compatível com as nossas condições financeiras para montar um espetáculo, grandioso, nós pegamos um texto nosso chamado “A Chegada de Lampião no Inferno”, que foi baseado na literatura de cordel, já que o personagem central era Lampião [...] Foi o primeiro trabalho que nós imaginamos ser Lampião. **Vamos resgatar a imagem de Lampião em Serra Talhada.** (FERREIRA JÚNIOR, 2010, p. 74). (Grifo do autor)

A intencionalidade de resgatar a imagem de Lampião, utilizada por Domá, remeteria ao entendimento de que a mesma vivenciava condição de desfavor? A observação do contexto no qual ocorre o agir do produtor cultural pode vir a lançar luz explicativa ao questionamento feito. Desse modo, elencaremos adiante os passos que foram dados na caminhada de “resgatar a imagem de Lampião”.

Após a apresentação da peça “A chegada de Lampião no Inferno”, ocorrida em 1984, o vereador Expedito Eliodório, conhecido como Louro Eliodório, objetivando colocar em praça pública estatuetas de Lampião, Maria Bonita e Corisco, confeccionadas pelo serratalhadense artista plástico e professor, Juracy Jussé, constrói um Projeto de Lei e o leva à apreciação de seus pares, de quem consegue aprovação do que veio a ser a Lei Municipal nº 621, de 19 de dezembro de 1986.

No texto do Projeto da Lei citada, o vereador demonstra sua intencionalidade de lançar luz sobre o que, segundo ele, vivenciava o descaso: personagens de destaque da história da cidade, dentre eles, Lampião. Veja-se:

A terra que à nação lançou homens, entre outros, da estirpe dum Agamenon Magalhães e **Virgulino Ferreira da Silva (Lampião)**, vegeta no limbo da insensibilidade. Pouco ou nada foi realizado a fim de que se arrancasse dos terreiros desolados dos seus filhos o joio da desinformação sobre suas origens; sua casa; sua memória [...] Nem tudo está perdido. Em toda a perdição sempre resta algo para servir de testemunho, de memória ao que se perdeu e ao que sobrou. (Grifo nosso).

Ao colocar Agamenon Magalhães<sup>19</sup> e Lampião no mesmo nível de importância, o texto parece promover reforço ao movimento renorteador direcionado à memória de Lampião, que já vinha ocorrendo na cidade, desde 1984, com a apresentação da peça teatral *A Chegada de Lampião no Inferno*.

Mesmo que o discurso oficial presente no Projeto de Lei fosse a preocupação com o resgate da memória cultural do município, havia demonstração de interesse da apropriação da memória coletiva do cangaço, mais precisamente da memória lampiônica, quando se faz referência à criação do Museu da Cidade e ao Estatuto da Fundação Casa da Cultura de Serra Talhada, conforme se observa, abaixo:

[...] uma campanha regional para resgatar para Serra Talhada objetos, móveis, utensílios, depoimentos, documentos da história da cidade e do cangaço [...] **reconstrução das casas de Lampião e do seu principal inimigo, Zé Saturnino** [...] **elevação de monumentos a Lampião e ao Barão do Pajeú**, em cada uma das entradas da cidade [...] promoção de concurso regional, quiçá nacional, sobre o tema: **Serra Talhada, Berço de Lampião**.<sup>20</sup> (Grifo nosso).

Percebe-se não ser dada, no Projeto de Lei, exclusividade à pessoa de Lampião, porquanto são citados os nomes de Zé Saturnino, Barão do Pajeú<sup>21</sup> e Agamenon Magalhães, citado em excerto anterior. Todavia, o exame de outra parte do texto põe Lampião em destaque, uma vez que atrela o nome do cangaceiro à possibilidade de auferir ganhos, ou seja, confere-se a Lampião status comercial. Veja-se, abaixo, a confirmação:

Não se concebe o ostracismo a que condenamos nossa terra e nossa gente, negando-nos, **inclusive, as divisas que por certo ganharíamos com o folclore e a memória de Lampião, verdadeiros motivos de atração turística tão bem explorados por cidades e Estados, que pouco tiveram a ver com Virgulino Lampião, filho de Serra Talhada**.<sup>22</sup> (Grifo nosso).

O texto chama a atenção para a perda de oportunidade, por parte da cidade de Serra Talhada, em lucrar financeiramente com a memória lampiônica, quando afirma existir, por parte de outros espaços, a exploração comercial da memória do cangaceiro. Somado a isto, não passa despercebida a desqualificação que é emitida aos espaços que lucram com a memória lampiônica, quando a tais não é conferido vínculo de identidade com o cangaceiro, no texto reafirmado como filho de Serra Talhada.

<sup>19</sup> Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães, serra-talhadense que se tornou célebre na política nacional: foi Deputado Estadual e Federal, Ministro de Getúlio Vargas, interventor e Governador de Pernambuco. É considerado o mentor ideológico do estadonovismo varguista (PANDOLFI, 1984).

<sup>20</sup> Trecho de apresentação do Projeto de Lei nº 621 de 19 de dezembro de 1986, que instituiu a Fundação Casa da Cultura de Serra Talhada e o Museu da Cidade;

<sup>21</sup> Andreolino Pereira, o Barão do Pajeú, figura de renome político no passado e nome de praça da cidade. Foi um dos fundadores do clã Pereira, importante família local.

<sup>22</sup> Trecho de apresentação do Projeto de Lei nº 621 de 19 de dezembro de 1986;

A transformação do Projeto de Lei em Lei, promove confronto ao que estava discursivamente solidificado, em relação à memória de Lampião, em Serra Talhada, porquanto elevando-se o cangaceiro a patrimônio cultural municipal, afronta-se o discurso que lhe era direcionado: cangaceiro sanguinário. Tratava-se, pode-se afirmar, de se transgredir a lei do lugar (CERTEAU, 1996), de legalmente dar continuidade à tradição inventada (HOBBSAWM; RANGER, 2004), iniciada quando da apresentação da peça teatral *A Chegada de Lampião no Inferno*, em 1984, conforme já se disse neste texto.

Em 1987, é fundada em Serra Talhada a Casa da Cultura e o Museu da Cidade. Esta instituição atuou contundentemente no processo de construção da tradição inventada relacionada à memória de Lampião. Amparada no discurso de preservação da cultura local, porém priorizando o viés econômico, ou seja, a preocupação dos que dirigiam a Casa da Cultura era usar economicamente a imagem de Lampião, conforme é dito por Tarcísio Rodrigues, produtor cultural serratalhadense, e registrado por Ferreira Júnior (2014, p. 68): “A casa vivia procurando um mote pra vender Serra Talhada turisticamente. Vivíamos procurando esse mote”.

A afirmação do produtor cultural revela claramente a intencionalidade econômica e, somado a isso, a busca por um meio de satisfazer essa intencionalidade. A flexão do verbo viver (vivíamos) aponta para uma movimentação em busca de solução para o problema posto: vender turisticamente Serra Talhada. Esse movimentar-se, por sua vez, pode apontar para uma dupla possibilidade dedutiva: ou o que se dispunha, enquanto mote, não vendia a cidade, ou, o que se tentou emplacar buscando vender a cidade não logrou êxito. Um exame mais detido do passado histórico da cidade mostrará que ambas as deduções estão corretas.

Havia na cidade a vivência da tradição da beleza, visto que Serra Talhada emplacara três misses Pernambuco em sequência, nos anos 1974, 1975 e 1976. A cidade era conhecida como Tricampeã da Beleza Feminina. Com a intencionalidade deliberada de “vender a cidade turisticamente”, a Tradição da Beleza caiu em desuso e, dessa forma, saiu de cena, uma vez que, segundo afirmam Hobsbawm e Ranger (2004, p. 12):

Provavelmente, não há lugar nem tempo investigados pelos historiadores onde não haja ocorrido a “invenção” de tradições. Contudo, espera-se que ela ocorra com mais frequência: **quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas” tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis;** quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. (Grifo nosso).

A reordenação do discurso sobre a memória de Lampião e, com ele, a intencionalidade de se achar uma maneira de promover visibilidade turística a Serra Talhada formaram o binômio promotor do obsoletismo da Tradição da Beleza e, por conseguinte, estimulador da criação de uma nova tradição, visto que, “inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quando da oferta” (HOBSBAWM; RANGER, 2004, p. 12).

Tendo o entendimento que a tradição existente não contemplava a intencionalidade posta – que era vender turisticamente a cidade -, passou a existir busca por aquilo que satisfizesse a demanda abertamente colocada, que era a definição de um produto, de uma mercadoria cultural, que promovesse atrativo à cidade. Isto se revela claramente na tentativa de emplacar o evento A Missa do Poeta, realizado em setembro de 1988, conforme se verifica em notícia divulgada no Diário de Pernambuco, um dos maiores jornais do Estado:

Figura nº 03: Anúncio da Primeira Missa do Poeta, em Serra Talhada



Fonte: Jornal Diário de Pernambuco, 18 de agosto de 1988

Zé Marcolino, poeta e compositor, falecido em 1987, revelava-se mote promissor na intenção de se vender turisticamente a cidade.<sup>23</sup> O homenageado era parceiro de Luiz Gonzaga em várias composições de sucesso. Ademais, conforme se verifica no texto jornalístico, a tentativa da invenção da nova tradição se respaldava em outra que havia deslanchado, A Missa do Vaqueiro, na cidade de Serrita, em solo pernambucano, distante de Serra Talhada cerca de 120 quilômetros. Todavia, o intento não logrou êxito, pois de acordo com Tarcísio Rodrigues, presidente da Casa da Cultura, à época, “fizemos a Missa do Poeta,

<sup>23</sup> José Marcolino Alves, conhecido como poeta Zé Marcolino, e famoso por composições musicais interpretadas por Luiz Gonzaga, o Rei do Baião. A mais divulgada das suas composições é “Numa Sala de Reboco”;

após a morte de Zé Marcolino. Fizemos três edições, mas descobrimos que a Missa do Poeta **não era o mote ideal. Não vendia como nós queríamos**” (FERREIRA JÚNIOR, 2010, p. 76).<sup>24</sup> (Grifo nosso).

Diante do insucesso da Missa do Poeta, e na continuidade da busca do chamado mote ideal para vender turisticamente a cidade, despertam-se os produtores culturais para a figura de Lampião. A exploração da memória lampiônica feita em outros locais levou os produtores culturais a enxergarem em Lampião potencial turístico, pois, segundo Tarcísio Rodrigues, “a gente estava ali, **vendo o filão, passar despercebido, sem ser utilizado [...] os inimigos de Lampião ganhando dinheiro com Lampião e, Serra Talhada, terra de Lampião, sem usufruir disso**” (FERREIRA JÚNIOR, 2014, p. 68). (Grifo nosso).

## 2.2 Estátua de Lampião em praça da cidade: sim ou não

Era o início da década de 1990 e se lançou mão da ideia de se colocar em praça pública uma estátua de Lampião. Tal intencionalidade não se constituía novidade, porém, ganhava contornos novos, visto que os sujeitos atuantes no campo da cultura local, na busca de um mote para vender turisticamente a cidade, resolveram levar adiante o que somente se intencionou fazer em 1986.<sup>25</sup> Ademais, a ação desses sujeitos se pautava na Lei Municipal nº 621, de 19 de dezembro de 1986, que eleva Lampião à condição de patrimônio cultural de Serra Talhada.

O desejo dos produtores culturais foi expresso de maneira institucional, ou seja, o projeto da estátua de Lampião em praça da cidade chegou aos ouvidos da população como sendo veiculado pela Fundação Casa da Cultura de Serra Talhada. A ideia, embora contasse com apoio do prefeito à época, Ferdinando Feitosa, dividiu opiniões dos cidadãos, gerando polêmica e acirradas discussões. Diante disso, o chefe do Executivo municipal “para evitar arbitrariedades e possíveis retaliações pelos segmentos contrários à homenagem, optou por realizar uma consulta direta à população” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 09/07/1991).<sup>26</sup>

Definiu-se, então, que haveria um plebiscito. A data da realização foi marcada para o dia 07 de setembro do mesmo ano, durante as comemorações da festa da padroeira da cidade,

<sup>24</sup> Após três edições (1988, 1989, 1990) a Missa do Poeta passou a ser celebrada na cidade pernambucana de Tabira, no Alto Pajeú, onde acontece há 32 anos consecutivos;

<sup>25</sup> Em 1986, o artista plástico e professor Juracy Jussé, esculpiu três pequenas estátuas – Lampião, Maria Bonita e Corisco – e as queria colocar numa praça da cidade. A partir dessa ação, por iniciativa do vereador Expedito Eliodório (Louro Eliodório), foi criada a Lei Municipal nº 621, de 19 de dezembro de 1986, que eleva Lampião à condição de patrimônio cultural de Serra Talhada;

<sup>26</sup> Caderno Cidade. Recife, terça-feira, 9 de julho de 1991. A-9;



Nossa Senhora da Penha. Somente serratalhadenses natos, residindo ou não na cidade, poderiam votar. O voto seria facultativo, bastando somente comprovar a conterraneidade lampiônica e ter dezoito anos de idade. Isto definido, as partes favoráveis e contrárias à instalação da estátua de Lampião em praça da cidade foram às ruas. Iniciava-se, assim, a campanha para adquirir votos.

Os favoráveis à implantação da estátua do cangaceiro em praça da cidade tomaram providências em relação à bandeira de campanha levantada pelos opositores, que centralizava o seu discurso no fato de ter sido Lampião bandido sanguinário. Essa discussão, inevitavelmente, trazia à tona as barbaridades cometidas pelo cangaceiro. Isto era desagregador e, por conseguinte não interessava aos que intencionavam lhe promover glorificação.

Os organizadores do plebiscito e adeptos do sim à estátua promoveram a Lampião um deslocamento de lugar nas discussões travadas a seu respeito na cidade. Tiraram-no da discussão polarizada herói/bandido e lhe promoveram ao ser somente história, uma maneira de ofuscar as atrocidades cometidas pelo cangaceiro, era fazer valer o fato histórico em si mesmo. Além disso, deixar de lado o epíteto de herói promovia o esquivar-se da ira dos parentes das vítimas do cangaceiro. A figura abaixo mostra a objetivação da ideia:

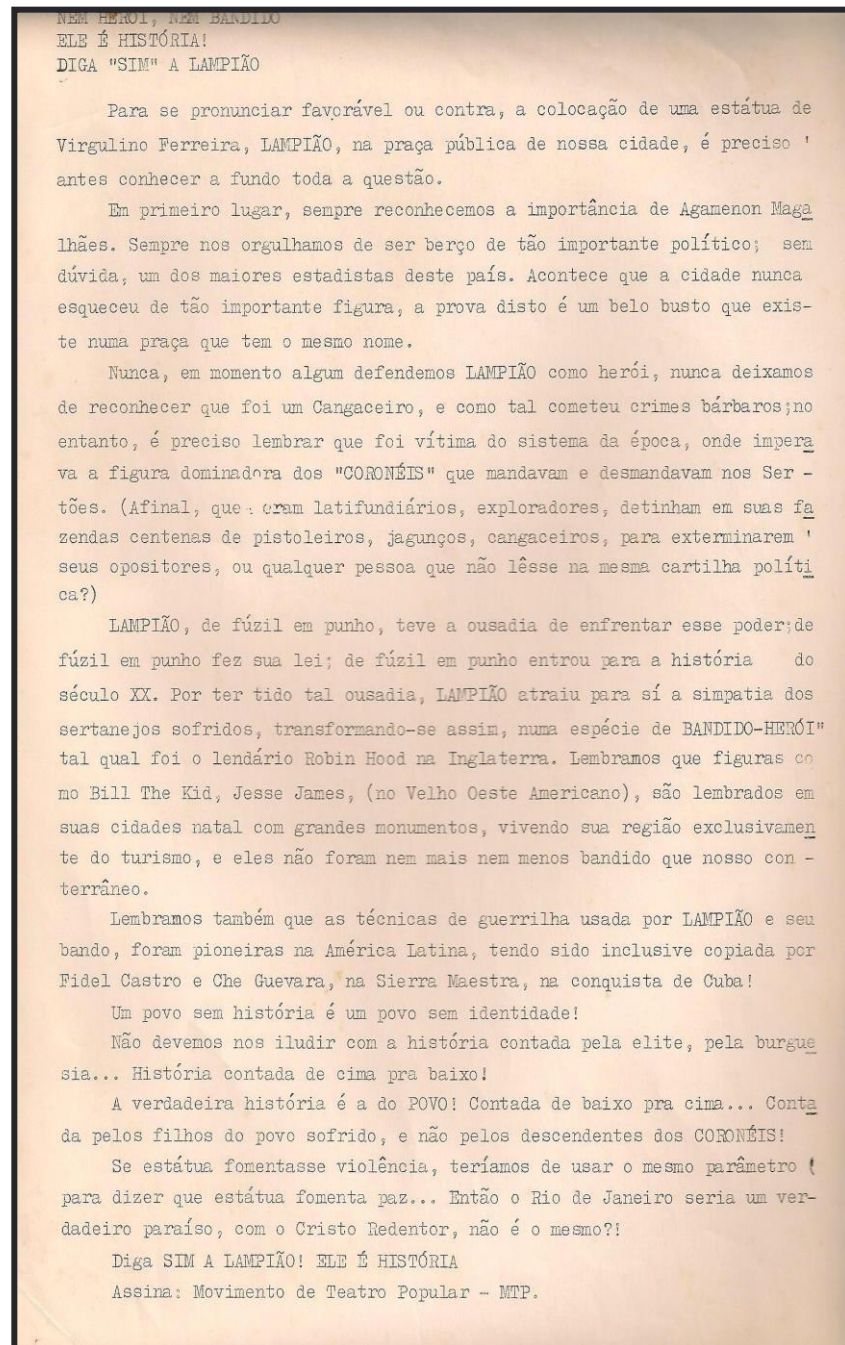
Figura nº 04: Slogan pichado em muro de escola, em Serra Talhada.



Fonte: Diário de Pernambuco, 21 de julho de 1991.

A ideia pichada no muro, demonstrado na figura acima, foi antes defendida em uma carta aberta à população serratalhadense, no mês de julho de 1991. Sua autoria é reivindicada pelo Movimento de Teatro Popular - MTP. Abaixo, a carta na íntegra.

Figura nº 05: Carta aberta defendendo a instalação da estátua de Lampião em Serra Talhada



Fonte: Acervo de Anildomá Willans de Souza.

Os autores da carta a iniciam demonstrando postura cautelosa relacionada às figuras de Agamenon Magalhães e Lampião. Procuram deixar claro que, em relação a primeira não existe desvalorização, lembrando seu agir político e citando a existência de um busto que a homenageia na cidade. Referente à Lampião, os autores procuram deixar bem claro, pelo menos discursivamente, que não existe intenção de heroizar o cangaceiro, dando-lhe a pecha de criminoso bárbaro e, dessa forma, reproduzindo o discurso dos opositores à existência da

estátua. Percebe-se uma tentativa de buscar segurança, ou seja, demonstra-se a existência de medo.

Verifica-se, todavia, que em contraponto à vida criminosa do cangaceiro é posto um atenuante, quiçá uma justificativa para sua existência: a ausência de condições sociohistóricas favoráveis. Veja-se, abaixo, o dito em parte da carta exposta acima:

[...], **no entanto é preciso lembrar que foi vítima do sistema da época, onde imperava a figura dominadora dos “CORONÉIS”** que mandavam e desmandavam nos Sertões (afinal, quem eram latifundiários, exploradores, detinham em suas fazendas centenas de pistoleiros, jagunços, cangaceiros, para exterminarem seus opositores, ou qualquer que não lesse na mesma cartilha política? (Grifos são nossos)<sup>27</sup>. (Grifo nosso).

Diante do defendido pelos autores da carta, Lampião não teria escolha diante do condicionamento social que vivenciava. A vida criminosa lhe teria sido chegada mediante o desfavor sócio histórico vivenciado. A dominação imposta pelos coronéis, classe dominante e detentora do principal meio de produção local, a terra<sup>28</sup>, somado à anuência do Estado às práticas coronelísticas abusivas, teriam sido o binômio impulsionador da vida facinorosa de Lampião.

Diante disso, os autores da carta em análise atribuem a face sanguinária lampiônica às circunstâncias de desfavor social vivenciadas pela família Ferreira, à qual pertencia Lampião, em relação ao poderio coronelístico local. Isto sendo levado em conta, pode tal situação corroborar com o dito por Marx (2011, p. 25): “os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhe as circunstâncias sobre as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. Assim, percebe-se esforço dos autores da carta em eximir Lampião da responsabilidade de se ter transformado em um bandido cruel e sanguinário, por livre vontade.

O empenho em eximir Lampião de culpa por ter se tornado fora-da-lei e protagonista de crimes cruéis funciona como uma espécie de introito para o segundo e principal momento da carta: glorificar o cangaceiro. Veja-se o que se diz no parágrafo imediatamente posterior:

<sup>27</sup> Trecho da Carta Aberta defendendo a instalação da estátua de Lampião em Praça de Serra Talhada – PE;

<sup>28</sup> Ao se analisar a formação espacial de Serra Talhada, encontramos, na sua origem, o latifúndio como base de sua formação econômico-social. Isso em função da ligação direta desse espaço com o grande Morgado dos Garcia d’Ávila (da Bahia). Por meio da interiorização das boiadas e do advento da pecuária, os Sertões Nordestinos foram desbravados, no século XVIII, sob brasões de famílias, como as do nobre português Agostinho Nunes de Magalhães, que fizeram da terra sua fonte de poder, dominação e produção e reprodução da exploração. (BANDEIRA, 2000; HOLANDA, 2002.);

**Lampião, de fuzil em punho, teve a ousadia de enfrentar esse poder;** de fuzil em punho, fez sua lei; de fuzil em punho, entrou para a história do século XX. Por ter tido tal ousadia, LAMPIÃO atraiu para si a simpatia dos sertanejos sofridos, transformando-se, assim, numa espécie de **BANDIDO-HERÓI**, tal qual foi o lendário Robin Hood, na Inglaterra.<sup>29</sup> (Grifo nosso).

Características revolucionárias são atribuídas a Lampião pelos autores da carta e, além disso, enquadram o cangaceiro como bandido social, na categoria do ladrão nobre (HOBSBAWM, 2010). É divulgado um Lampião idealista, “possuidor de consciência dos problemas do seu tempo e imbuído em transformar o seu mundo” (FERREIRA Jr., 2010, p. 67).

Talvez a afirmação dos autores da carta tenha se respaldado na leitura de Cangaceiros e Fanáticos (1968), de autoria de Rui Facó, onde é defendido haver na ação cangaceira consciência política e, por conseguinte, constituir-se em um protorrevolucionarismo (FACÓ, 1968). Essa concepção é contestada por Luiz Bernardo Pericás, em Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica (2010), quando afirma ter Rui Facó (1968) se apoiado em uma leitura equivocada do movimento cangaceiro feito, à época, por militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que “despossuídos eram de preparo teórico sistemático e orgânico, além de pouco conhecimento da formação histórica, econômica e social da nação” (PERICAS, 2010, p. 152).

Os autores da carta, imbuídos em tornar legítima a implantação da estátua de Lampião na cidade e o uso da figura de sua figura como atrativo turístico, conclamam os serratalhadenses a tomarem como exemplo cidades estadunidenses, que explorando turisticamente a vida facinorosa de seus filhos angariavam benesses econômicas.

Lembramos que figuras como Bill the Kid, Jesse James (no Velho Oeste Americano), são lembradas em suas cidades natal com grandes monumentos, vivendo sua região exclusivamente do turismo, e eles não foram nem mais nem menos bandidos que nosso conterrâneo.<sup>30</sup>

A tentativa de persuasão dos autores da carta não leva em conta as singularidades que perpassam as sociedades. Ou seja, desprezam o fato de que as sociedades são ímpares em suas práticas, costumes, tradições. O fato de a memória dos dois criminosos citados serem exploradas turisticamente em suas cidades natais não se constitui elemento que possa vir a respaldar e ou justificar suas pretensões, uma vez que, “o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as

<sup>29</sup> Trecho da Carta Aberta defendendo a instalação da estátua de Lampião em Praça de Serra Talhada – PE;

<sup>30</sup> Trecho da Carta Aberta defendendo a instalação da estátua de Lampião em Praça de Serra Talhada – PE;

posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura” (LARAIA, 2011, p. 68).

Adiante, os autores da carta desvelam elementos constituintes da glorificação que dão a Lampião, afirmando-o ser o iniciador de táticas de guerrilhas na América Latina e, além disso, afirmam terem sido suas táticas copiadas pelos guerrilheiros cubanos comandados por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, na Sierra Maestra, quando da Revolução Cubana, em 1959, como se verifica abaixo, em trecho da carta:

Lembramos também que **as técnicas de guerrilha** usada por LAMPIÃO e seu bando, **foram pioneiras na América Latina**, tendo sido inclusive **copiadas por Fidel Castro e Che Guevara**, na Sierra Maestra, na conquista de Cuba.<sup>31</sup> (Grifo nosso)

Os autores da carta se revelam totalmente despreocupados com a presença da veracidade em seu discurso. Percebe-se que a preocupação era meramente atribuir a Lampião predicativos, ou seja, forjar uma imagem do cangaceiro, a partir de uma idealização, e levar as pessoas a acreditar no que se falava, visto que, no referente à construção e uma imagem, “a realidade pouco importa em si mesma, importa que acreditem nela e a aceitem, ainda que seja uma imagem inteiramente inventada, embelezada ou retocada (SCHWARTZENBERG, 1978, p. 14).

Depois de acalorado embate discursivo, ocorrido nas ruas e em estúdio de rádio da cidade, e de ameaças feitas pelos opositores aos favoráveis à homenagem a Lampião, chega, por fim, o dia sete de setembro de 1991 e, com estrutura assemelhada à que se exige para a realização de um pleito eleitoral oficial (promovida pela Justiça Eleitoral), com reforço policial e com a expectativa que perpassa os eleitores, a votação ocorreu, durando das 08:00h às 17:00h.

Para estabelecer controle dos votantes, cuja exigência era ser serratalhadense nato e o comprovar documentalmente, criou-se um comprovante, que foi emitido pela Fundação Casa da Cultura de Serra Talhada, conforme se verifica abaixo:

---

<sup>31</sup> (Idem);

Figura nº 06: Comprovante de Votação Plebiscito em Serra Talhada



Fonte: Anildomá Willians de Souza

Contrariando as expectativas ruins – porquanto havia ameaça de invasão da cidade, por parte de homens habitantes na vila de Nazaré, descendentes de nazarenos membros de volantes e perseguidores de Lampião -, a votação ocorreu normalmente. Compareceram aos postos de votação 2289 pessoas, das quais, 1648 (72%) disseram SIM à construção e implantação em Praça da cidade, de uma estátua de Lampião.

O resultado da votação foi divulgado no mesmo dia da votação, à noite, no programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão. Após a divulgação na televisão, houve o anúncio em palco instalado na Praça Sérgio Magalhães, a principal da cidade. Agora, por direito decorrido de vontade popular, Lampião seria homenageado, como pretendiam os inventores da tradição lampiônica.

Dois dias depois, em 09 de setembro de 1991, o ocorrido em Serra Talhada é noticiado nacional e mundialmente, exteriorizando o querer dos que defendiam ser Lampião o produto turístico capaz de promover visibilidade à cidade e, conseqüentemente lhe promover benesses financeiras. Veja-se o dito em Diário de Pernambuco, um dos dois maiores jornais de circulação no Estado:

Figura nº 07: Manchete sobre o resultado do plebiscito em Serra Talhada.



Fonte: Diário de Pernambuco, 09/09/1991.

Nada obstante a veracidade da manchete, o conteúdo da reportagem é sensacionalístico, porquanto não é condizente com a verdade dos fatos. Primeiro, o plebiscito não dizia respeito à absolvição ou condenação, mas a fixação ou não de estátua de Lampião em Praça da cidade. Segundo, a estátua seria colocada numa Praça e não no topo da serra que nomeia a cidade. Terceiro, não havia nenhuma definição do tamanho da estátua e a reportagem afirma-a maior que a do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, com 38 metros e, maior que a do Padre Cícero, em Juazeiro do Norte, com 27 metros. Por fim, o autor da reportagem arremata o seu arsenal de falácias, quando afirma: “A ideia é que ao lado da gigantesca figura de concreto, surjam bares e restaurantes, xaxódromo e forró-dromos. Quem sabe um anfiteatro ou hotel. Pode ser até que o lugar se torne um novo centro de romaria”.

A consecução do projeto da estátua de Lampião não se realiza, sendo um conjunto de motivos o responsável. Além da inexistência de verba, houve significativos protestos pós-plebiscito, provindos tanto de opositores locais quanto de fora. À parte a inexistência de verba, a correlação de forças não se verificava favorável à objetivação da intencionalidade dos produtores culturais.

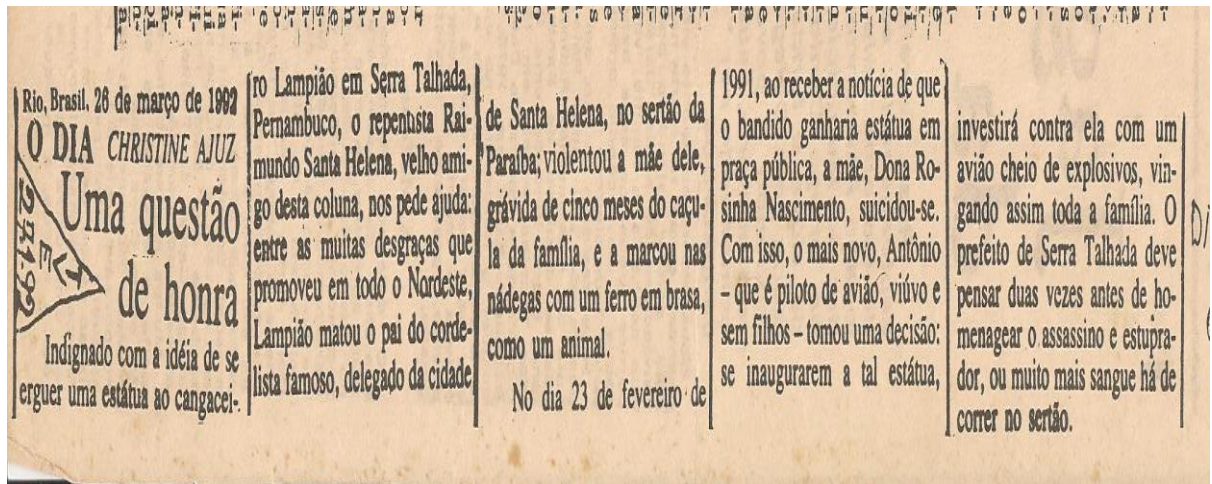
A resistência empreendida pelos opositores locais, obviamente esperada, provinha de ex-volantes combatentes de Lampião (ainda vivos) e também de familiares de pessoas vítimas

do cangaceiro. Como exemplo, a fala de Davi Jurubeba, nazareno<sup>32</sup>, tenente da reserva da Polícia Militar de Pernambuco e membro de volante perseguidora de Lampião, lembrado por Euclides Ferraz, advogado serratalhadense<sup>33</sup>:

**É um absurdo os nazarenos deixarem construir uma estátua de um bandido na praça pública!** Ele dizia: **“Se vocês não fizerem, vocês não são homens, não são dignos de serem chamados nazarenos.** (Grifo nosso).

No referente à resistência provida da parte dos de fora, esta era divulgada em jornais, como, por exemplo, na reportagem de O Dia, de março de 1992:

Figura nº: 08: Reportagem contendo ameaça à construção da estátua de Lampião



Fonte: Jornal O Dia, 28/03/1992.

Percebe-se na resistência empreendida à construção e fixação da estátua de Lampião na cidade, tanto por parte dos locais quanto por parte dos de fora, o experimento de memórias traumatizadas, diretamente ou por tabela, como o diz Pollak (1992). Não obstante a falta de dinheiro para consecutar o projeto, talvez o receio de que as ameaças se concretizassem tenha sido elemento determinante para não se levar adiante a ideia.

A não realização do projeto desejado pelos produtores culturais serratalhadenses não se constituiu ponto final ao desejo de se inventar e construir a tradição lampiônica. Exemplo comprobatório dessa afirmação são as ações de Anildomá Willans de Sousa, conhecido na cidade por Domá, que juntamente com seus familiares começa a empreender ações que virão a dar corpo à nova tradição, que trará à cidade visibilidade, nacional e internacional, bem como lhe promoverá atratividade turística.

<sup>32</sup> Nazarenos são os que habitam a Vila de Nazaré, que pertence à cidade de Floresta – PE. A vila dista 45 quilômetros de Serra Talhada e foi local de fornecimento de soldados para perseguir Lampião, nas chamadas volantes;

<sup>33</sup> Segundo Ricoeur (2007), a rememoração se traduz como resgate de algo declarado como passado;



Em 1993, com apoio do Governo do Estado, cria o Seminário Sertão, Beatos e Cangaceiros. No ano de 1994, já ocupando o cargo de Diretor Municipal de Cultura, funda a Fundação Cultural Cabras de Lampião (FCCL) e, com ela, o Grupo de Xaxado Cabras de Lampião (GXCL). Caberá oficialmente à Fundação Cultural Cabras de Lampião a criação e a realização de eventos relacionados à memória lampiônica, em Serra Talhada. Em 1995, a FCCL realiza o Tributo a Virgulino, comemorando os cinquenta e sete anos da morte do cangaceiro, como se vê no panfleto abaixo:

Figura nº 09: Panfleto de divulgação do Tributo a Virgulino



Fonte: CLEMENTE (2003, p. 28).

O panfleto foi distribuído e, no seu verso, trazia escrito texto defendendo haver em Lampião preocupação em transformar seu em torno. Veja-se parte do conteúdo existente no panfleto citado:

Vendo seus irmãos tombarem de fome, pela falta de terra, mão-de-obra semiescrava, os coronéis mandando e desmandando nos sertões, o jovem Ferreira passou a ser uma esperança de claridade entrando nas vilas, povoados e cidades, fazendo justiça e clamando em alto e bom tom, que era preciso devolver aos mandatários o que eles davam ao povo.

A legitimação do evento se revela pelo fato da ocasião se transformar em momento de encontro entre pesquisadores do cangaço, ex-cangaceiros, ex-volantes e parentes de Lampião. Dentro da programação ocorrem lançamentos de livros sobre o cangaço, apresentação de

grupos folclóricos, exibição de filmes, debates e palestras. O evento contou com o apoio da Prefeitura local e da Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço (SBEC).

Em 1997, ano do centenário de nascimento de Lampião, o Tributo a Virgulino foi realizado com a presença de ex-cangaceiros (Sila e Candeeiro), ex-volantes (Davi Jurubeba e João Gomes de Lira), parentes de Lampião (irmã, filha e neta) e escritores do cangaço de renome, como, Antônio Amaury, Gutembergue Costa, Jovenildo Pinheiro. Também foi a última vez que o evento foi realizado no espaço urbano.

A partir de então, o evento passou a ser realizado no Sítio Passagem das Pedras, lugar onde nasceu Lampião, que dista trinta e cinco quilômetros da cidade. A decisão de transferência de local de realização da festa é significativa no referente à construção da tradição lampiônica, visto que, no Sítio Passagem das Pedras se encontram elementos materiais que se atrelam à memória cangaceira lampiônica: a casa onde nasceu o cangaceiro (restaurada e transformada em um pequeno museu, pela FCCL), as ruínas da casa da sede da Fazenda Pedreira, pertencente a Zé Saturnino, primeiro inimigo de Lampião e, as pedras, local onde se deu o primeiro tiroteio entre Zé Saturnino e os irmãos Ferreira.

Convém lembrar que para realizar o Tributo a Virgulino no espaço rural, a FCCL alugou, por regime de comodato, o Sítio Passagem das Pedras, ao seu proprietário, o empresário carioca, Carlos Eduardo Gomes. A duração do aluguel é de dez anos, com garantia de preferência de renovação. O acordo firmado entre as partes foi divulgado em jornal de circulação estadual, o Jornal do Comércio e se encontra disponível em [www.serratalhada.net](http://www.serratalhada.net). Na ocasião, Domá, presidente da FCCL, deixa clara a intenção de a Serra Talhada promover uma nova identidade, que se atrela à tradição lampiônica:

A administração do Sítio Passagem das Pedras ficou sob a responsabilidade da Fundação Cultural Cabras de Lampião (FCCL), coordenada pelo escritor Anildomá Souza, o mais apaixonado dos lampiônicos. O acordo foi fechado na semana passada, quando o empresário do Rio de Janeiro Carlos Eduardo Gomes passou um contrato de comodato, por mais 10 anos, à fundação. **De acordo com Anildomá Souza**, que em dezembro do ano passado relançou o livro *Lampião, o Comandante das Caatingas*: “**esta é a oportunidade para projetar Serra Talhada como o Berço de Lampião e a Capital do Xaxado**. Já entramos em contato com a Prefeitura de Serra Talhada. Vamos iniciar uma ofensiva junto à iniciativa privada e soerguer o Sítio Passagem das Pedras, que só recebia turistas no mês de julho durante o Tributo a Virgulino. Após as reformas, teremos um calendário de atividades”. (Grifo Nosso).

No ano de 2002, a FCCL criou o Encontro Nordestino de Xaxado, que se realiza no primeiro final de semana de junho. O xaxado, em Serra Talhada é divulgado como uma dança de criação lampiônica. Assim, as apresentações de xaxado pelo Grupo de Xaxado Cabras de

Lampião, pertencente à FCCL, não busca somente divulgar o lado artístico do cangaço, mas proporcionar a lembrança de seu suposto autor: Lampião.

Figura nº 10: Grupo de Xaxado Cabras de Lampião no XIV Encontro Nordestino de Xaxado – 2019.



Fonte: Sebastião Costa

Percebe-se que, quando de uma apresentação de Xaxado, como a registrada na figura acima, o destaque não é dado à dança, mas a Lampião. Assim, verifica-se ser o xaxado, em Serra Talhada, um meio por que se divulga uma ideologia que, por sua vez, busca cristalizar uma memória oficial e promotora de uma identidade à cidade. Desse modo, mediante um símbolo, transmite-se uma ideologia (BAKHTIN, 2002), que se revela a partir de uma complexidade semiótica, observada, por exemplo, na indumentária dos dançarinos (FERREIRA JÚNIOR, 2007). Pode-se concluir haver relação entre o estético e ideologia.

Outras ações, tendo como líder o presidente da FCCL e que buscam solidificar a tradição lampiônica em Serra Talhada, vêm ocorrendo no transcorrer do tempo e se relacionam à construção de símbolos. Em 1998, a Lei Municipal 950/98 muda o nome da Rua 24, do bairro Tancredo Neves, onde mora o presidente da FCCL, para Rua Virgulino Ferreira da Silva.

No ano de 2005, através da Lei Ordinária 1089/2005, a rodovia PE-390, que compreende o trecho do entroncamento com a BR 232, no município de Serra Talhada até a Rodovia PE – 360, no município de Floresta – PE, passa a se chamar Rodovia Virgulino Ferreira da Silva. O texto de justificativa da Lei, que oficialmente aparece como sendo de autoria do Deputado Estadual Nelson Pereira, foi encomendado ao presidente da FCCL pelo

próprio parlamentar, quando este lhe solicitou a construção de mais um símbolo lampiônico na cidade. Veja-se excerto do texto:

[...] a rodovia PE – 390 foi no passado, bastante utilizada por almocreves, tropeiros, retirantes, romeiros [...] e também por cangaceiros quando estavam em perseguição ou sendo perseguidos pelas volantes que partiam da vila de Nazaré. Assim, atribuir a denominação Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, àquela rodovia estadual, é prestar uma contribuição grandiosa ao patrimônio cultural e histórico, ao povo brasileiro, em especial à cultura do povo sertanejo. É reconhecer, sobretudo, a grande contribuição dada por Lampião ao surgimento de novas formas de manifestações culturais populares. Dessa forma, suas façanhas influenciaram a dança, a música, a poesia regional, o cinema, a culinária, bem como despertou no homem da região a idéia de que não deve se acovardar diante do seu opressor, seja qual for à circunstância<sup>34</sup>.

Elemento de importância à construção da tradição lampiônica em Serra Talhada é o Museu do Cangaço. Esta instituição, criada pela Fundação Cultural Cabras de Lampião, que desde o ano de 2009 passou a funcionar em um galpão da antiga estação de trem da cidade, existe desde o ano de 2007. Embora nomenclature-se Museu do Cangaço, o foco do acervo é a pessoa de Lampião. Significativo é o acervo fotográfico, a quantidade e variedade de armas e, principalmente, objetos representativos da época cangaceira. No ano de 2019, estátuas de Lampião, Maria Bonita e Zabelê (cangaceiro serratalhadense) foram colocadas na entrada do museu.

Figura nº 11: Museu do Cangaço em Serra Talhada



Fonte: <https://www.google.com/search?q=museu+do+canga%C3%A7o+serra+talhada>

Coisa que deve ser lembrada é o que se relaciona à estátua de Lampião. Há quase trinta anos, em 1991, conforme já foi dito neste texto, grande confronto se estabeleceu

<sup>34</sup> Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Recife, 07 de outubro de 2005.

relacionado à construção e fixação de uma estátua de Lampião em praça da cidade, levando a população à decisão em plebiscito. Teria finda a resistência à homenagem ao Rei do Cangaco? Estaria a correlação de forças favorável?

O presidente da FCCL também atua no campo literário lampiônico. É autor de cinco livros, a saber, Lampião: o comandante das caatingas (1995); Xaxado: a dança de guerra dos cangaceiros de Lampião (1999); Nas pegadas de Lampião (2004); Lampião, nem herói, nem bandido: a história (2007) e Lampião e o Sertão do Pajeú (2018). As obras citadas são um ajuntamento de fatos atribuídos a Lampião e ou aos seus liderados, não havendo, para muito deles, fonte comprobatória. Assim, muito há nesses escritos provenientes do imaginário popular.

Por fim, não porque não haja mais o que trazer à discussão sobre a temática aqui exposta, mas porque acreditamos ser suficiente o que já expomos, no referente a mostrar que há em Serra Talhada, uma tradição lampiônica, inventada e construída, abaixo mostramos o registro em cartório, feito pelo presidente da Fundação Cultural Cabras de Lampião, dando a Serra Talhada uma nova identidade, que se atrela à memória lampiônica:

Fig. 12: Registro de slogan “Serra Talhada, A Capital do Xaxado”.

Solicito o registro dos "slogan's" por mim criado abaixo descrito:

"SERRA TALHADA, A CAPITAL DO XAXADO", "SERRA TALHADA, TERRA DE LAMPIÃO E CAPITAL DO XAXADO" e "NEM HERÓI, NEM BANDIDO. ELE É HISTÓRIA!".

Os "slogan's" acima citados foram criados no ano de 1991.

Anildomá Willans de Souza  
 RG : 2 074 742 – SSP/PE.  
 CPF : 317 467 724 – 68  
 Título de eleitor : 201996308/50

Nascido no dia 8 de abril de 1962, em Serra Talhada, Estado de Pernambuco, filho de João Alexandre de Souza e Maria Ramalho Ângelo.

Endereço : Rua Virgolino Ferreira da Silva, nº06 - Cohab, Serra Talhada – PE.

Cartório do Registro de Títulos e Documentos, da Comarca de Serra Talhada - Pernambuco.  
 Titular: José Alves Martins  
 Profissional: Advogado  
 Livro: 113 - Registro de Títulos e Documentos  
 Folha: 113 - Registro de Títulos e Documentos  
 Livro: 113 - Registro de Títulos e Documentos  
 Folha: 113 - Registro de Títulos e Documentos  
 Serra Talhada - PE - 55000-000  
 a) Oficial

Fonte: Anildomá Willans de Souza

Resultado de resistência local, controvérsias existem relacionadas à ação realizada pelo presidente da FCCL. Todavia, a identidade “Capital do Xaxado” é divulgada nas rádios locais, em jornais de circulação nacional e internacional e na Internet. Assim, valendo-se de uma expressão cultural, a dança do xaxado, a cidade onde nasceu o mais famoso e célebre dos

cangaceiros, mostra-se ao mundo e é vendida turisticamente, sendo a mercadoria oferecida, Lampião.

Diante do exposto, seria lógico tratar da temática cangaço e cangaço lampiônico nos estudos voltados para a História Local, mais propriamente para o campo cultural, nos anos do Ensino Fundamental, em Serra Talhada. Todavia, o que se verifica é que, mesmo com a invenção e construção da tradição lampiônica, mesmo que comprovadamente Lampião promova visibilidade à cidade e, conseqüentemente atratividade turística, mesmo que o cangaceiro se revele elemento gerador de renda para artesãos, não se verifica a presença da temática na grade curricular.

Pode-se deduzir, diante dessa realidade, que resistência existe à existência da temática cangaço lampiônico na grade curricular do Ensino Fundamental das escolas municipais serratalhadenses. Talvez essa invisibilidade curricular seja resultante das feridas ainda abertas, relacionadas às memórias traumáticas de vítimas de Lampião, sendo essas ligadas direta ou indiretamente aos feitos nocivos do cangaceiro.

Qualquer que seja a razão, acredita-se que se constituam obstáculos necessários de serem removidos. Tratar sobre o cangaço lampiônico à luz do método e da teoria, trazer à luz o fato histórico e esmiuçá-lo, problematizando-o e, por conseguinte expondo-o de maneira dialógica e dialética, produzirá conhecimento histórico.

Em busca de preencher essa lacuna relacionada à invisibilidade de Lampião nas aulas de História Local, quando do Ensino de História nas escolas municipais de ensino fundamental serratalhadenses, apresenta-se, conforme se mostra adiante, o cordel como ferramenta pedagógica.

## **CAPÍTULO TERCEIRO – LAMPIÃO NO ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL EM SERRA TALHADA: USO DO CORDEL COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA**

Recai sobre o Ensino de História, para grande número de alunos da Educação Básica, a pecha de que se constitui algo muitíssimo abstrato e, por conseguinte, desprovido de sentido, tornando a disciplina, na concepção desses alunos, desprovida de valor. Ou seja, genericamente, o ensino de história aparece como narrativa de fatos com os quais os alunos mantêm ausência de familiaridade.

Diante dessa realidade, entende-se ser necessário que exista, por parte dos professores de História, a preocupação em buscar alternativas que possam vir a desconstruir essa imagem negativa que se tem sobre o ensino de História, enquanto conteúdo presente na grade curricular da Educação Básica. Dentre as possibilidades de estratégias didáticas para o Ensino de História no estágio de ensino em discussão, existe o uso do cordel.

Este capítulo apresenta o uso do cordel em aulas de História, enquanto ferramenta didática. Mostra as benesses possíveis de serem desfrutadas na relação ensino-aprendizagem, sendo uma delas a possibilidade da aprendizagem de história mediante a construção, por parte do próprio aluno, de poesia cordelística sobre temáticas históricas que constam na grade curricular ou não. Outra, a possibilidade de identificação do aluno com as narrativas presentes na Literatura de Cordel, uma vez que este tipo de literatura faz parte do mundo desse aluno.

Será dada ênfase à História Local serratalhadense, enfocando a figura do cangaceiro Lampião, nascido no município de Serra Talhada e protagonista de uma saga cangaceira decantada, principalmente por memorialistas, locais ou não locais. Antes de se adentrar na temática do cordel como ferramenta didática, serão trazidos, de maneira introdutória e elucidativa, elementos relacionados à literatura de cordel.

### **3.1 O cordel como narrativa histórica**

O nome cordel tem origem na forma como tradicionalmente os folhetos eram expostos para venda, pendurados em cordas ou barbantes, em Portugal. Esse nome se manteve no Brasil, embora o folheto brasileiro pode ou não estar exposto em barbantes. De modo geral, os folhetos são ilustrados com xilogravuras nas capas. Sua composição física é tríplice: capa, miolo e contracapa. Seu tamanho equivale a uma folha A4 dobrada duas vezes ao meio.

Comercializado a baixo preço, o folheto de cordel tem seu miolo confeccionado em papel jornal, por ser mais barato, e capa e contracapa feitas de um papel de melhor qualidade.

Na figura abaixo, observam-se a disposição tradicional do folheto de cordel, quando posto à venda, geralmente nas feiras livres, bem como uma xilogravura, que costuma vir na capa de frente dos folhetos.

Fig. 13: Folhetos de cordel expostos à venda e xilogravura



Fonte: <<<https://www.google.com/search?q=cordel++imagens&source>>>

Equívocada é a afirmação de que a literatura de cordel, historicamente falando, está localizada no domínio da cultura popular. Talvez se constitua acerto tal afirmação se levado for em consideração o Brasil, uma vez que aqui os folhetos foram introduzidos pelo cantador Silvino Pirauá de Lima e, depois, pela dupla Leandro Gomes de Barros e Francisco das Chagas Batista (CASCUDO, 1939). Acerca disso, veja-se o dito abaixo:

No início da publicação da literatura de cordel no país, muitos autores de folhetos eram também cantadores, que improvisavam versos, viajando pelas fazendas, vilarejos e cidades pequenas do sertão. Com a criação de imprensas particulares em casas e barracas de poetas, mudou o sistema de divulgação. O autor do folheto podia ficar num mesmo lugar a maior parte do tempo, porque suas obras eram vendidas por folheteiros ou revendedores empregados por ele. (GASPAR, 2009, p. 2).

Diante do exposto no excerto acima, entende-se a razão de a literatura de cordel, no Brasil, ser vista como pertencente ao campo da chamada cultura popular, visto que foi fruto



de rica tradição oral, proveniente de cantadores, bem significativa no Nordeste, nos séculos XIX e XX.

Todavia, em Portugal, de onde provém o cordel, entre os séculos XVI e XVIII, esta literatura esteve atrelada à chamada cultura erudita, uma vez que:

Nos estudos e nos prefácios dos catálogos disponibilizados pela bibliografia especializada de literatura de cordel portuguesa, é frequentemente apontado o estreito vínculo que a grande parte da produção de literatura de cordel portuguesas estabelece com o teatro (PINTO, 2009, P. 121).

Percebe-se, dessa maneira, que nos espaços citados, um mesmo conceito se aplica a situações diferentes. Deduz-se disso que é equívoco se pensar na manutenção inalterada de um conceito e seu respectivo conteúdo, quando se leva em conta a questão temporal.

Verificando que o termo cordel é possuidor de conotações diferenciadas, quando se leva em conta a espacialidade lusa e brasileira, parece existir um impasse teórico, visto que segundo Koselleck (1992, p. 138), “todo conceito só pode, enquanto tal, ser pensado e falado/expressado uma única vez”. Todavia, esse suposto impasse deixa de existir, quando se considera o contexto em que surgiu o conceito. Em outras palavras, necessário se faz que sejam verificadas as condições sociais, políticas, culturais e econômicas que perpassam a temporalidade onde se deu a sua construção.

Assim, mesmo que a nomenclatura permaneça, ou seja, ainda que no Brasil e em Portugal exista a permanência do termo cordel, o que é descrito por ele (cordel) pode experimentar mudança de significado, uma vez que “a palavra pode permanecer a mesma (a tradução do conceito), no entanto o conteúdo por ela designado altera-se substancialmente” (KOSELLECK, 1992, p. 138).

Pode-se, diante do exposto acima, afirmar que, na sociedade portuguesa, entre os séculos XVI e XVIII, a literatura de cordel prestou-se a atender aos interesses da elite, ou seja, da chamada cultura erudita visto que, de acordo com Pinto (2009, p. 121), “parece consenso admitir que os folhetos portugueses foram responsáveis por uma ampla circulação de gêneros e tradições, sendo que, no conjunto, sobressaem os gêneros teatrais”.

No Brasil, por sua vez, pode-se afirmar que o folheto de cordel surge em um espaço rural, onde a maioria da população não era alfabetizada, perfazendo a chamada cultura popular, e tinha como objetivo a divulgação da poesia popular, contando em versos histórias diversificadas, sendo em maior número as relacionadas à vingança, à honra e à valentia, ou seja, “o cordel é veículo através do qual os sem-voz se expressavam” (FERREIRA JÚNIOR, 2014, p. 21), e que, “por meios de suas alegorias, de sua forma peculiar de criar imagens,

oferece um contraponto às visões traçadas do alto” (NEMER, 2007, p. 22). Assim, pode-se afirmar que o modo de produção e circulação da literatura de cordel brasileira, “não está organizado a partir de cima, portanto, deixa muito mais margem à criatividade popular, ganhando em função disso uma feição estético-política acentuada” (PINTO, 2009, p. 124).

Qualquer que seja a cultura de onde provenha - erudita ou popular - e, independente do conteúdo que porte em si, o cordel se revela conceito e isto é importante não esquecer, visto que “a atividade de fabricação do mundo pelos homens tem como uma de suas principais tecnologias a utilização de conceitos. O mundo humano é inventado, fabricado mediante o uso de conceitos.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013). Assim, no Brasil, “a literatura de cordel se propõe a contar a história de baixo para cima” (FERREIRA JÚNIOR, 2014, p. 21).

Quando se fala no entrecruzamento de literatura de cordel e história, uma pergunta vem à baila: é possível ao poeta exercer o ofício de historiador? Pensa-se que à pergunta feita cabe uma resposta positiva se levado em conta o conteúdo da narrativa e não a sua forma ou estrutura. Assim, dependendo do que produz o poeta cordelista em sua narrativa, tem-se ou não uma narrativa histórica.

Tome-se como exemplo a figura de Heródoto, que primeiro atinou para o registro das ações realizadas pelos homens, entendendo que assim fazendo os salvaguardava do esquecimento (BORGES, 2006). É sabido que Heródoto dava espaço à poética em suas narrativas e, ainda assim, não deixou de produzir narrativa histórica, conforme afirma Aristóteles (2003, p. 29): “se a obra de Heródoto fora composta em verso, nem por isso deixaria de ser obra de história, figurando ou não o metro nela”.

Mas, pode vir a surgir, por parte dos mais ortodoxos, contestação ao fato de o poeta produzir conhecimento histórico, visto não realizar seu trabalho como sendo uma Operação Historiográfica, nos termos que expõe Michel De Certeau, que confere ao historiador um lugar de onde fala e o domínio em que realiza uma investigação (CERTEAU, 2007). Não dispõe o poeta, é certo, de conhecimento metódico e teórico, bem como de chancela institucional como, quase sempre, desfruta o historiador.

Ainda podem ser construídas críticas em decorrência de, em grande parte, o registro cordelístico mostrar-se ligado ao presente, ou seja, com o poeta testemunhando e ou participando do evento que registra.

Todavia, há na História ocorrências de registros, tidos como produção historiográfica, resultantes das penas de historiadores que viveram na época dos fatos que registraram, como, por exemplo, Tucídides, que registrou os fatos da Guerra do Peloponeso, inclusive

envolvendo-se no conflito (TUCÍDEDES, 2001), Tito Lívio, que registrou a história política do Império Romano, vivendo nos dias registrados por ele (BRANDÃO; OLIVEIRA, 2015) e Políbio, historiador grego, do século II, que “sendo durante dezesseis anos refém de Roma, procura saber como, em aproximadamente cinquenta anos, os romanos se tornam donos do mundo habitado” (BORGES, 2006, p. 21).

Assemelhado aos exemplos citados (narrativas históricas construídas no momento que ocorrem os fatos), o cordelista contribui, narrando em versos fatos históricos que repercutiram significativamente na sociedade dos seus dias e, por conseguinte são hoje lembrados. Assim, “o cordel é história popular porque relata os eventos que fizeram a história a partir de uma perspectiva popular e constitui-se, pois, em um rico material de estudo histórico-social e literário” (GRILLO, 2014, p. 130).

### **3.2 O uso do cordel no ensino de história**

Quando é proposto o uso do cordel como ferramenta pedagógica no ensino de História Local, quando do Ensino de História, em escolas da rede municipal de ensino fundamental de Serra Talhada, acredita-se ser quase inevitável se questionar a razão desse uso.

Deixando de lado o fato de caber ao professor definir o que vai ou não ser usado em suas aulas - a metodologia, recursos didáticos, documentos e etc. -, não o fazendo por julgar não ter importância, mas porque se entende ser ponto pacífico, visto que “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência e que este sistema permanece uma filosofia implícita particular, infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à subjetividade do autor” (CERTEAU, 2007, p. 67). Pode-se lançar mão de, pelos menos, quatro justificativas para a adoção do cordel em aulas de história.

Primeiro, porque esse agir implica vivência da interdisciplinaridade e esta, por sua vez, confronta a lógica positivista da construção do saber pautado na especialização, promotora da dissociação dos saberes (MORIN, 2001). Ou seja, revela-se como opção metodológica que faculta ao professor uma apreensão holística do conhecimento, o que, conseqüentemente promoverá enriquecimento à sua prática pedagógica (JAPIASSU, 1994). Pretende-se, dessa forma, que a interdisciplinaridade deve ser compreendida como uma ferramenta de superação da fragmentação disciplinar, propondo-se, assim, a ser “um instrumento de mediação da construção do conhecimento capaz de romper as fronteiras existentes entre as disciplinas e de articular saberes e práticas, entremeando o ensino e a pesquisa” (MODESTO; SANTOS, 2015).

A instrumentalidade da interdisciplinaridade desenha, então, um novo caminhar metodológico que, contrariando a especialização positivista, chama ao diálogo as disciplinas, ou seja, propõe a existência de uma integração disciplinar e, com isso, formula um movimento constante, que cria e recria pontos de discussão (FAZENDA, 2006).

Embora na América os primeiros registros de proposta interdisciplinar remonte aos anos 1930, nos Estados Unidos, quando da formulação do debate sobre a importância do diálogo entre as áreas do conhecimento em Ciências Sociais (KLEIN, 1998), no Brasil é somente a partir dos anos 1990, com a reforma curricular determinada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), mediante a promulgação da nova Lei de Diretrizes de Bases - LDB (Lei 9.394/96), que se deu destaque à questão da interdisciplinaridade, tanto academicamente quanto no debate nacional sobre Educação.

Reformulada a LDB, veio a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e, com eles, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Estas buscam superar tanto a fragmentação quanto a compartimentalização dos saberes, o que demonstra propor, de acordo com Modesto e Santos (2015), “a erradicação do formato curricular cartesiano”.

Exemplo cabal do dito acima é o que está registrado nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), estimulando, quando do trabalho com fontes nas aulas de História, a prática da interdisciplinaridade, como se observa no excerto abaixo:

No trabalho com fontes [...] deve-se considerar os diferentes agentes sociais envolvidos na produção dos testemunhos, as motivações explícitas ou implícitas nessa produção e a especificidade das diferentes linguagens e suportes através dos quais se expressam. **Abre-se aí um campo fértil às relações interdisciplinares, articulando os conhecimentos de História com aqueles referentes à Língua Portuguesa, à Literatura, à Música e a todas as Artes**, em geral. (BRASIL, SD). (Grifo nosso).

Percebe-se haver, dessa forma, por parte da instância estatal, incentivo à busca de interdisciplinaridade, quando do ensino de história, com o campo da literatura, onde se insere a Literatura de Cordel.

Além do explanado até aqui acerca da benesse da interdisciplinaridade, no referente à quebra da especialização, fragmentação e compartimentalização de saberes, ainda se observa outros benefícios da interdisciplinaridade, dentre eles a apreensão da realidade social, uma vez que, “além do desenvolvimento de novos saberes, a interdisciplinaridade na educação favorece novas formas de aproximação à realidade social e novas leituras das dimensões socioculturais das comunidades humanas” (FAZENDA, 2016).

Em segundo lugar, tem-se o fato de, em 2018, o Cordel ter sido declarado Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Essa realidade é, por si só, determinante à adoção do cordel como documento nas aulas de história, uma vez que se reporta à memória coletiva da sociedade brasileira, em uma determinada época e lugar. Ademais, o reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro torna o Cordel um documento monumento e, como tal, segundo Jacques Le Goff, “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 2003, p. 538).

Em terceiro lugar, o cordel, além de ser uma expressão artística de fácil apreensão, o seu uso em ensino de história traz a possibilidade da construção de saberes históricos que se atrelem às múltiplas realidades que se fazem presentes em uma sala de aula, ou seja, “o cordel enquanto elemento da cultura popular se aproxima dos problemas e angústias que permeiam a realidade daqueles que compõem o ambiente escolar” (SANTOS, 2018, p. 34).

Além de promover identificação do alunado com suas narrativas, o cordel utilizado no ensino de história também pode vir a estimular o aluno a participar de construção de textos, próprios de cordel, utilizando elementos dos conteúdos definidos para serem estudados na disciplina história. Isto, por sua vez, promove- lhe um sentimento de pertença, quando da construção de conhecimento histórico, coisa que vai ao encontro do que é dito por Jörn Rüsen: “o efeito sobre a vida prática (mediado seja como for) é sempre um fator do processo de conhecimento histórico, de tipo fundamental, e deve ser considerado parte integrante da matriz disciplinar da ciência história” (RÜSEN, 2010, p. 86).

E, ainda, a utilização do cordel em aulas de história ultrapassa o fato de ser apenas uma ferramenta didática, uma vez que permite a possibilidade de se construir e ou despertar uma relação identitária entre o sujeito (aluno) e o contexto onde está inserto, promovendo a possibilidade de conscientização do sujeito, no referente ao seu papel de sujeito histórico, visto que, a apropriação da história objetiva pelo aprendizado histórico é “uma flexibilização (narrativa) das condições temporais das circunstâncias presentes da vida e, seu ponto de partida são as histórias que integram culturalmente a própria realidade social dessas circunstâncias” (RÜSEN, 2010, p.107).

Por fim, a quarta justificativa para o uso do cordel como ferramenta didática em aulas de história se encontra no fato de haver necessidade, quando da conclusão do curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, promovido pelo ProfHistória, da apresentação de um produto final a ser utilizado em sala de aula, quando da ministração de aulas de história. O cordel, aqui apresentado como ferramenta didática, atende a uma das três

dimensões trabalhadas ao longo do curso, a chamada dimensão propositiva, que busca contribuir para a melhoria da prática do profissional de História dentro e/ou fora da sala de aula.<sup>35</sup>

Atendendo à dimensão propositiva solicitada pelo Regimento Geral do ProfHistória, que diz ser o material didático elemento considerado satisfatório, enquanto produto a ser apresentado pelo concluinte do curso de Mestrado Profissional em Ensino de História,<sup>36</sup> foram construídos cordéis, que no Ensino de História servirão como ferramenta didática ao professor, quando das discussões referentes ao Cangaço e a Lampião, sujeitos históricos do momento de transição do Império para a República, na História do Brasil.

### **3.3 Utilização do cordel como ferramenta pedagógica no Ensino de História Local: a pessoa de Lampião e sua prática cangaceira**

Acontecimento histórico ocorrido nos sertões nordestinos brasileiros, o Cangaço se constitui um movimento rural, possuidor de amálgama com a estrutura política de sua época (CHIAVENATO, 2007), que tem como palco, segundo grande parte dos historiadores, o período de tempo ocorrido na transição do Império para a República. Em sua vertente lampiônica, a mais celebrizada, tem experimentado múltiplas abordagens, reveladas em produções literárias diversificadas, que circulam tanto dentro quanto fora do espaço acadêmico (FERREIRA JÚNIOR, 2014).

Diante do impacto que o movimento cangaceiro produziu na sociedade brasileira, do final do século XIX até quase fim da primeira metade do século XX - quando ocorre o assassinato de Corisco, o Diabo Louro, em 1940, fato que oficialmente é tido como fim do Cangaço – poder-se-ia esperar que se constituísse discussão significativa nas aulas de História do Ensino Fundamental, quando do estudo do que se conhece por República Velha ou República das Oligarquias (1895 – 1930) e da Era Vargas (1930 - 1937), conteúdos que constam na grade curricular do 9º ano.<sup>37</sup>

A expectativa da presença da temática cangaço, na grade curricular do ano acima citado, deriva-se do fato de o nome de maior relevância das hostes cangaceiras, Lampião, ser serratalhadense de nascimento e, além disso, ser alvo de interesse, tanto dos pesquisadores

<sup>35</sup> Vide REGIMENTO GERAL DO PROFHISTÓRIA, Capítulo IV, Artigo 15, § 1º e § 2º; disponível em <<[http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1226/profhistoria\\_em\\_rede\\_\\_\\_regimento\\_geral.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1226/profhistoria_em_rede___regimento_geral.pdf)>> Acesso, 03/02/2021;

<sup>36</sup> Artigo 15, §2º;

<sup>37</sup> A grade curricular do Ensino Fundamental, séries finais (6º ao 9º anos) encontra-se nos anexos deste texto dissertativo;

nacionais quanto dos estrangeiros. Acerca desse interesse pela pessoa de Lampião, veja-se o dito por Lins (2011, p.14):

Famoso, ele é um dos cangaceiros mais conhecidos e pesquisados no Ocidente. Inúmeras teses, ensaios e livros estudaram Lampião e o cangaço, tanto no Brasil quanto nos estados Unidos, França, Itália, Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Suíça e etc. Dezenas de artigos sobre “o fenômeno Lampião” são publicados, no Brasil e no exterior, em revistas de sociologia, antropologia, história, filosofia, psicanálise, direito e literatura.

Diante o exposto no excerto acima, percebe-se que mesmo que a História Local de Serra Talhada, no referente ao cangaceirismo lampiônico, seja trazida à luz por pesquisadores nativos e de outros espaços, nada dessa história é tratado, quando do ensino de História nas escolas da rede municipal de ensino. Ou seja, nenhuma menção é feita ao cangaceiro e nem a prática de cangaço por ele empreendida.

Diante da realidade apresentada na grade curricular e no ensino de História, nas turmas do 9º ano do Ensino Fundamental das escolas municipais serratalhadenses, sendo o Cangaço tema instigador no espaço serratalhadense, propomos o uso de cordéis, como ferramenta pedagógica no ensino de história relacionado à História Local de Serra Talhada.

Os cordéis a serem utilizados são resultantes de pesquisa feita sobre o cangaço e sobre Lampião e se constituem o produto que construímos, buscando satisfazer exigência do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) e, também, promovendo meio por que se torna possível viabilizar melhor possibilidade de aprendizagem, quando do ensino de história, no referente à história local. São oito cordéis, que estão assim elencados: História e Cangaço; Lampião Histórico; Lampião, Chefe de Cangaceiros; Lampião em Juazeiro do Norte; A Longevidade de Lampião; Lampião e a Religião, Lampião e os Nazarenos e, por fim, Lampião, o Final em Angico.

Os cordéis citados apresentam-se em forma de sextilhas, como geralmente é escrito o cordel. A sextilha se compõe de estrofes de seis versos (seis linhas), com versos de sete sílabas poéticas. Existe a obrigatoriedade da rima, entre si, do segundo (B), do quarto (D) e do sexto verso (F). A título de exemplo, veja-se a primeira estrofe do cordel “O Pavão Misterioso”, um dos cordéis mais lidos, de autoria de José Camelo de Melo Rezende

- A - Eu vou contar uma história [não rima]
- B - De um pavão misterioso [rima]
- C - Que levantou vôo na Grécia [não rima]
- D - Com um rapaz corajoso [rima]
- E - Raptando uma condessa [não rima]
- F - Filha de um conde orgulhoso. [rima]<sup>38</sup>

<sup>38</sup> Disponível em <<<http://acorda.net.br/estrutura-do-cordelprojetoacorda/>>>

Demonstrado o que é uma sextilha, foram escolhidos dois dos cordéis citados acima: História e Cangaço e Lampião Histórico. Desses, algumas das suas sextilhas serão comentadas e embasadas em bibliografia, acadêmica e não acadêmica, que trata da temática. Embora o foco desta discussão seja Lampião, principiaremos com a discussão sobre cangaço, visto ser esta instituição anterior a Lampião.<sup>39</sup>

### 3.3.1 História e Cangaço

#### I

**O século não há certeza**  
**Dizem ser o dezenove**  
 O tempo de acontecimento  
 Mas, não há como se prove  
**Certo é que foi no Sertão**  
**Nordestino**, você anote

Nesse espaço citado  
 No período oitocentista  
**Na transição do Império**  
**Pra República se avista**  
**Surgir o cangaceirismo**  
 Que ao crime se dedica

De imediato, trazemos à luz o recorte tempo-espacial. Deixamos claro não haver certeza de ter ocorrido o movimento cangaceiro no século XIX, porquanto há discussão que defende ter ocorrido cangaço antes do século citado. No referente à espacialidade, definimos ter sido o Sertão nordestino. No recorte histórico brasileiro, colocamos o cangaço na transição do Império para a República, ou seja, no século XIX.

#### II

Acerca de sua origem  
 O tema se faz polêmico  
 Há quem o diga primeiro  
 Ter existido **endêmico**  
 Para somente depois  
 Ter se tornado **epidêmico**

Há discussão que aponta que, antes de se tornar movimento independente ou epidêmico, o cangaço teria existido circunscrito aos domínios dos coronéis, ou seja, sob ordem e pagamento dos latifundiários, em seu modelo endêmico (QUEIROZ, 1997). Todavia,

---

<sup>39</sup> O aparecimento de Lampião como chefe de cangaceiros somente ocorre em 1922, durando até 1938. Anterior ao aparecimento e celebração de Lampião como chefe cangaceiro, o cangaço, seja do tipo vingança, refúgio ou meio de vida, já existia no espaço dos sertões nordestinos. Somente a título de exemplo, enquanto práticas cangaceiras anteriores a Lampião, cito os cangaços de Antônio Silvino, o Rifle de Ouro, e o de Sinhô Pereira, no qual, quando ainda era Virgulino, Lampião esteve alistado. (Nota do autor);



constitui-se erro afirmar que, no seu modo epidêmico, o cangaço tenha abdicado de contato com o coronel, pois, “ao contrário do que teimam em afirmar certos intérpretes, não é possível surpreender uma relação de antagonismo necessária entre cangaceiro e coronel, tendo prosperado, isto sim, uma tradição de simbiose entre essas duas figuras” (MELLO, 2004, p. 86).

### III

O fato é que ocorreu  
 Dentro de um tempo cruel  
**Onde o Estado era “ausente”**  
 E o povo bebia fel  
 Somente prevalecendo  
**O querer do coronel**

As ações coronelísticas  
 Que ao povo causava dores  
 Gozavam impunidade  
 Porquanto os seus autores  
 Vivenciavam a chamada  
**Política dos Governadores**

Esse acordo citado  
 Foi escrito com a tinta  
 Que assina os conchavos  
 Feitos na suja política  
**Valeu da Velha República**  
**Até 1930**

Agora é mostrado o contexto político no qual estava inscrito o Cangaço. Quando é falado ser o Estado ausente, frisamos que ausência não é sinônimo de inexistência, mas de inoperância legal, visto ser essa ausência de operacionalidade estatal necessária à manutenção do coronelismo em suas práticas de desmandos. A razão da impunidade dos coronéis se assenta em algo politicamente maior: a manutenção de apoio aos candidatos às vagas do Congresso Nacional, bem como a manutenção dos currais eleitorais e do voto de cabresto (LEAL, 2013; CARVALHO, 2007), viabilizando a existência de garantia da governabilidade presidencial. Explica-se, nesse momento, a Política dos Governadores, define-se Velha República e se mostra a razão de o ano 1930 ser considerado como determinante para o fim desse modo de operação política (FAUSTO, 1997).

### IV

As ações dos coronéis  
 E a impunidade gozada  
 Revelou-se **uma das causas**  
**Que produziu gente armada**  
 Que pra matar ou morrer  
**Conduziu-se organizada**

Uns querendo **vingança**  
 Duma desfeita sofrida  
 Outros buscando **refúgio**  
 Pra se esconder da justiça  
 Outros vendo no cangaço  
**Meio de ganhar a vida**

Mostra-se, nesse momento, que o aparecimento do Cangaço não esteve atrelado exclusivamente aos desmandos coronelísticos, embora seja esse um dos motivos. Há também a justificativa de se adentrar ao Cangaço em virtude de se estar em débito com a Justiça (Cangaço de Refúgio) e, também, de se querer ter acesso à riqueza (Cangaço Meio de Vida), ou seja, “houve cangaços dentro do cangaço [...] Diversos foram os fatores que condicionaram a adoção de viver pelas armas em cada modalidade, como diversa se mostraria sempre a medida da conduta no respeito a certos valores, no comedimento das ações e na própria violência empregada” (MELLO, 2004, p. 86). Também se chama a atenção para a maneira organizada que vivenciava os grupos de cangaceiros. Neles se verificava forte hierarquia e havia divisão em subgrupos, que atuavam de maneira independente, liderados sempre por um cangaceiro de destaque (PERICAS, 2010).

## V

Assim se fez o Cangaço  
**No Nordeste, no Sertão**  
 Possuindo sua lei  
 Costume e tradição  
 Dele se pode dizer  
 Foi uma **instituição**

É preciso deixar claro  
 E comungar com o real  
**O caráter do Cangaço**  
**Era institucional**  
 Para que não se confunda  
 Com **Movimento Social**

Não raro se verifica a afirmação de ter sido o Cangaço um movimento social, fato que discordamos, quando verificamos os elementos constitutivos de um movimento social, a saber: possuir liderança, base, demanda, opositores e antagonistas, conflitos sociais, um projeto sociopolítico, entre outros (GOHN, 2014). Não obstante o Cangaço ser possuidor de muito do que caracteriza um movimento social, não se lhe verifica possuir um projeto sociopolítico, em torno do qual, sujeitos coletivos se identificassem. Diante disso, consideramos o Cangaço uma instituição social, visto ser possuidor de normas, regras e leis próprias (OLIVEIRA, 2010). Deixamos claro, na exposição da aula, a diferença entre Instituição e Movimento Social.

## VI

Discursos há que afirmam  
 Ser o Cangaço **insurreição**  
**Que confrontava o sistema**  
 Coronelístico de então  
 Sendo tríplice o seu lema:  
**Liberdade, terra e pão!**

Porém, anda **em contramão**  
**Desse discurso, a ciência**  
 Na verdade, **no cangaceiro**  
**Não se via consciência**  
**Política**, para ao sistema  
 Oferecer **resistência**

Pra sua sobrevivência  
 Possuir continuidade  
**Alianças construía**  
 No campo e na cidade  
**Buscando tirar proveito**  
**Para si**, eis a verdade

Pode-se observar  
 Que o cangaceiro, então  
**Querendo sobreviver**  
**Ia buscar proteção**  
 Exatamente em quem  
**Promovia a opressão**

É possível, afirmar  
 Isso, por “**fonte fiel**”  
**Escrita e não escrita**  
 E colocar num papel  
**Quem protegia cangaceiro**  
**Era o rico coronel**

Nesta parte do cordel é trazida à luz a discussão relacionada ao discurso que afirma ter sido o Cangaço um movimento revolucionário. Na explanação é mostrada a gênese dessa idéia, quando levamos para sala de aula e lemos trechos de Cangaceiros e Fanáticos, de Rui Facó, onde se reproduz ideia existente dentro dos quadros do Partido Comunista Brasileiro, à época, que pensava o cangaceiro um proto-revolucionário e considerava arregimentá-lo para a feitura de uma revolução (FACÓ, 1968). Esse ideal é mostrado como sendo resultante de uma leitura equivocada do movimento cangaceiro feito por militantes do Partido Comunista Brasileiro, que “despossuídos eram de preparo teórico sistemático e orgânico, além de pouco conhecimento da formação histórica, econômica e social da nação” (PERICÁS, 2010, p. 152).

Mostra-se como o cangaceiro era mantenedor de alianças diversas, porquanto buscava a garantia da sua sobrevivência, passando isso por proteção contra os ataques de volantes policiais, abastecimento de armas e de munição e fornecimento de lugares para descanso ou esconderijo, os chamados coitos. Nessas alianças se destacava a pessoa do coronel

(FERREIRA JÚNIOR, 2010; CHIAVENATO, 1990). Assim desconstrói-se o discurso que defende ser o cangaceiro antagonista ao sistema vigente, à sua época.

## VII

É preciso ter cuidado  
Quando cangaço ensinar  
Deixar de lado as fábulas  
**Os fatos priorizar**  
**Com cuidado ver as fontes**  
**Para não se enganar**

A História a ser ensinada  
**Deve ser a científica**  
**Não desprezando o mito**  
**Que nas falas se verifica**  
**Priorizando o que É**  
Assim, ninguém se complica

O ensino desta História  
Ou de outra, no dia a dia  
No chão da sala de aula  
Deve se ter garantia  
De se estar usando **método**  
Apegar-se à **teoria**

Estas três últimas estrofes são usadas para concluir a aula. Chama-se a atenção para o fato de que História é ciência e, como tal, precisa se encimar em método e em teoria. Mesmo que não se deva desprezar a narrativa mítica (imaginário popular), convém que o historiador / professor prime por encimar seu discurso numa base teórico-metodológica robusta.

### 3.3.2 Lampião Histórico

## I

De família numerosa  
Porém remediada  
Foi Virgulino Ferreira  
Sem ter vida destacada  
Foi vaqueiro e artesão  
E almocreve na estrada

Terceiro de cinco irmãos  
Assim, como qualquer um  
De sua época, vivia  
Sem diferencial nenhum  
Que o fizesse destacado  
Um sertanejo comum

A família Ferreira se enquadrava no grupo dos pequenos proprietários sertanejos. Possuía alguma terra, criava o gado bovino e caprino e, para subsistência, praticava a agricultura. Percebe-se, dessa forma, não serem os Ferreira contabilizados entre os chamados agregados - camponeses que habitavam em um latifúndio, geralmente pertencente a um

coronel, pagando foro pelo uso da terra -, nem tampouco contados entre os trabalhadores alugados da enxada, ou seja, os que vendiam sua força de trabalho a alguém, por um pagamento diário, previamente acertado.

Virgulino Ferreira da Silva era o terceiro dos cinco homens que, com mais quatro mulheres, formavam os filhos da numerosa família, liderada por José Ferreira, o pai e, Maria Lopes, a mãe. Sertanejo comum, mas gozava de um capital social (BOURDIEU, 2006), o de artesão e ser vaqueiro e, conforme Lira (2007), excelente vaqueiro e amansador de brabo. Ademais, também exerceu Virgulino Ferreira a profissão de almocreve, transportando mercadorias de um lugar para outro, sendo a cidade de Triunfo um dos locais presentes na rota de almocrevaria (LOPES, 2000).

Percebe-se, dessa maneira que, à semelhança de grande parte das pessoas que se tornaram cangaceiras, Virgulino Ferreira, ante de se tornar Lampião, experimentou vida simples, que o identificava com os seus iguais habitantes da caatinga sertaneja nordestina. Nada de incomum havia no terceiro filho de José Ferreira e Maria Lopes.

## II

No Sertão daqueles dias  
E nos que depois deles vêm  
Não poucos sertanejos  
E Virgulino também  
Pra casa não levavam  
Desaforo de ninguém

Uma pequena questão  
Levou a um desatino  
Os três mais velhos Ferreira  
Renortearam o destino  
Não abaixaram a cabeça  
Peitaram Zé Saturnino

Zé Saturnino pertencia  
À família Nogueira  
De gado e terra abastada  
Superior à Ferreira  
Foi o pivô da questão  
Que findou em bandalheira

O igualar-se de Virgulino Ferreira à grande maioria dos homens do seu tempo dizia respeito, também à questão da macheza, da preservação da honra, visto que, naqueles dias - e para muitos, nos dias de hoje também - aceitar uma desfeita e não promover revide a seu autor era, para muitos, sinônimo de morte social (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999). Assim, Virgulino Ferreira, Antônio Ferreira e Livino Ferreira, os três mais velhos dos cinco filhos de José Ferreira e Maria Lopes, não aceitam a desfeita feita por José Alves de Barros, o Zé

Saturnino da fazenda Pedreira, vizinho de terras e, até então, amigo dos irmãos Ferreira. Acerca da mudança comportamental entre as duas famílias, é dito por Lins (2011, p. 11,12):

José Ferreira e José Saturnino viviam em boa vizinhança; dona Alexandrina, esposa de José Saturnino, era por sinal madrinha de João Ferreira, irmão de Virgulino. José Alves de Barros, mais conhecido como Zé Saturnino, por ser filho do casal Saturnino, tinha muito respeito e consideração pela família Ferreira, com a qual mantinha vínculos de amizade. Em 1917, um incidente vai encerrar a coabitação entre as duas famílias e instaurar entre elas a escalada da violência. Uma brincadeira de adolescente vai inflamar a situação. Virgulino e seu irmão perseguiram os animais de Saturnino para cortar o rabo e arrancar os chocalhos de algumas cabras. Este, revoltado, paga a um homem de confiança para matar os irmãos Ferreira (Virgulino e Antônio). No tiroteio, Antônio Ferreira, o filho mais velho, foi ferido. O ódio e o ressentimento tomaram conta das duas famílias. A tragédia, a morte e a desolação cristalizaram o ciclo infernal da economia de vingança: **matar para limpar a honra perdida, matar para se purificar da afronta e ficar em paz com a sua consciência.** (Grifo nosso).

O conflito instalado entre as duas famílias era o que se poderia esperar em uma conjuntura social onde a questão da honra era levada até as últimas consequências. Assim, tanto os Ferreira quanto Zé Saturnino, sendo filhos do mesmo tempo, tributários da mesma cultura, praticavam representações dos etos presentes nela. Desse modo, sob o discurso de preservação da honra, exteriorizavam práticas violentas, que visavam unicamente a um fim: a manutenção do nome próprio ou da família em situação de elogio social.

Dessa forma, toda e qualquer ação que afrontasse a honra de um membro da família era, por extensão, afronta feita a todos que pertencessem àquela família. Por conseguinte, todos tinham por obrigação honrar o nome da família a que pertenciam e empreender ação de vingança do sangue desonrado e ou derramado (SOARES, 2015).

Destoar desse diapasão, ou seja, esquivar-se de revidar com violência à violência sofrida, fosse ela discursiva ou física, estava fora de questão. Quem trilhasse o caminho da “paz” era naqueles dias - hoje, em muitas ocasiões, ainda é - vivenciador de comportamento desviante (LARAIA, 2011), ou seja, andava em rota de colisão com aquilo que socialmente foi idealizado, pois “nessa sociedade, o frouxo não se mete, não há lugar para homens fracos e covardes” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 175).

### III

A questão iniciada  
 Não ficou a coisa à toa  
 Um acordo foi firmado  
 Por meio de outras pessoas  
 Os Ferreira foram embora  
 Pra morar em Alagoas

Ao chegar em Alagoas  
Em Santa Cruz do Deserto  
A polícia alagoana  
Sem Virgulino por perto  
O seu pai, José Ferreira  
Matou, e achou certo

Da polícia de Alagoas  
Zé Lucena era sargento  
Foi ele quem comandou  
Soldados, naquele intento  
Mandou matar Zé Ferreira  
Sem ter arrependimento

A morte de Zé Ferreira  
Causou enorme problema  
Virgulino e seus irmãos  
Vão tomá-la como emblema  
Para enveredar no crime  
Culpando, assim, Zé Lucena

A partir desse ocorrido  
Teve início o descompasso  
Os três mais velhos Ferreira  
Decidem, sem embaraço  
Retornar a Pernambuco  
E enveredar no cangaço

Diziam que em Pernambuco  
Estava a raiz do problema  
Diziam que Zé Saturnino  
Combinou com Zé Lucena  
Para matar Zé Ferreira  
E vingá-lo era o dilema

Nos sertões daqueles dias, havia uma prática chamada acomodação (LIRA, 2007), que se tratava de um acordo feito entre as partes beligerantes, ou seja, entre as famílias vivenciadoras de questão. Para a existência da acomodação era necessária a intermediação de alguém que, aos olhos das duas partes, gozasse de confiança, de credibilidade. Geralmente o mediador era alguém que não tinha envolvimento com as partes em conflito.

A acomodação entre as famílias em guerra se deu com desenvoltura pela aquiescência do velho José Ferreira, patriarca dos Ferreira e tido, em seu lugar, como uma pessoa pacífica, comportamento contrário do vivenciado por sua mulher, Maria Lopes, que estimulava a macheza dos filhos (RODRIGUES DE CARVALHO, 1974).<sup>40</sup>

Pernambuco é deixado para trás pela família Ferreira, sendo o Estado de Alagoas. Todavia, a existência da acomodação não se constituía sinônimo de fim da questão, ou seja, o

---

<sup>40</sup> Nos dias de hoje essa prática ainda se faz presente no cotidiano sertanejo, tanto nas interações locais quanto extra locais, como o acordo de paz firmado entre famílias beligerantes, em Belém do São Francisco, Pernambuco, que teve a intermediação do Ministério Público estadual e da Assembléia Legislativa de Pernambuco, conforme mostram Dupin e Doula (2018);

que havia era o empenho das palavras das lideranças envolvidas (DUPIN; DOULA, 2018). A paz era (é) circunstancial, pois estava atrelada ao cumprimento, pelas partes, do acordo celebrado através da intermediação de terceiro (s). Dessa forma, embora habitando em espaços diferentes, Ferreira e Zé Saturnino mantinham-se inimigos.

Em Alagoas acontece o assassinato de José Ferreira, cometido por um grupo de policiais, comandados por um sargento chamado José Lucena de Albuquerque Maranhão, (conhecido na historiografia cangaceira como Zé Lucena). Segundo Mello (2004), Zé Lucena estava a procura dos irmãos Ferreira (Antônio, Livino e Virgulino), que eram acusados de estarem cometendo pequenos crimes. O velho José Ferreira não informou o paradeiro dos filhos à patrulha policial. Foi espancado e morto a tiros.

Os irmãos Ferreira associaram o acontecimento nefasto em Alagoas, comandado por Zé Lucena, com a questão existente em solo pernambucano, com Zé Saturnino (MELLO, 2004). Ou seja, no entendimento deles, Zé Saturnino teria mantido contato com Zé Lucena e este, por sua vez, estimulado por aquele, matara o patriarca Ferreira. Diante dessa convicção, retornam ao Pajeú, para matar Zé Saturnino.

#### IV

Chegando ao Pajeú  
A sua terra primeira  
Percebendo os três irmãos  
Que não era brincadeira  
Consumar sua vingança  
Juntam-se a Sinhô Pereira

Sinhô Pereira, à época  
Fez do cangaço atalho  
Representava a família  
Do crime fez agasalho  
Vivenciava uma guerra  
Com a família Carvalho

Por questão de casamento  
Nogueira e Carvalho eram um  
Assim, Pereira e Ferreira  
Sem temer perigo algum  
Tornam-se, então, aliados  
Contra um inimigo comum

É no bando de Sinhô  
Que em certa ocasião  
Virgulino, pois recebe  
O apelido Lampião  
E assim, será conhecido  
Por todo o imenso Sertão

Quando retornaram ao Pajeú, seu lugar, os irmãos Ferreira encontraram um cenário diferenciado daquele que haviam deixado para trás, quando da sua migração para as terras



alagoanas. Agora, na região do Pajeú estava ocorrendo um conflito sangrento entre as famílias Pereira e Carvalho, famílias consideradas precursoras da organização socioespacial do que hoje se conhece por Serra Talhada.<sup>41</sup>

Zé Saturnino (Nogueira) se casara com mulher da família Carvalho e, por conseguinte se constituía inimigo dos Pereira. Esta família se fazia representar nessa briga por Sebastião Pereira (Sinhô Pereira), que inaugura, na região do médio Pajeú (onde se localiza Serra Talhada), o cangaço, sendo este, porém, o que Mello (2004, p. 116) chama de “cangaço de vingança” e o caracteriza dizendo que:

Os bandidos que sinceramente a esta [vingança] se dedicaram não foram os de maior celebridade nas armas. Tiveram período de luta de duração relativamente pequena, quase nunca ascendendo à chefia de grupo. O escasso período de atividade devia-se ao fato de que, realizada a vingança ou constatada a impossibilidade de levá-la a efeito, tornavam à vida normal, até porque a amargura daquele dia a dia áspero e n ao desejado bem lhes revelava a inadaptação às exigências do cangaço.

Percebe-se que essa modalidade de cangaço se oferecia como uma espécie de possibilidade do mais fraco buscar atingir o mais forte. Ou seja, o cangaço de vingança era, geralmente, protagonizado por homens pobres desfeitados por alguém de melhor posição social. Nessa prática de vindita estava a questão da honra, da desmoralização pública, enfim de tudo aquilo que, à luz da opinião do coletivo social, não era admitido sofrer sem revide, sob pena de se experimentar sanção social negativa.

Virgulino e seus irmãos, egressos das terras alagoanas, encontram dificuldade em efetuar a vingança desejada, quando aportam na região do Pajeú. A impotência dos Ferreira em levar adiante seu plano de vingança é explicada por Sinhô Pereira e registrado por Sá (2001, p. 260):

----- Em que circunstância Lampião entrou em sua vida?  
----- Ele e os irmãos chegaram de Alagoas, depois do assassinato do pai, dispostos a confrontar com José Saturnino, seu inimigo comum. Não tinham condições financeiras nem experiência. Procuraram-me e participaram com muita bravura de alguns combates<sup>42</sup>.

Percebem, então, os Ferreira, na existência do conflito entre Pereira e Carvalho condições materiais favoráveis à consecução de seu intento e, por terem um inimigo em

---

<sup>41</sup> Para conhecimento e compreensão da questão envolvendo a guerra familiar entre Pereira e Carvalho, bem como as ações desses núcleos familiares na organização do espaço serratalhadense, recomendo a leitura de SOARES, Cristiano E de C. **Pereiras e Carvalhos**: uma história da espacialização das relações de poder (Serra Talhada – PE). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

<sup>42</sup> Esse registro está contido em entrevista dada por sinhô Pereira a Luiz Lorena de Conrado e Sá, em 1971, quando, depois de 49 anos ausente, Sinhô retornou a Serra Talhada, para rever parentes;

comum, juntam-se ao bando de Sinhô Pereira. Aqui cabe a declaração marxiana, que atrela o fazer história, por parte dos homens, às condições materiais que são por eles encontradas (MARX, 2010).

Outra coisa importante derivada dessa briga familiar entre Pereira e Carvalho é que serviu para gestar em Virgulino, o cangaceiro Lampião que viria a se tornar, visto que este apelido lhe chega, ainda quando estava sob o comando de Sinhô Pereira (SÁ, 2001), de quem, posteriormente, em 1922, receberá o comando do bando e principiará sua saga, como chefe de cangaceiros. Acerca do talento de Virgulino que o levaria a se tornar Lampião, tido como Rei do Cangaço, é dito por Sinhô Pereira e registrado por Sá (2001, p. 262)

Nessa oportunidade, perguntei a Sinhô Pereira: “É verdade que você anteviu a genialidade guerreira de Lampião?” Respondeu assim: “Dos homens que deixei em armas no Pajeú, só Virgulino podia chegar a celebridade. Os demais eram, como eu disse, formiga sem formigueiro. Minha profecia foi cabalmente comprovada. Lampião nada aprendeu comigo. Já nasceu sabendo”.<sup>43</sup>

Diante do dito por Sinhô Pereira, percebe-se ter existido em Virgulino um diferencial em relação aos companheiros de bando, no que se refere à sua operacionalidade cangaceira, que fez seu chefe lhe creditar futuro promissor e celebração como chefe. Não obstante Sinhô Pereira creditar ao próprio Lampião sua capacidade de gerir homens, como se observa no excerto acima, Lampião credita ao seu primeiro e único comandante reverência, quando afirma, em 1926, entrevistado pelo médico cratense, Otacílio Macedo, em Juazeiro do Norte, Ceará: “Já pertenci ao grupo de Sinhô Pereira, a quem acompanhei durante dois anos. Muito me afeiçoei a esse meu ex-chefe, é um leal e valente trabalhador, tanto que, se ele voltasse ao cangaço, iria ser um seu soldado” (SOUZA, 2007, p. 62)

#### .V

Pra Lampião, a vingança  
Foi a porta de entrada  
No cangaço, mas, depois  
A coisa se fez trocada  
Fez do cangaço um negócio  
Pra ficar rico e mais nada

Em 1926  
Esteve no Juazeiro  
Onde deu entrevista  
E de modo verdadeiro  
Afirmou ser o cangaço  
Meio de ganhar dinheiro

---

<sup>43</sup> (*Idem*);

Lampião foi perguntado  
 O cangaço vai deixar?  
 Respondeu, pois, perguntando  
 A quem foi lhe entrevistar  
 O negócio estando bem  
 Você vai abandonar?

Como já disse, neste texto, nas sextilhas relacionadas ao cangaço, este, segundo Mello (2004), era vivenciado em três modalidades: vingança, refúgio e meio de vida. Lampião adentra a vida cangaceira estimulado pelo desejo de vingança (SÁ, 2001).

Todavia, depois que se tornou chefe de bando, Lampião abraçou o cangaço meio de vida, fazendo da prática cangaceira um negócio lucrativo, fato que ele próprio afirma em entrevista concedida na cidade de Juazeiro do Norte e publicada no jornal O Ceará, edição de 17 de março de 1926 De acordo com Mello (2004, p. 118), perguntado sobre o porquê de não abandonar o cangaço, o cangaceiro respondeu com outra pergunta e foi construído o seguinte diálogo:

---- Se o senhor estiver em um **negócio** e for-se dando bem com ele, pensará porventura em abandoná-lo?  
 ---- Está claro que não! – responde o jornalista. O bandido então arremata:  
 ---- Pois é exatamente o meu caso, **porque vou me dando bem com este negócio não pensei em abandoná-lo.**  
 ---- Em todo caso, pretende passar a vida toda neste “neg  
 ---- Não sei. Talvez. **Preciso trabalhar ainda uns três anos.** (Grifo nosso).

Outro testemunho acerca do cangaço como meio de vida ter sido praticado por Lampião encontra-se nas memórias de Optato Gueiros, em seu livro “Lampião: memórias de oficial ex-comandante de forças volantes” (1953). Nesta obra, registra Gueiros (1953, p. 86) que Lampião, ao ser perguntado por que não fez fogo contra uma volante que passara nas proximidades do lugar onde estava acampado, em Serrote Branco, Pernambuco, teria assim se expressado: “Ah! Menino! Isso aqui é meio de vida. Se eu fosse atirar em todos os macacos que eu vejo, já teria desaparecido”.

De outra feita, ainda no livro citado, Optato Gueiros (1953, p. 128), revela, com mais detalhes, o uso do cangaço, por parte de Lampião como meio de vida. Pormenoriza uma das práticas componentes do lucrativo negócio empreendido pelo Rei do Cangaço: a sua atuação como revendedor de munição aos seus cabras:

Recebia Lampião em seu bivaque **cargas e mais cargas de munições adquiridas a cinco mil réis à bala, que era distribuída aos seus fiéis servidores a dez mil réis.** Na proporção que estava sendo gasta a munição revendida por ele, **ganhando cem por cento, seria o bastante para Lampião enriquecer, acumulando milhões [...]** **calcula-se haver durado esse estado de coisas quatro anos**, até quando foi morto, na toca da fazenda Angicos, seu covil mais privilegiado. (Grifo nosso).

Diante do exposto, deve-se ter em mente que a vingança não deve ser desprezada enquanto elemento justificador da entrada de Lampião no cangaço. Isto, de fato, parece lhe ter sido determinante. Cabe acrescentar que Virgulino era, como muitos em sua época, produto de um meio hostil, onde a honra era considerada um valor insofismável.<sup>44</sup>

Desse modo, forçado a abandonar seu lugar e, somado a isto, tendo vivenciado a perda do pai por assassinato ocasionado por uma polícia embrutecida em suas ações, muito difícil seria, em tais circunstâncias, não haver, por parte do jovem Ferreira, desejo de se vingar. Todavia, defender que tal desejo foi também o elemento justificador para a vivência de mais de duas décadas de assassinatos, saques, extorsões, sequestros e barbaridades, como, por exemplo, a castração de gaveta<sup>45</sup> (RODRIGUES DE CARVALHO, 1985), é sobretudo um reducionismo, que oculta a real intenção do cangaceiro: auferir ganhos.

Pensa-se, então, que no concernente a Lampião, justapor os dois tipos de cangaços em discussão seria o mais acertado a ser feito. Ou seja, Lampião teria entrado na vida cangaceira movido por vingança e, nela continuado, por verificá-la profícua, ainda que a vingança continuasse sendo o seu discurso justificador de permanência na vida cangaceira (FERREIRA JÚNIOR, 2010).

## VI

Pra se manter no cangaço  
Matando e Extorquindo  
Ao povo caatingueiro  
Promovendo o desatino  
Dizia que só parava  
Ao matar Zé Saturnino

A mesma coisa dizia  
Pra continuar em cena  
Que a vida no cangaço  
Trazia dor e problema  
Mas, dele só sairia  
Se matasse Zé Lucena

A quem julgava culpados  
De no cangaço estar  
Lampião espertamente

<sup>44</sup> Ressalte-se, porém, não ser esse *ethos* generalizado, uma vez que em nenhuma sociedade a socialização ocorre de maneira absoluta (LARAIA, 2011).

<sup>45</sup> A castração de gaveta consistia em colocar os testículos da vítima dentro de uma gaveta, fechá-la e trancá-la a chave, deixando-lhe, ao alcance das mãos, uma faca. Lampião, então, dava, à vítima, um prazo de tempo e esta, escolhia entre morrer nas mãos do cangaceiro ou, cortando os próprios testículos e escapando da prisão da gaveta, tentar fugir da sua sanha assassina. Também era praxe de Lampião, quando dessa prática de tortura, atear fogo na casa. Dessa forma, o torturado escolhia entre morrer queimado ou escapar das chamas, mediante a auto-emasculação. (RODRIGUES DE CARVALHO, 1985);

Nunca os quis atacar  
 Mas jurava constantemente:  
 Um dia, vou lhes matar

Sabia, pois, Lampião  
 Se matasse os desafetos  
 Teria que o cangaço  
 Abandonar, por certo  
 Assim, nunca os enfrentou  
 Mesmo os tendo por perto

O tempo, então foi passando  
 E o seu reinado tétrico  
 Foi Lampião implantando  
 De muitos ganhando crédito  
 Por cerca de vinte anos  
 Usando o **escudo ético**

Verificando-se o cangaço ser veículo pelo qual se efetivaria vingança e, verificando-se o uso do mesmo para o usufruto de benefício próprio, convém examinar o que necessariamente significava o uso da terminologia vingança enquanto elemento justificador do ingresso de alguém no cangaço, uma vez que, majoritariamente, atribui-se a ela a vocação cangaceira, sendo isto elemento que perpassa grande percentual da literatura que trata do fenômeno.

No Sertão, para muitos território onde a desfeita não se deixa de lado, não é discurso estranho a justificativa da vingança para o ingresso no cangaço. Nessa parte do Nordeste, era (para muitos ainda é) sobremodo receptivo pelo sertanejo o desejo de vingança que exista em alguém, decorrente de ofensas sofridas. No imaginário daquela gente era (continua sendo, para muitos) perfeitamente justificável matar, quando tal ação tinha (tem) como causa uma ofensa sofrida, fosse moral ou física.

Entende-se que, ao invocar razões de vingança, o cangaceiro colocava os seus crimes e desmandos protegidos dos olhares críticos da população. Alardeando desejo de vingança, tornava sua missão algo pretensamente justificável. Ou seja, escudava-se eticamente e, com isso, tinha as suas atrocidades discursivamente ocultadas e, ao mesmo tempo, enaltecidos seus gestos de bravura e de bondade (MELLO, 2004).

No concernente a Lampião, não se fazia diferente, pois o cangaceiro sob o discurso da desfeita sofrida, anunciava ser o desejo de vingança a causa de sua permanência no cangaço e, por consequência, sua vida criminosa. Ou seja, recorrentemente lembrando o assassinato do seu pai, José Ferreira, citava, constante e respectivamente, José Saturnino e José Lucena de Albuquerque Maranhão, como responsáveis pelo seu ingresso e permanência no cangaço. Gueiros (1953, p. 26) registra uma fala de Lampião, quando era ainda membro do grupo de

Sinhô Pereira, ocorrida em um encontro nas proximidades da vila de Bom Nome, Pernambuco: “Eu hoje me queixo de estar nesta vida, agradeço àquele peste (José Saturnino) e ao tenente José Lucena”.

Não raros são os discursos lampiônicos onde os nomes dos inimigos citados aparecem como jurados de morte. Todavia, conquanto alardeada, a essa vingança prometida não se seguia ação que buscasse contemplá-la. Em outras palavras, pode-se até afirmar que Lampião jamais tentou, de fato, destruir os seus dois grandes inimigos, Zé Saturnino e Zé Lucena.

Contrariando as suas bravatas em relação a José Saturnino, segundo Mello (2004, p. 121), Lampião, em 1923, “teria aceitado uma proposta de acomodação feita por José Saturnino e intermediada por José Clementino de Souza, boiadeiro velho, residente na Matinha, perto das Pedreiras, em Serra Talhada”. Mesmo que não haja registro de que tal acomodação se concretizou, é sobremodo difícil o entendimento da razão de não ter havido a execução da vingança lampiônica em relação a José Saturnino, uma vez que as condições materiais eram totalmente favoráveis ao cangaceiro para sua execução. Veja-se o dito por Mello (2004, p. 121):

Quanto a José Saturnino, o Saturnino das Pedreiras, cabe lembrar que em nenhum momento sentiu necessidade de abandonar a sua fazenda Pedreiras [...] palco das questões iniciais entre ele e Virgulino, no ano de 1916. Isto pudemos ouvir dele próprio, em conversas que mantivemos na fazenda Maniçoba, também de sua propriedade e próxima ao velho reduto das Pedreiras, em março de 1970. Em 22 anos de vida no cangaço chegando em certo período a praticamente dominar o Sertão de Pernambuco, através da chefia do mais aguerrido grupo de cangaceiros de que se tem notícia; protegido por fortíssimas alianças celebradas com coiteiros poderosos, fazendeiros, comerciantes e homens públicos entre os quais se incluía até mesmo um interventor federal, Lampião não conseguiria dar cabo daquele a quem considerava seu inimigo número um. Até 1980, transcorridos, portanto, muitos anos da morte do grande bandoleiro na grota do Angico, Sergipe, continuava Saturnino a criar os seus curiós, no mesmo encosto de serra em que ambos nasceram e foram meninos juntos.

Acerca de José Lucena, também teria Lampião vivenciado acomodação. Todavia, dessa feita, a iniciativa teria sido do cangaceiro e, o intermediário, o fazendeiro Gérson Maranhão, dono da fazenda Angico Torto, no município de Águas Belas, Pernambuco. Sabendo do parentesco de Gérson com Lucena, Lampião, segundo informa Gérson, citado por Mello (2004, p. 122), teria proposto o seguinte acordo: “Lucena não mais o perseguiria, nem aos seus irmãos, particularmente o mais moço, de nome João, que sempre se conservara fora do cangaço. Em troca, ‘o meu mosquetão não atira mais nele’”.

Também não se sabe se a proposta do cangaceiro foi acatada pelo oficial da polícia alagoana. Todavia, existe indício significativo de resposta positiva, sendo isso verificado em

uma atitude protagonizada por Lampião, informada pelo cangaceiro Miguel Feitosa e que, Mello (2004, p. 123), registra:

Em princípios de 1938, o cabra Pedro Barbosa da Cruz, conhecido vulgarmente por Pedro Miúdo, encontra-se com o bando de Lampião na fazenda Riacho Fundo, perto da localidade Antas, no município de Águas Belas. O chefe, sabendo-o cabra disposto e no permanente esforço de recrutamento a que se entregava, convida-o a acompanhá-lo, ao que Pedro Miúdo responde com uma proposta de “coisa melhor”. Conhecia bem José Lucena, fora soldado de uma volante por ele comandada, e o mataria por “cinco contos de réis”. Surpreso, Lampião agradece a oferta com um raro gesto de prodigalidade: dá-lhe de presente uma faca de cabo trabalhado. Em seguida, dirigindo-se ao cabra, devolve-lhe a surpresa com a seguinte confidência: “**Deixe disso. Essas questões já estão velhas**”. (grifo nosso).

Percebe-se que as ações lampiônica de supostamente aceitar a acomodação proposta por José Saturnino e de propô-la a José Lucena, não se perfazem sinonímicas de covardia, uma vez que a sua valentia era sobremodo reconhecida, podendo-se citar, enquanto elemento a reforçar tal afirmação, testemunho de alguns seus contemporâneos. Tome-se, como exemplo, a fala de um desses atores: José Osório de Farias, o coronel Zé Rufino, tido como maior cortador de cabeças de cangaceiros. Acerca da coragem de Lampião, diz o coronel e é registrado por Santos (2009, p. 39,40): “Lampião, no dia que ele tava com vontade de brigar, brigava [...] dizer a verdade: nenhum homem era mais valente que Lampião”.

Levando-se em conta que covardia não era traço presente na personalidade de Lampião e, ao mesmo tempo, sendo-se sabedor de que buscou acomodação com as pessoas de quem se declarava inimigo mortal; sabendo-se que, concretizada a vingança, elemento justificador do seu ingresso no cangaço, a coerência o impeliria ao abandono das armas, uma vez que não mais se poderia amparar sua imagem no escudo ético que a vindita lhe proporcionava; chega-se a conclusão de que “não era para Lampião negócio bom se vingar, uma vez que, assim o fazendo, teria que deixar o bom negócio que lhe era permanecer no cangaço” (FERREIRA JÚNIOR, 2014, p. 37).

## VII

Assim, constitui-se engano  
 E até conto do vigário  
 Creditar a Lampião  
 O ser **revolucionário**  
 Que causa, pois, defendia?  
 Tinha ideal libertário?

Pesquisas, pelo contrário  
 Mostram que Lampião  
 Compactuou com a elite

Nela buscou proteção  
 Subornou policiais  
 E se fez “Rei” no Sertão

Assim, sobre Lampião  
 Imprescindível é dizer  
 Foi filho de sua época  
 A conjuntura soube ler  
 Agiu com sagacidade  
 Evitando, assim, morrer

Revolucionário é adjetivo dado a Lampião em determinados discursos, quase todos provenientes de produtores culturais que, na busca de satisfação de demandas previamente definidas, glorificam a memória lampiônica. Exemplo dessa adjetivação é verificado na cidade pernambucana de Triunfo, trinta e sete quilômetros distante de Serra Talhada. Ali, em um documento chamado O Lampião de Triunfo, que ficou popularmente conhecido como Carta de Patu<sup>46</sup>, verifica-se a alcunha de guerrilheiro aplicada a Lampião. A carta, em sua íntegra, foi publicada em Jornal do Comércio (1999). Abaixo, parte da carta, registrada por Ferreira Júnior (2014, p. 107):

Lampião tinha raízes especiais e uma identidade bem forte com Triunfo, pois aqui esteve centenas de vezes na sua tormentosa vida de cangaceiro [...] aproveitou para recrutar seus melhores homens de guerra: Félix da Mata Redonda, Sabino das Abóboras e Luiz Pedro do Retiro, o seu lugar tenente de confiança [...] **O Lampião nosso é figura lendária, o guerrilheiro invencível de 300 combates.** (Grifo nosso)

É perceptível o caráter ideologizante que perpassa o discurso do autor do documento em apreço, quando superdimensiona Lampião chamando-o de lenda e guerrilheiro invencível. O adjetivo guerrilheiro não se sustenta aplicado ao cangaceiro, visto que, à postura de guerrilheiro exige-se defesa de uma bandeira política, elemento inexistente em Lampião. Trata-se do uso do poder simbólico, da tentativa de “fazer ver e fazer crer” (BOURDIEU, 2007).

As declarações de Ruy Patu revelam, de acordo com Ferreira Júnior (2014, p. 110), “uma leitura do Cangaço perpassada por uma tradição que confere aos cangaceiros serem atores de um momento da história onde a opressão do latifúndio coronelístico se constituía elemento significativo na produção da miséria social”. Por essa concepção, o cangaceiro representava a antessala da revolução (FACÓ, 1968).

---

<sup>46</sup> Carta aberta escrita pelo juiz de direito e vereador, à época, Ruy Trezena Patu. O autor, já falecido, era membro do grupo Lampiões de Triunfo, composto por pessoas que se reúnem para ler sobre cangaço lampiônico, na cidade de Triunfo;



Esta percepção de Cangaço procede dos discursos de intelectuais alinhados à esquerda política, nas décadas de 1950 e 1960 (SÁ, 2003). Nessa época, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) estimulava em seus quadros a leitura do Cangaço como luta de classes, conforme se observa em Karepovs *apud* Pericás (2010, p. 153): “o PCB deve empenhar-se na tarefa de estabelecer contatos mais estreitos com as massas de grupos cangaceiros, postar-se à frente de sua luta, dando-lhe o caráter de luta de classes, e em seguida vinculá-los ao movimento geral revolucionário do proletariado e do campesinato do Brasil”.<sup>47</sup>

Desse modo, caracterizando os cangaceiros como capazes de absorverem ideais revolucionários, o PCB leva à III Conferência de Partidos Comunistas da América Latina e Caribe, realizado em Moscou, em 1934, proposta de alinhar os cangaceiros na luta revolucionária, fazendo-os participantes das guerrilhas nordestinas. A proposta do PCB é abraçada por Moscou, que se propõe a apoiar a intensificação dos contatos com os cangaceiros. As ações do PCB e a deliberação ocorrida em Moscou são assim definidas por Luis Bernardo Pericás, em *Os Cangaceiros: Ensaio de Interpretação Histórica* (2010): “os comunistas ingenuamente achavam que se poderia dar um caráter revolucionário ao cangaço, influenciando-o de tal forma que vários grupos de bandoleiros iriam até mesmo querer adotar o programa da Aliança Nacional Libertadora (ANL)” (PERICÁS, 2010, p. 153).<sup>48</sup>

Não se deve negar que existisse por parte do PCB interesse pela problemática agrária brasileira, porém, acompanhando essa preocupação não havia nos militantes comunistas brasileiros, segundo Pericás (2010), preparo intelectual e ideológico que pudessem vir a gestar um projeto de mudanças estruturais no campo. Ainda outro agravante existia: era grande a escassez de livros marxistas no Brasil e a maioria dos militantes socialistas era autodidata, existindo apenas um grupo restrito que tinha condições de participar dos cursos de formação em Moscou e, mesmo assim, isso não seria suficiente, pois, Moscou não era possuidor de conhecimento elástico sobre a América Latina e o Brasil (PERICÁS, 2010).

Mesmo que a intencionalidade do PCB e da cúpula de Moscou se revelasse algo irreal e, por conseguinte, inaplicável à realidade brasileira, podendo ser chamada tal intencionalidade de devaneio, há, todavia, na contemporaneidade, discurso que remete ao devanear do PCB, defensor da presença de revolucionarismo nas ações lampiônicas, que

---

<sup>47</sup> Acerca da discussão sobre cangaço como movimento revolucionário, indico a leitura do texto *Cangaço – Protorrevolucionário?* Disponível em <<<http://www.esquerdadiario.com.br/Cangaço-Protorrevolucionario>>>;

<sup>48</sup> A ideia do PCB era reflexo da ideologia stalinista da revolução num só país, defensora da revolução por etapas e das políticas de frentes populares. Proponente de uma aliança dos trabalhadores com a ala mais progressista da burguesia nacional, o que significava a subordinação política da classe. Tratava-se de uma visão linear da história, ideia que confrontava o pensamento leninista, defensor de que o socialismo era, antes de tudo, análise concreta de situações concretas (Nota do autor);

afirma ter sido Lampião um bastião de resistência às injustiças provenientes das ações coronelísticas e oligárquicas dos seus dias. Quem assim pensa, cite-se produtores culturais dedicados à temática cangaço lampiônico, defende que “Lampião pegou e morreu em armas, porque era possuidor de ideologia, porque tinha em mente o combate ao latifúndio improdutivo e aos desmandos coronelísticos que caracterizavam os sertões dos seus dias” (FERREIRA JÚNIOR, 2016)<sup>49</sup>.

Essa visão revolucionária de Lampião cai por terra, quando são realizadas pesquisas que ultrapassam o ideário popular e os discursos dos produtores culturais, pesquisas que se apóiam em metodologia respaldada pela comunidade científica. Essas pesquisas revelam ter sido Lampião um leitor da conjuntura na qual estava inserto e, por conta disso, conforme Chiavenato (1990), alguém inteligente que, sabendo ser a sua sobrevivência dependente de acordos, tratou de fechá-los e, quando oportunidade teve de se beneficiar com alguma situação, não se fez de rogado, beneficiou-se.

### VIII

Tinha onde se esconder  
Decidia, quando brigar  
Armas e munição farta  
Pôde contrabandear  
E dos planos das volantes  
Coiteiros pra lhe informar

É certo que subornar  
Toda Polícia não deu pé  
Lampião sofreu arrocho  
Mostram as fontes a quem quiser  
De volantes destemidas  
Dentre elas, a de Nazaré

Isto eu posso até  
Contar em versos mais adiante  
Nestes versos, quis mostrar  
Como de forma incessante  
Lampião se articulou  
Para parecer gigante.

A estratégia de sobrevivência de Lampião era composta por elementos imprescindíveis a sua consecução: aliança com latifundiários (coronéis, em sua maioria), suborno de policiais, contrabando de armas e munição e, principalmente, informações precisas sobre os deslocamentos das volantes.

<sup>49</sup> Vide artigo em <<<http://www.esquerdadiario.com.br/Cangaco-Protorrevolucionario>>>;

A aliança com latifundiários, que punha por terra o discurso de ser Lampião revolucionário, promovia ao cangaceiro espaços de tranquilidade, onde podia recobrar forças, arregimentar pessoal e definir ações a serem executadas. Assim, constituíam-se espaços de sossego para o cangaceiro terras pertencentes ao “coronel Petronilo de Alcântara Reis, de Santo Antônio da Glória; ao coronel João Sá, de Jeremoabo; ao fazendeiro João Maria de Carvalho, da Serra Negra, todos na Bahia” (MELLO, 2004, p. 209).

Exemplo de um desses espaços de sossego é o que se verificava em solo sergipano, quando gozava da proteção do coronel Antônio Carvalho, conhecido como Antônio Caixeiro, do município de Canhoba, e do seu filho, Eronides Carvalho, capitão-médico do Exército e interventor estadonovista. Sem incômodo da polícia sergipana, Lampião transitava tranquilamente naquele Estado e praticava ações que contrariavam o habitus cangaceiro, sendo isto revelado nas palavras de Mello (2004, p. 302), quando se refere à morte do chamado Rei do Cangaço:

No quebrar da barra do dia 28 de julho de 1938 [...] cai, juntamente com Maria Déa e mais nove cabras. Os soldados exultam, esquecidos de que seus tiros tinham atingido **menos o “tigre dos sertões” de Pernambuco** – título poético com que Ascenso Ferreira lhe cantara, onze anos antes, a valentia e a não menor ferocidade – **que o burguês retirado dos negócios, enfasiado, conciliador, quase pacífico em relação ao que fora no passado.** (Grifo nosso).

A parte destacada acima serve para que se verifique a diferença entre estágios da vida lampiônica, ou seja, a mudança de éthos<sup>50</sup> experimentada por Lampião, quando dos dias anteriores a sua morte. Verifica-se quase que a inexistência do que se caracterizava o ser cangaceiro – mobilidade constante e ação agressiva – e, por outro lado, a presença de ações que se voltam para uma prática sedentária ou quase sedentária.

Acerca do quase sedentarismo lampiônico em terras sergipanas, algo incompatível com o habitus cangaceiro, mas que, por condições materiais favoráveis existentes - proteção do interventor, Eronides de Carvalho - era vivenciado, é dito por Mello (2004, p. 300):

Na fase final de suas tropelias, entre os anos de 1936 e 1938 – quando veio a ser morto – Lampião mostrava-se bem mudado. Trocara o jornadejar de penitente pelo conforto quase sedentário de bem aparelhados coitos ribeirinhos em Sergipe, onde sua agressividade diluía-se nos braços de Maria Déa Oliveira – a Bonita [...] Beirando os quarenta anos adquirira requintes de burguês bem sucedido [...] Os itens das compras que encomendava nessa fase mostrava que se achava bem distante o período em que proibia terminantemente o uso de álcool em seu bando [...] Para ele, conhaque Macieira ou uísque. E uísque do bom: White Horse [...] Por essa época,

<sup>50</sup> Conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres etc.) e da cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região;

queixava-se frequentemente de dores reumáticas e de que o olho esquerdo – o que lhe restava – já não correspondia às necessidades. Sua atividade de rapina, nos últimos dois anos de vida, restringia-se a extorquir dinheiro de fazendeiros, sobretudo do Baixo São Francisco.

Quando é afirmado que Lampião decidia quando brigar (enfrentar volantes policiais), isso é feito baseado no fato que o cangaceiro era possuidor de uma rede de informantes (os chamados coiteiros), que o tornava sabedor das movimentações das tropas volantes (CHIAVENATO, 1990). Assim, Lampião se esquivava de encontros com os policiais e, quando queria brigar, mediante informações que dispunha, atraía-os para emboscadas, como a que ocorreu na Serra Grande, no município de Calumbi<sup>51</sup>, em Pernambuco, em novembro de 1926, quando deliberadamente atraiu o contingente policial para o local citado e, bem-posicionado com os seus liderados, provocou grande morticínio e ferimentos de praças. Afirma-se ter sido a maior derrota sofrida pela Polícia pernambucana, quando em combate contra Lampião e seus liderados.

O contrabando de armas e munição foi prática que somente poderia ocorrer justaposta aos subornos relacionados a policiais (oficiais ou não) praticados por Lampião, uma vez que não havia outra maneira de armas e munição chegarem ao cangaceiro, senão por via terrestre, exigindo-se, para isso, o transitar pelos espaços sertanejos. Afirma Chiavenato (1990) que a convivência policial foi elemento imprescindível à existência da operação criminosa do tráfico de armas e munição: “os policiais foram os grandes fornecedores de Lampião, sendo vários os testemunhos de vaqueiros que assistiram ao tráfico de armas, até em caravanas de burros” (CHIAVENATO, 1990, p. 82).

Apoiado na corrupção policial, Lampião e seus liderados, mediante suborno, “dispunham de fuzis em quantidade, nunca lhes faltava munição e quase sempre contavam com material tão moderno quanto o da polícia” (CHIAVENATO, *op. citat*, Idem). Em entrevista concedida ao folclorista cearense Leonardo Mota, em 1930, Antônio Silvino, conhecido com Rifle de Ouro, famoso cangaceiro que se encontrava preso na penitenciária da cidade do Recife, denuncia o conluio entre policiais e Lampião, no referente à aquisição de armas e munição, quando chama Lampião de “Prinspe”. O registro é de Queiroz (1977, p. 93):

-----Silvino, que é você me diz de Lampião?  
 -----Ah, seu doutor, **Lampião é um Prinspe!**  
 -----Príncipe por quê?

<sup>51</sup> Não existe confluência dos pesquisadores acerca de a que município pertença a Serra Grande. Afirmções existem que dizem pertencer a Calumbi, outras, a Flores, ambos os espaços localizados no Médio Pajeú pernambucano (Nota do autor);

-----Veio depois de mim. Os tempos são outros. As armas estão mais aperfeiçoadas. **Não falta quem venda tudo.** Caixeiro viajante não é besta para se esquecer de levar presente de bala para ele. **A polícia quer é só se encher de dinheiro no Sertão [...]** Não tenha dúvida, Lampião é um **Prinspe!** (QUEIROZ, 1977, p. 93) (Grifo nosso).

Tomando-se como referência Julio José Chiavenato, em seu livro “Cangaço: a força do coronel” (1990), percebe-se que, de fato, o tratamento dado a Lampião era o de um príncipe, no que tange às benesses recebidas pelo cangaceiro a partir de acordos tácitos feitos com oficiais da polícia. Na obra de Chiavenato (1990), Lampião é visto como alguém inteligente que, sabendo ser a sua sobrevivência dependente de acordos, tratou de fechá-los e, quando oportunidade teve de se beneficiar com alguma situação, não se fez de rogado, beneficiou-se.

Salvo as devidas diferenças decorrentes das diferentes temporalidades, é possível enxergar semelhança no *modus operandis* vivenciado nos dias lampiônicos e nos dias atuais nas periferias dos médios e grandes centros urbanos, quando o assunto diz respeito à aquisição de armas e de munição pelo crime organizado. Ou seja, de modo semelhante agem as facções criminosas contemporâneas em sua relação com elementos que compõem a Polícia, tanto Civil quanto Militar: a prática de suborno, mais conhecida como arrego.<sup>52</sup>

Convém, todavia, deixar claro que, à semelhança dos dias atuais, nos dias lampiônicos a corrupção policial não se mostrava de forma generalizada. Se havia a chamada “banda podre policial”, praticante de corrupção e subornada por Lampião, havia, por outro lado, policiais tidos como incorruptíveis e que, somado a este traço personalísticos, nutriam ódio a Lampião.

Destaquem-se entre tais, os homens alistados na Força Pública de Pernambuco, provenientes da Vila de Nazaré e, por isso, conhecidos como nazarenos<sup>53</sup>. Sobre esses, é dito por Albuquerque (2016, p. 97), “a presença dos nazarenos e de outros desafetos do bando de Lampião na Polícia ampliou o rol de inimigos dos irmãos Ferreira”. Agora, as rixas particulares ganhavam contornos outros, visto que, “a inimizade local vestiu a farda” (NETO, 2004, p. 132) e, tal fato fez que “o principal inimigo para Lampião passasse a ser o governo” (Idem). Desse modo, de acordo com Albuquerque (2016, p. 97), “a guerra foi ao encontro do cangaceiro”.

<sup>52</sup> Uma leitura esclarecedora da prática de suborno de facções criminosas imposta à Polícia acontece ao assistir aos filmes Tropa de Elite I e II, direção de José Padilha, anos 2007 e 2010, respectivamente (Nota do autor);

<sup>53</sup> Nazaré é uma pequena vila situada entre as cidades de Serra Talhada e Floresta, no Sertão pernambucano. Pertencente ao município de Floresta, a vila, hoje denominada Nazaré do Pico, é conhecida historicamente por ter fornecido homens à Força Pública de Pernambuco, que quando de suas atuações nas Volantes se tornaram conhecidos por sua coragem e valentia e eram denominados nazarenos (Nota do autor);

As questões pessoais existentes entre os nazarenos e Lampião foram colocadas acima da prudência e, o anseio dos nazarenos em dar cabo do cangaceiro foi responsável por morticínio considerável de nazarenos e daqueles que os seguiam, visto que, “a ânsia por vingança afetava a prudência no campo de batalha, esta característica custou a vida de inúmeros policiais” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 102). Corroborando com essa afirmação, em entrevista concedida, em 1985, ao historiador Roberto Monteiro, o Tenente Pompeu Aristides de Moura, declarou acerca dos nazarenos: “eram tanto valentes quanto ignorantes, não tinham medo de morrer, sabiam que iam morrer, que os cangaceiros estavam entrincheirados, mas não paravam de brigar” (MONTEIRO, 2004, p. 120). A quase insana valentia e determinação dos nazarenos em matá-lo eram reconhecidas pelo próprio Lampião, que algum tempo após ter se tornado seu inimigo, procurou fazer as pazes com os nazarenos, contudo foi por eles rejeitado (GUEIROS, 1953; NETO, 2004; ASSUNÇÃO, 2007; FERRAZ, 2011).

Quanto às informações precisas sobre os deslocamentos das volantes, imprescindíveis à definição de enfrentamento ou fuga em relação às mesmas, Lampião as obtinha mediante a ação de rede eficaz de informantes, constituída por coronéis, policiais e habitantes da caatinga sertaneja. A esse conjunto de atores sociais a Polícia denominava depreciativamente de coiteiros. Definindo-os, Albuquerque (2016, p. 140) assim se expressa:

Tinha epíteto de coiteiro, todo aquele que ajudava, abrigava, negociava e protegia cangaceiros; seja de forma voluntária ou por ser forçado (coiteiro involuntário). Pessoas que faziam parte de uma vasta rede de relações do cangaço e que estavam inseridas em várias instâncias sociais [...] No caso do bando de Lampião, essa rede de alianças era composta de proprietários rurais, chefes municipais, comerciantes, funcionários públicos, líderes religiosos, almocreves, vendedores, vaqueiros e outras pessoas que não tinham tanta influência política e/ou econômica.

Em entrevista que concedeu, na cidade de Juazeiro do Norte, em 1926, ao médico cratense, Otacílio Macedo, Lampião disse claramente possuir rede de informantes e o custo que lhe era chegado para mantê-la: “tenho bons amigos em toda parte e estou sempre avisado dos movimentos das forças, tenho também um excelente serviço de espionagem, dispendioso, embora utilíssimo” (SOUZA, 2007, p. 125)<sup>54</sup>.

De maneira resumida, o cangaceiro Volta Seca declarou, em reportagem publicada no Diário de Pernambuco de 30 de março de 1932, a imprescindibilidade dos coiteiros, enquanto elemento básico de sustentação do cangaceirismo: “Lampião, sem coiteiros, só vale a metade” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 140). A afirmação do cangaceiro se revela veraz, quando se

---

<sup>54</sup> O registro dessa entrevista, no referente à maneira de se expressar de Lampião, é resultado de um processo de revisão ortográfica e sintática do texto original;

verifica que cangaceiros precisavam de local seguro onde pudessem descansar, tratar ferimentos, restaurar energias e permanecerem algum tempo ocultos aos olhos das volantes que os perseguiram. Ademais, “precisavam de todo um suporte logístico para manter o seu modo de vida” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 140). Acerca da utilidade dos coiteiros à práxis cangaceira, no referente ao ser cangaceiro, veja-se o dito por Monteiro (2004, p. 70):

Eram os coiteiros que formavam uma fina malha de informações sobre o paradeiro de seus pretensos alvos. Também desempenhavam o papel de fornecedores de mantimento, munição e dinheiro. Eram eles, os elos entre o comércio formal e o grupo de cangaceiros, adquirindo provisões para longas temporadas e munição necessária para os combates e assaltos, escorregando-se pelos caminhos estreitos da caatinga em direção às cidades ou às fazendas, para os esconderijos previamente combinados.

A autossuficiência não era traço constituinte da práxis cangaceira, ou seja, sua subsistência não decorria exclusivamente da rapinagem que praticava, por isso, “uma parte significativa dos seus ganhos era usada para comprar, de coiteiros, os materiais necessários para sua subsistência” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 141). Desse modo, a pessoa do coiteiro se mostrava como agente imprescindível no jogo travado entre cangaceiros e volantes. Esses sujeitos eram também provenientes de familiares de cangaceiros (EID, 1979).

Pessoas de posses e poder político e de pouca ou nenhuma posse compunham a rede de coiteiros arregimentados por Lampião. Cada uma das partes desse todo era vivenciadora de papel específico. Segundo Albuquerque (2016, p. 142), “aqueles de maior poder político, podiam, também, fornecer proteção de possíveis ataques de tropas volantes, pois mantinham afastada de suas propriedades, a polícia e, também conseguiam abastecer com armas e munições”. Para Villela (2001, p. 176), “a venda de armas e, sobretudo munições, trazia compensações financeiras para os coiteiros”. Assim, “negociar com Lampião dava bons resultados, além de garantir a imunidade de suas propriedades rurais” (NASCIMENTO, 1998, p. 36).

Por outro lado, as pessoas de pouca ou nenhuma posse e desprovidas de capital político que interagem com o cangaço lampiônico, eram, de acordo com Albuquerque (2016, p. 142), “utilizadas como informantes nas vilas e cidades ou simplesmente como agentes de recados, entregando os inúmeros bilhetes de Lampião, cobrando ‘contribuições’ para o cangaço”. Essa parte da rede de coiteiros lampiônica era “muitas vezes chamada de coiteiros de pé no chão” (CHANDLER, 1980, p. 220).

Nesse pormenor de arregimentar informantes, principalmente aqueles da classe pobre, entra em cena o exercício de poder de Lampião, visto que, segundo Rodrigues de Carvalho

(1985, p. 243) não existia opção para aquele que, pelo cangaceiro, era definido como seu coiteiro, senão obedecer:

Recebida a primeira incumbência, que era dada sem perguntar se o freguês a aceitaria ou não, e teria que ser executada. O celerado deixava de saber se o “encarregado” da tarefa gostaria ou não de aceitá-la, ou mesmo se estaria em condições de cumpri-la. E não aceitava desculpas! [...] Fugir de uma ordem sua era lavar a própria sentença de morte. Isso podia ser uma semana, um mês ou um ano depois. Esperava com paciência beneditina e rancor diabólico a primeira oportunidade. E nesses casos a vingança era exercida com requinte de crueldade inquisitorial.

Acerca da repressão policial sobre esses coiteiros uma leitura mais detalhada dos sertões nordestinos daquela época revelará que se processava de maneira relativa. Ou seja, a polícia sabia quais coiteiros deveriam ser perseguidos e quais deveriam ser ignorados. Atesta Chiavenato (1990, p. 81,82):

As prisões e torturas ficavam para os pobres; os proprietários raramente eram incomodados. Quando a autoridade via-se obrigada a pressionar um coiteiro de posses, desculpava-o alegando que ele era forçado a ajudar Lampião, para não sofrer represálias. A energia policial, não raro “para mostrar serviço”, caía sobre os pequenos, que eram presos, surrados e às vezes mortos, se nenhum coronel intercedesse por eles.

Perseguição maior por parte da polícia se dava sobre os vaqueiros que, internados na caatinga, eram obrigados a trabalhar como espiões ou mensageiros dos cangaceiros. Todavia, ainda segundo Chiavenato (1990, p. 81-82), “a perseguição se dava nas raras zonas sem acordo entre cangaceiros e policiais”. Em tais zonas, circulavam volantes tidas como incorruptíveis, como, por exemplo, as compostas pelos nazarenos.

Dessa forma, desprovido de qualquer compromisso social e aterrorizando para se impor, Lampião, em loucas correrias e sem plano pré-estabelecido, senão o de fugir da polícia após assaltos e sequestros, tornou-se, de fato, Rei num Sertão sem lei. Segundo Ferreira Júnior (2014, p. 44):

Lampião experimentava longevidade e sucesso no meio de vida que abraçou, sustentava-se pelo suborno de policiais e pelos tratos entre o cangaço e o coronelismo, que definiam zonas livres de perseguição e indicavam áreas onde os cangaceiros podiam cometer seus assaltos. Evidentemente, tais áreas pertenciam a desafetos dos protetores de Lampião, que se constituíam de políticos e/ou famílias rivais. Raramente foi surpreendido pelas volantes, não estando isto ligado ao seu “sexto sentido”, acreditado mágico pelas massas ignaras, mas às alianças que, direta ou indiretamente, fez chegar à grande parte da polícia que o perseguia, oficialmente.



A capacidade de articulação que possuía Lampião era algo inegável, quase que inacreditável para quem era quase analfabeto. Isto, segundo Chiavenato (1990, p. 84), “o fez singular no banditismo mundial, uma vez que, durante mais de duas décadas, contando somente com algumas dezenas de homens, conseguiu atuar em sete estados nordestinos”. Uma guerrilha para conseguir essa façanha teria de usar milhares de combatentes, ocupar os espaços de suas vitórias, fazer adeptos que defendessem sua ideologia e, enfim, tentar chegar a um objetivo político.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de ensino/aprendizagem, para que se verifique êxito, necessário se faz que entre professor e aluno exista interação, ou seja, é preciso que se constitua uma ação compartilhada, onde as partes envolvidas exerçam seus papéis a contento. No referente ao professor, este deve entender qual seja o seu lugar – o de possuidor de conhecimento e conhecedor de metodologia capaz de consecutar o que tem planejado -, não esquecendo que ao aluno deve-se propiciar a condição do exercício de papel ativo na apropriação e construção do seu próprio saber.

No que se refere ao Ensino de História, essa interação e esse entendimento de quais sejam os lugares dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem se fazem significativamente necessários serem vivenciados, uma vez que sobre essa especificidade de ensino recai o estigma de ser algo maçante, distante da realidade do aluno e, por conseguinte, desprovido de valor.

No concernente ao Ensino da História Local, outro agravante se verifica no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem, visto que, em sua maioria, esse ensino se dá pautado no localismo e no elitismo, onde, cumprindo uma pauta positivista, são enfatizados nomes e acontecimentos, sem que exista problematização e, nesse fazer, invisibilizados são outros sujeitos, possuidores de significativa importância na consecução da trama histórica. Ademais, por motivo de questões que não atendem às demandas de grupos e ou sujeitos locais, temáticas necessárias de serem abordadas no Ensino de História Local são, em decorrência de estigmatização recebida, escamoteadas e, conseqüentemente invisibilizadas, ou, quando muito, folclorizadas. Isto é verificado em Serra Talhada, cidade sertaneja pernambucana, com a pessoa de Lampião.

Assim, não obstante celebridade existir para esse ator histórico, da existência de uma tradição lampiônica local, da visibilidade que Lampião promove ao espaço serratalhadense, das benesses econômicas promovidas pela comercialização da sua memória, não se verifica, nas escolas de Ensino Fundamental da rede municipal de ensino, qualquer abordagem feita a Lampião no Ensino de História Local. Resta ao cangaceiro ocupar lugar de “lembança” na chamada semana do folclore e, quando dos discursos emitidos sobre sua pessoa, vivenciar polarização, ou seja, ser entendido como “herói” ou “bandido”. Diante desse quadro, esta pesquisa trouxe, enquanto elemento propositivo, o diálogo da História com a Literatura de Cordel, quando do Ensino da História Local, nas escolas de Ensino Fundamental da rede municipal de ensino, em Serra Talhada.

Verificado ser a Literatura de Cordel elemento partícipe da cultura local, confeccionados foram cordéis que tratam da trajetória experimentada por Virgulino Ferreira da Silva até se tornar Lampião, o mais famoso chefe de cangaceiros, bem como da saga lampiônica, iniciada em 1922 e finda em 1938, quando foi morto, na fazenda Angico, município de Poço Redondo, Sergipe. Os cordéis confeccionados, que são apresentados como produto (exigência dessa modalidade de mestrado profissional), revelam-se ferramenta pedagógica a ser utilizada nas aulas de História, quando do Ensino da História Local serratalhadense.

Os cordéis, que se encontram nos anexos dessa dissertação, foram todos construídos embasados em fonte bibliográfica, acadêmica e não acadêmica, jornalística e oral. Em nenhum deles há qualquer afirmação que se constitua juízo de valor. Pelo contrário, buscamos ancorar as temáticas tratadas em teoria, sendo colocado, após o término de cada um desses cordéis, o referencial bibliográfico em que se apóia.

Como já foi dito, o cordel é elemento partícipe da cultura local e, por isso, mediante instrução e acompanhamento do professor, os alunos poderão confeccionar seus próprios textos cordelísticos sobre temáticas previamente definidas, exercendo, dessa forma, protagonismo no processo de ensino e aprendizagem. Assim, acreditamos ser possível justapor, à solidez do ensino histórico, a leveza e o prazer que são proporcionados pela leitura de um folheto de cordel.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, André C de. **Capitães do fim do mundo**: as tropas volantes pernambucanas (1922 – 1938). Recife. EDUPE. 2016.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. "**O morto vestido para um ato inaugural**": procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALBUQUERQUE JR, Durval M. "**Quem é frouxo não se mete**": violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. Projeto História. São Paulo. 1999;

ARISTÓTELES. **Arte poética**. São Paulo. Martin Claret, 2003.

ASSUNÇÃO, Moacir. **Os homens que mataram o facínora**. Rio de Janeiro. Record. 2007

BARROS, José D' A. **História, Espaço e Tempo**: interações necessárias. Belo Horizonte. Varia História, vol. 22, nº 36: p.460-475, Jul/Dez 2006

\_\_\_\_\_. **O Campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis – RJ. Vozes. 2013.

.BITTENCOURT, Circe M F. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

BORGES, Vavy P. **Que é História**. São Paulo. Brasiliense. 2006, p. 21;

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo. Editora Perspectiva. 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História & Geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRANDÃO, José L (coord.); OLIVEIRA, Francisco de (coord.). **História de Roma Antiga volume I**: das origens à morte de César. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

BRAUDEL, Fernando. **Civilisation matérielle et capitalisme**. Paris: Flammarion, 1967, p.95.

BRAUDEL, Fernando. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: Flammarion, 1966, p.107;

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKER, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo. Unesp. 1992.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. **Pesquisa em História Regional: aspectos conceituais e metodológicos**. 2014. Disponível em: <<<http://www.ilb.ufop.br/IIIsimposio/64.pdf>>> Acesso em 01/01/2021.

CARVALHO, José M de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. São Paulo. Civilização Brasileira. 2007.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2007.

CHANDLER, Billy J. **Lampião, o rei dos cangaceiros**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1980

CHIAVENATO, Júlio J. **Cangaço, a força do coronel**. São Paulo. Brasiliense. 2007.

CORRÊA, Anderson R P. *História Local e Micro-História: encontros e desencontros*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, Rio Grande do Sul, n. 146, p.11-27, 2012.

CORREA, Sílvio M de. **História Local e seu devir historiográfico**. Métis: História e Cultura, v2, nº 2, jul / dez. 2002.

DIEHL, Astor A. **Cultura historiográfica**. Bauru. Edusc. 2002.

DONER, Sandra C. História Local: discutindo conceitos e pensando na prática – o estado das produções no Brasil. In: **Encontro Estadual de História – História, Memória e Patrimônio**. Porto alegre. ANPHU/FURG. 2012.

DOSSE, François. **A História em Migalhas**. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

DOULA, Sheila M; DUPIN, Leonardo V. **Dois formas de fazer justiça: a atuação em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) como mediadora de um acordo do paz no sertão pernambucano**. Sociedade e Estado, v 28, n. 3. Brasília. Set./Dez.2013.

DUPIN, Leonardo V; DOULA, Sheila M. **“Homens de vergonha não levam desaforo pra casa”**: estrutura e história em uma etnografia sobre brigas de família no sertão pernambucano. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v. 30, n. 3. 2018.

EID, Arthur S F. **Pelo espaço do cangaceiro Jurubeba**> São Paulo. Ed. Símbolo. 1979.

FABRÍCIO, Deyse C B; VITTE, Antônio C. **Vidal de La Blache e a Geografia Francesa: do contexto histórico às monografias urbanas.** Cordis. História, Arte e Cidades, n. 6, jan./jun. pp. 301-332. 2011.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos.** São Paulo. Civilização Brasileira. 1968.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930 – História e historiografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAZENDA, Ivani C A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia.** São Paulo. Edições Loyola. 2006.

FEBVRE, Lucien. **La terre et la evolution humaine.** Paris: Albin Michel, 1922;

FERRAZ, Marilourdes. **O canto do acauã: das memórias do Cel. Manoel de Souza Ferraz (Manoel Flor): a luta das forças volantes contra os cangaceiros.** Recife. COMUNIGRAF. 2011

FERNANDES, Rui A N . **História e patrimônio: Rio Bonito.** Rio de Janeiro. Mauad X. Faperj, 2014.

FERREIRA JÚNIOR, José. **A apropriação da memória lampiônica como elemento de construção da identidade de Serra Talhada.** Dissertação de Mestrado. PPGCS/UFCG. Campina Grande-PB. 2010.

FERREIRA JÚNIOR, José. **Serra Talhada X Triunfo: a disputa da memória de Lampião no Médio Pajeú pernambucano.** Tese Doutorado. UFCG/PPGCS. Campina Grande. 2014.

FERREIRA JÚNIOR, José. *Ensino de História e Tradições Locais: a memória lampiônica em Serra Talhada – PE.* In: MELO, Francisco E de; SANTANA, Ieda M de. **Saberes de Docência: experiências e práticas de pesquisas no ProfHistória.** Curitiba. Editora CRV. 2020.

FONSECA, Selva G. **Didática e prática de ensino de história.** 3ª ed. Campinas: Papirus, 2005.

GASPAR, Lúcia. **Literatura de cordel.** Fundação Joaquim Nabuco. Recife. 2009, p. 2. Disponível em <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>. Acesso em 01 de janeiro de 2021.

GIDALTE, Lara X. **Diálogos entre a História Local e o Ensino Fundamental – 2º segmento: propostas de inserção curricular em Casimiro de Abreu/RJ.** Dissertação. Mestrado Profissional em Rede Nacional – ProfHistória. Universidade do estado do Rio de Janeiro – UERJ. Faculdade de Formação de Professores. Rio de Janeiro. 2018.

GOHN, Maria da G. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. São Paulo. Cortez Editora. 2014.

GOUBERT, Pierre. **História Local**. In: História & Perspectivas, Uberlândia, 6, p.45-47, Jan/Jun 1992.

GRILLO, Maria Ângela de F. “História local e linguagem: cordel & ensino de História.” In: MELO, Egberto; BEZERRA, Sandra Nancy R. F. (Orgs.). **História local e ensino: saberes identidades**. Recife. LICEU, 2014.

GUEIROS, Optato. **Lampião: memórias de um oficial Ex-Comandante de Forças Volantes**. São Paulo. 1953.

JAPIASSU, Hilton. 1994. A questão da interdisciplinaridade. In: **Anais do seminário internacional sobre reestruturação curricular**. Secretaria Municipal de Educação, Porto Alegre, jul. 1994. Disponível em <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/interdisciplinaridade-japiassu.pdf> Acesso: 27 de fevereiro de 2021.

KLEIN, J. Ensino interdisciplinar: didática e teoria. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas. Papirus. 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. Estudos Históricos, 1992.

LACOSTE, Yves. **La géographie, ça sert d’abord à faire la guerre**. Paris. Maspéro. 1976.

LARAIA, Roque. **Cultura, um conceito antropológico**. Brasília. UNB. 2011.

LEAL, Victor N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo. Companhia das Letras. 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas. Editora Unicamp. 2003.

LIMA, Idelsuite de S. **A Abordagem do Ensino de História Local nos Livros Didáticos das Séries Iniciais**. 2013. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/perspectivas/anais/GT0801.htm>>. Acesso em 01 de janeiro de 2021.

LINS, Daniel. **Lampião, o homem que amava as mulheres**. São Paulo. Annablume. 2011.

LIRA, João G de. **Lampião: memórias de um soldado de volante**. Floresta- PE. Gráfica TDA. 2007.

MACEDO, Hélder A M de. De como se constrói uma História Local: aspectos da produção e da utilização no ensino de História. In; ALVEAL, Carmen M O; FAGUNDES, José E; ROCHA, Raimundo N A de. **Reflexões sobre História Local e produção de material didático**. Natal. EDUFRN. 2017.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo. Boitempo. 2010.

MELLO, Frederico P de. **Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo. A Girafa. 2004.

MODESTO, Mônica A; SANTOS, Tatiana F. **Perspectiva do ensino de história nos anos iniciais sob a égide de uma temática ambiental**. 2015. Disponível em <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/2151/446> Acesso em 29 de dezembro de 2020.

MONTEIRO, Roberto P. **O outro lado do cangaço: as forças volantes em Pernambuco: 1922 – 1938**. Recife. Ed. Do Autor. 2004.

MORIN, Edgard. Articular os saberes. In: ALVES, N.; GARCIA, R. L. **O sentido da Escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO JÚNIOR, Manoel C do; GUILLEN, Isabel C M. **História Local e Ensino de História: das reflexões conceituais à prática pedagógica**. VIII Encontro Estadual de História. ANPHU. Feira de Santana. 2016.

NASCIMENTO, José A. **Cangaceiros, Coiteiros e Volantes**. São Paulo. Ícone. 1998

NEMER, Sylvia. **Glauber Rocha e a Literatura de Cordel: uma relação intertextual**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007.

NETO, José M de S. **David Jurubeba, um herói nazareno**. Recife. Ed do Autor. 2004.

NEVES, Joana. **História local e construção da identidade social**. Saeculum., v 13, jan / dez. João Pessoa. 1997.

OLIVEIRA, Pêrsio S de. **Introdução à Sociologia**. São Paulo. Ática. 2010.

PAIM, Elison A; PICOLLI, Vanessa. Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios. In: **História e Ensino**, v. 13, set. 2017, p. 107 – 126. Londrina. 2017.

PERICAS, Luiz B. **Os cangaceiros**. Ensaio de interpretação histórica. São Paulo. Boi tempo. 2010.



PINTO, Maria Isaura. **O cordel do Brasil e o cordel de Portugal: possíveis diálogos.** Solettras. São Gonçalo– RJ. UERJ. 2009.

QUEIROZ, Maria I P de. **História do cangaço.** São Paulo. Global. 1997.

REVEL, J. A microanálise e a construção do social. In: \_\_\_\_\_ (org.) **Jogos de Escalas – a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

RODRIGUES DE CARVALHO, Cícero. **Sociologia do cangaço.** Rio de Janeiro. LUZ. 1974.

RODRIGUES DE CARVALHO, Cícero. **Serrote Preto: Lampião e seus sequazes.** Rio de Janeiro. Engedra. 1985.

RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história III, formas e funções do conhecimento histórico.** Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2010.

SÁ, Luiz C de L e. **Serra Talhada: 250 anos de história, 150 anos de emancipação política.** Serra Talhada – PE. Sertagráfica. 2001.

SÁ, Leonardo D de. **Os filhos do Estado: Autoimagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará.** Rio de Janeiro. Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política. 2003.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 09, no. 19. São Paulo: Anpuh / Marco Zero, set.1989.

SANTOS, Joaquim. J. M. dos. História do lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos.** Rio de Janeiro, vol. 9 (1): 105-24, jan.- abr. 2002.

SANTOS. Gilvan de M. **Escrituras Nômades do Cangaço: o folheto de cordel como signo motivador do cinema das décadas de 1950 e 1960.** Tese de Doutorado. João Pessoa: UFPB, 2009.

SCHIMIDT, Maria A; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2009.

SOARES, Cristiano E C. **Pereiras e Carvalhos: uma história da espacialização das relações de poder em Serra Talhada – PE.** Dissertação de Mestrado. PPGH / UFRN. Natal. 2015.

SOUZA, Anildomá W de. **Lampião: nem herói, nem bandido – a história.** Recife. GDM Gráfica. 2007.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2001.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (Org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VILLELA, Jorge M. **Cangaço e formação de bandos armados no sertão do estado de Pernambuco**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, PUCRS, Porto alegre, v.1, nº002, pp. 143 – 163. 2001

## APÊNDICE

## **CORDÉIS**

## HISTÓRIA E CANGAÇO (1)

**O século não há certeza**  
**Dizem ser o dezenove**  
 O tempo de acontecimento  
 Mas, não há como se prove  
**Certo é que foi no Sertão**  
**Nordestino, você anote**

Nesse espaço citado  
 No período oitocentista  
**Na transição do Império**  
**Pra República se avista**  
**Surgir o cangaceirismo**  
 Que ao crime se dedica

Acerca de sua origem  
 O tema se faz polêmico  
 Há quem o diga primeiro  
 Ter existido **endêmico**  
 Para somente depois  
 Ter se tornado **epidêmico**

O fato é que ocorreu  
 Dentro de um tempo cruel  
**Onde o Estado era “ausente”**  
 E o povo bebia fel  
 Somente prevalecendo  
**O querer do coronel**

As ações coronelísticas  
 Que ao povo causava dores  
 Gozavam impunidade  
 Porquanto os seus autores  
 Vivenciavam a chamada  
**Política dos Governadores**

Esse acordo citado  
 Foi escrito com a tinta  
 Que assina os conchavos  
 Feitos na suja política  
**Valeu da Velha República**  
**Até 1930**

As ações dos coronéis  
 E a impunidade gozada  
 Revelou-se **uma das causas**  
**Que produziu gente armada**  
 Que pra matar ou morrer  
**Conduziu-se organizada**

Uns querendo **vingança**  
 Duma desfeita sofrida  
 Outros buscando **refúgio**  
 Pra se esconder da justiça  
 Outros vendo no cangaço  
**Meio de ganhar a vida**

Assim se fez o Cangaço  
**No Nordeste, no Sertão**  
 Possuindo sua lei  
 Costume e tradição  
 Dele se pode dizer  
 Foi uma **instituição**

É preciso deixar claro  
 E comungar com o real  
**O caráter do Cangaço**  
**Era institucional**  
 Para que não se confunda  
 Com **Movimento Social**

Um Movimento Social  
 Deve ser logo dito  
 Deriva sua existência  
 De **forte embate político**  
 E luta pra defender  
**Interesse coletivo**

Não é visto no Cangaço  
**Bandeira** que anuncia  
 O pleitear uma **causa**  
 Muito menos **teoria**  
 Que confira ao cangaceiro  
 Viver **ideologia**

**Discursos** há que afirmam  
 Ser o Cangaço **insurreição**  
**Que confrontava o sistema**  
 Coronelístico de então  
 Sendo tríplice o seu lema:  
**Liberdade, terra e pão!**

Porém, anda **em contramão**  
**Desse discurso, a ciência**  
 Na verdade, **no cangaceiro**  
**Não se via consciência**  
**Política**, para ao sistema  
 Oferecer **resistência**

Pra sua sobrevivência  
 Possuir continuidade  
**Alianças construía**  
 No campo e na cidade  
**Buscando tirar proveito**  
**Para si**, eis a verdade

Pode-se observar  
 Que o cangaceiro, então  
**Querendo sobreviver**  
**Ia buscar proteção**  
 Exatamente em quem  
**Promovia a opressão**

É possível, afirmar  
 Isso, por **fonte fiel**  
**Escrita e não escrita**  
 E colocar num papel  
**Quem protegia cangaceiro**  
**Era o rico coronel**

Outra verdade também  
 É necessário falar  
**É discurso inventado**  
 Que se faz anunciar  
**Cangaceiro roubar ricos**  
**E com pobres partilhar**

Quem profere este discurso  
 À verdade causa mal  
 Porque vê no cangaceiro  
**Um personagem irreal**  
 Visto que o considera  
**Bandido social**

Na verdade, o cangaceiro  
**Vez por outra, o bem fazia**  
 E com parte dos seus roubos  
**Aos miseráveis assistia**  
 E assim, com o sertanejo  
**Boa imagem construía**

É preciso ter cuidado  
 Quando cangaço ensinar  
 Deixar de lado as fábulas  
**Os fatos priorizar**  
**Com cuidado ver as fontes**  
**Para não se enganar**

Falar de Antônio Silvino  
 Do famoso Lampião  
 De Corisco, o Diabo Louro  
**Exige-se dedicação**  
**À pesquisa e vigilância**  
**Deixar de lado a paixão**

A História a ser contada  
**Deve ser a científica**  
**Não desprezando o mito**  
**Que nas falas se verifica**  
**Priorizando o que É**  
 Assim, ninguém se complica

O ensino desta História  
 Ou de outra, no dia a dia  
 No chão da sala de aula  
 Deve se ter garantia  
 De se estar usando **método**  
 Apegar-se à **teoria**

**Ferreira Júnior**  
**“Arremedo de Poeta”**  
**03/01/2019.**



**APORTE BIBLIOGRÁFICO (CORDEL 1)**

CARR, Edward H. **Que é História?** Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2002. (21).

CARVALHO, José M de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** São Paulo. Civilização Brasileira. 2007. (6)

CHANDLER, Billy J. **Lampião: o rei dos cangaceiros.** Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2003. (18, 19).

CHIAVENATO, Júlio J. **Cangaço: a força do coronel.** São Paulo. Brasiliense. 1990. (15, 16, 17, 20).

FERREIRA JÚNIOR, José. **Serra Talhada X Triunfo: a disputa da memória de Lampião no médio Pajeú pernambucano.** Tese. PPGCS / UFCG. Campina Grande. 2014. (13, 14, 15, 16, 17).

GRUSPAN-JASMIN, Elise. **Lampião, senhor do sertão: vida e mortes de um cangaceiro.** São Paulo. Edusp. 2015. (3).

HOBBSAWN, Eric. **Bandidos.** São Paulo. Paz e Terra. 2010. (19)

LEAL, Victor N. **Coronelismo, enxada e voto.** São Paulo. Companhia das Letras. 2013. (4, 5).

LÖWI, Michel. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista.** São Paulo. Cortez. 2010. (12)

MELLO, Frederico P de. **Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil.** São Paulo. Girafa. 2004. (7, 8).

PERICAS, Luiz B. **Os cangaceiros.** Ensaio de interpretação histórica. São Paulo. Boi tempo. 2010. (13, 14, 15).

QUEIROZ, Maria I P de. **História do cangaço.** São Paulo. Global. 1997. (2, 3).

SANTOS, Pêrsio. **Introdução à Sociologia.** São Paulo. Atlas. 2004. (9, 10, 11).

## LAMPIÃO HISTÓRICO (2)

De família numerosa  
 Porém remediada  
 Foi Virgulino Ferreira  
 Sem ter vida destacada  
 Foi vaqueiro e artesão  
 E almocreve na estrada

Terceiro de cinco irmãos  
 Assim, como qualquer um  
 De sua época, vivia  
 Sem diferencial nenhum  
 Que o fizesse destacado  
 Um sertanejo comum

Com Antônio e Levino  
 João e Ezequiel  
 E ainda quatro irmãs  
 Era vivido o papel  
 De quem era camponês  
 Nada havia de cruel

A religiosidade  
 Como a qualquer catingueiro  
 Era-lhe traço marcante  
 Na fé, era verdadeiro  
 Cria em Nossa Senhora  
 E no “padim” do Juazeiro

No Sertão daqueles dias  
 E o que depois deles vêm  
 Não poucos sertanejos  
 E Virgulino também  
 Pra casa não levava  
 Desaforo de ninguém

Uma pequena questão  
 Levou a um desatino  
 Os três mais velhos Ferreira  
 Renortearam o destino  
 Não abaixaram a cabeça  
 Peitaram Zé Saturnino

Zé Saturnino pertencia  
 À família Nogueira  
 De gado e terra abastada  
 Superior à Ferreira  
 Foi o pivô da questão  
 Que findou em bandalheira

A questão iniciada  
 Não ficou a coisa à toa  
 Um acordo foi firmado  
 Por meio de outras pessoas  
 Os Ferreira foram embora  
 Pra morar em Alagoas

Ao sair de Pernambuco  
 Da forma que ocorreu  
 A matriarca Ferreira  
 No percurso, adoeceu  
 Mergulhou em depressão  
 Teve um infarto e morreu

Ao chegar em Alagoas  
 Em Santa Cruz do Deserto  
 A polícia alagoana  
 Sem Virgulino por perto  
 O seu pai, José Ferreira  
 Matou, e achou certo

Da polícia de Alagoas  
 Zé Lucena era sargento  
 Foi ele quem comandou  
 Soldados, naquele intento  
 Mandou matar Zé Ferreira  
 Sem ter arrependimento

A morte de Zé Ferreira  
 Causou enorme problema  
 Virgulino e seus irmãos  
 Vão tomá-la como emblema  
 Para enveredar no crime  
 Culpando, assim, Zé Lucena

A partir desse ocorrido  
Teve início o descompasso  
Os três mais velhos Ferreira  
Decidem, sem embaraço  
Retornar a Pernambuco  
E enveredar no cangaço

Diziam que em Pernambuco  
Estava a raiz do problema  
Diziam que Zé Saturnino  
Combinou com Zé Lucena  
Para matar Zé Ferreira  
E vingá-lo era o dilema

Chegando ao Pajeú  
A sua terra primeira  
Percebendo os três irmãos  
Que não era brincadeira  
Consumar sua vingança  
Juntam-se a Sinhô Pereira

Sinhô Pereira, à época  
Fez do cangaço atalho  
Representava a família  
Do crime fez agasalho  
Vivenciava uma guerra  
Com a família Carvalho

Por questão de casamento  
Nogueira e Carvalho eram um  
Assim, Pereira e Ferreira  
Sem temer perigo algum  
Tornam-se, então, aliados  
Contra um inimigo comum

É no bando de Sinhô  
Que em certa ocasião  
Virgulino, pois recebe  
O apelido Lampião  
E assim, será conhecido  
Por todo o imenso Sertão

De vingança, de refúgio  
 E também meio de vida  
 Eram os tipos de cangaço  
 Pra quem enfrentava a lida  
 O terceiro era um negócio  
 Pra uma vida atrevida

Pra Lampião, a vingança  
 Foi a porta de entrada  
 No cangaço, mas, depois  
 A coisa se fez trocada  
 Fez do cangaço um negócio  
 Pra ficar rico e mais nada

Em 1926  
 Esteve no Juazeiro  
 Onde deu entrevista  
 E de modo verdadeiro  
 Afirmou ser o cangaço  
 Meio de ganhar dinheiro

Lampião foi perguntado  
 O cangaço vai deixar?  
 Respondeu, pois, perguntando  
 A quem foi lhe entrevistar  
 O negócio estando bem  
 Você vai abandonar?

Patente de Capitão  
 Recebeu no Juazeiro  
 Dada pelo Padre Cícero  
 E assim, o cangaceiro  
 Dizia-se oficial  
 Do Exército brasileiro

Recebeu muito dinheiro  
 Armas novas e munição  
 Enfrentar a Coluna Prestes  
 Era a sua missão  
 Nunca enfrentou a Coluna  
 O astuto Lampião

Pra se manter no cangaço  
 Matando e Extorquindo  
 Ao povo caatingueiro  
 Promovendo o desatino  
 Dizia que só parava  
 Ao matar Zé Saturnino

A mesma coisa dizia  
 Pra continuar em cena  
 Que a vida no cangaço  
 Trazia dor e problema  
 Mas, dele só sairia  
 Se matasse Zé Lucena

A quem julgava culpados  
 De no cangaço estar  
 Lampião espertamente  
 Nunca os quis atacar  
 Mas jurava constantemente:  
 Um dia, vou lhes matar

Sabia, pois, Lampião  
 Se matasse os desafetos  
 Teria que o cangaço  
 Abandonar, por certo  
 Assim, nunca os enfrentou  
 Mesmo os tendo por perto

O tempo, então foi passando  
 E o seu reinado tétrico  
 Foi Lampião implantando  
 De muitos ganhando crédito  
 Por cerca de vinte anos  
 Usando o **escudo ético**

Por cerca de duas décadas  
 No cangaço, reinou Lampião  
 O seu cetro era o terror  
 Seu território o Sertão  
 O medo, a sua cartilha  
 A morte, sua Constituição

Assim, constitui-se engano  
 E até conto do vigário  
 Creditar a Lampião  
 O ser **revolucionário**  
 Que causa , pois defendia?  
 Tinha ideal libertário?

Pesquisas, pelo contrário  
 Mostram que Lampião  
 Compactuou com a elite  
 Nela buscou proteção  
 Subornou policiais  
 E se fez “Rei” no Sertão

Assim, sobre Lampião  
 Imprescindível é dizer  
 Foi filho de sua época  
 E a conjuntura soube ler  
 Agiu com sagacidade  
 Evitando, assim, morrer

Tinha onde se esconder  
 Decidia, quando brigar  
 Armas e munição farta  
 Pôde contrabandear  
 Sobre os planos das volantes  
 Coiteiros pra lhe informar

É certo que subornar  
 Toda Polícia não deu pé  
 Lampião sofreu arrocho  
 Mostram as fontes a quem quiser  
 De volantes destemidas  
 Dentre elas, a de Nazaré

Isto eu posso até  
 Contar em versos adiante  
 Nestes versos quis mostrar  
 Como de forma incessante  
 Lampião se articulou  
 Para parecer gigante.

**Ferreira Júnior**  
**“Arremedo de Poeta”**  
**05/012/2019.**

## APORTE BIBLIOGRÁFICO (CORDEL 2)

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M de. **Quem é frouxo não se mete**: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. São Paulo. Projeto História. Nº 19. 1999.

ASSUNÇÃO, Moacir. **Os homens que mataram o facínora**: a história dos grandes inimigos de Lampião. Rio de Janeiro. Record. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo. Editora Perspectiva. 2006.

CHANDLER, Billy J. Lampião, o rei dos cangaceiros. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1980.

CHIAVENATO, Júlio J. **Cangaço**: a força do coronel. São Paulo. Brasiliense. 1990.

FERREIRA JÚNIOR, José. **A apropriação da memória lampiônica como elemento de construção da identidade de Serra Talhada**. Dissertação de Mestrado. PPGCS/UFCG. Campina Grande-PB. 2010.

FERREIRA JÚNIOR, José. **Serra Talhada X Triunfo**: a disputa da memória de Lampião no Médio Pajeú pernambucano. Tese. UFCG/PPGCS. Campina Grande. 2014.

FERREIRA JÚNIOR, José. **Cangaço**: proto-revolucionários? 2016. Disponível em <http://www.esquerdadiario.com.br/Cangaço-Protorrevolucionario>

GRUSPAN-JASMIN, Elise. **Lampião, senhor do sertão**: vida e mortes de um cangaceiro. São Paulo. Edusp. 2015.

LEÃO, Aroldo F. **Lampião**: um estudo de buscas e essências. Recife. Bagaço. 2012.

LINS, Daniel. **Lampião, o homem que amava as mulheres**. São Paulo. Annablume. 1997.

LIRA, João G de. **Lampião**: memórias de um soldado de volante. Floresta. TODA Gráfica. 1997.

MELLO, Frederico P de. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo. Girafa. 2004.

MELLO, Frederico P de. **Quem foi Lampião**. Recife. Editora Atahli. 1993

MOURA, Paulo. **Lampião, a trajetória de um rei sem castelo**. Recife. Asnai editora. 2008.

PERICÁS, Luiz B. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo. Boitempo. 2010.

RODRIGUES DE CARVALHO, Cícero. **Sociologia do Cangaço**. Rio de Janeiro. Editora Rio de Janeiro. n/d.

RODRIGUES DE CARVALHO, Cícero. **Serrote Preto**: Lampião e seus sequazes. São Paulo. Sedegra. 1974.



SÁ, Luiz C de L e. **Serra Talhada**: 250 anos de história, 150 anos de emancipação política. Serra Talhada – PE. Sertagráfica. 2001.

SOARES, Cristiano E C. **Pereiras e Carvalhos**: uma história da espacialização das relações de poder em Serra Talhada – PE. Dissertação de Mestrado. PPGH / UFRN. Natal. 2015.

### LAMPIÃO, CHEFE DE CANGACEIROS (3)

Depois de uma série de lutas  
 Muitos mortos na esteira  
 Enfrentando os Carvalho  
 Resolve Sinhô Pereira  
 Deixar, em 1922  
 A terra pajezeira

Atendendo ao pedido  
 Do padre Cícero, Sinhô  
 Abandonou o cangaço  
 E para Goiás rumou  
 Porém, praticando crimes  
 Seu bando continuou

Porém, antes de ir embora  
 Do seu bando a liderança  
 Sinhô passou a Lampião  
 Demonstrando confiança  
 E com o seu liderado  
 Firmou ele uma aliança

Sinhô chamou Lampião  
 Para uma conversa derradeira  
 E fez Lampião jurar  
 Que nem mesmo por brincadeira  
 Um dedo levantaria  
 Contra a família Pereira

Lampião, então jurou  
 E firmou-se a aliança  
 Sinhô se foi pra Goiás  
 O bando fez sua andança  
 Pelos sertões nordestinos  
 Lampião na liderança

Dizia, pois, Lampião  
 Sobre seu ex-comandante  
 Que com ele aprendeu  
 Tática beligerante  
 Que aplicou em sua vida  
 De cangaceiro errante

A promessa feita a Sinhô  
 Lampião cumpriu inteira  
 Dezesesseis anos no cangaço  
 Vez, não houve a primeira  
 Que levantasse um dedo  
 Contra qualquer um Pereira

Esse agir de Lampião  
 Em si mesmo encerra  
 Que gozava proteção  
 E refúgio em sua guerra  
 E sua luta por igualdade  
 É mentira, cai por terra

Lampião, em seu agir  
 Revelava-se pragmático  
 A fim de manter-se vivo  
 Usava de senso prático  
 Estabelecendo aliança  
 Com quem lhe fosse simpático

Percebe-se sua astúcia  
 Com os coronéis, tinha acordo  
 Oficinas da Polícia  
 Mantinha sob suborno  
 E ao catingueiro pobre  
 Aterrorizava o em torno

Uma rede de informantes  
 Sempre o mantinha informado  
 E sabendo de antemão  
 O que estava planejado  
 Das volantes escapulia  
 E só brigava obrigado

Dessa forma, Lampião  
 Implantou o seu “reinado”  
 Nada de anormal havia  
 Tudo era planejado  
 E nos Sertões nordestinos  
 Tornou-se, pois, afamado.

**APORTE BIBLIOGRÁFICO (CORDEL 3)**

CHIAVENATO, Júlio J. **Cangaço**: a força do coronel. São Paulo. Brasiliense. 1990.

LIRA, João G de. **Lampião**: memórias de um soldado de volante. Floresta. TODA Gráfica. 1997.

MELLO, Frederico P de. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo. Girafa. 2004.

MELLO, Frederico P de. **Quem foi Lampião**. Recife. Editora Atahli. 1993

MOURA, Paulo. **Lampião, a trajetória de um rei sem castelo**. Recife. Asnai editora. 2008.

## LAMPIÃO EM JUAZEIRO DO NORTE (4)

Em um período conturbado  
 Mostra a história, é verdade  
 De insatisfação militar  
 De levantes nas cidades  
 Governava o Brasil  
 Artur da Silva Bernardes

Era formado em Direito  
 E em Ciências Sociais  
 Atuou no jornalismo  
 Preparado por demais  
 Chefe político em Viçosa  
 Estado de Minas Gerais

Deputado Federal  
 Gozando dois mandatos  
 Também foi governador  
 Declarava-se preparado  
 Pra presidir o país  
 E lançou-se candidato

Nessa época, no Brasil  
 A elite no deleite  
 São Paulo e Minas Gerais  
 Tinham o poder como enfeite  
 Prevalecia a Política  
 Chamada Café-com-leite

Artur Bernardes, assim  
 Chega ao ápice da carreira  
 Candidato a Presidente  
 Vitoriou, de primeira  
 Tornando-se representante  
 Da oligarquia Mineira

Eleito, então, presidente  
 Males veio a experimentar  
 Não contava com o apoio  
 Político militar  
 Dois levantes tenentistas  
 Teve, então, que enfrentar

O primeiro em 1922  
 Chamado “18 do Forte”  
 Deu-se no Rio de Janeiro  
 Terminou com muitas mortes  
 Dos 18 componentes  
 Dois escaparam, por sorte

O segundo, em 1924  
 Tendo em São Paulo ocorrido  
 Embora as tropas legais  
 Tenham o levante vencido  
 O desfecho que viria  
 Por ninguém era previsto

Uma coluna paulista  
 Marchou para o Paraná  
 E lá, em Foz do Iguaçu  
 Com outra foi se encontrar  
 Juntas, as duas, coluna  
 Nova vieram a formar

A partir desse momento  
 Bernardes tem duro teste  
 Porque passa a existir  
 E caminhar pelo Nordeste  
 Uma coluna de homens  
 Chamada Coluna Prestes

De um lado, Miguel Costa  
 Noutro, Luis Carlos Prestes  
 Entre 1925  
 E 1927

Falaram contra Bernardes  
 Passando pelo Nordeste

Bernardes, em desespero  
 Com Floro Bartolomeu  
 Deputado cearense  
 Um plano, então, concebeu  
 E um Batalhão Patriótico  
 Desse acordo nasceu

Seria de dois mil homens  
 O Patriótico Batalhão  
 Dois mil contos de réis  
 Dois mil fuzis e munição  
 Bernardes disponibilizou  
 E exigiu de Floro, ação

Assim, Floro Bartolomeu  
 Prevenindo-se com seus pares  
 Protegeu o Juazeiro  
 Pôs quartel em Campo Sales  
 Mas, a Coluna cruzou  
 O Ceará sem sofrer males

Então, dos latifundiários  
 Floro recebeu pressão  
 Diziam que “os comunistas”  
 Fariam Revolução  
 Imediatamente exigiram  
 Estratégia e ação

Floro Bartolomeu  
 Sofrendo grande pressão  
 No Juazeiro do Norte  
 Tomou uma decisão  
 Depois de conferenciar  
 Com o Padre Cícero Romão

Depois dessa conferência  
 Mostrando-se o tempo caótico  
 Floro e o Padre Cícero  
 Anunciaram plano exótico  
 O alistamento de Lampião  
 No Batalhão Patriótico

Por que tiveram essa ideia  
 Não dá para adivinhar  
 Talvez, por ser Lampião  
 Hábil nas armas e andar  
 Facilmente na caatinga  
 E rápido se deslocar

Outra possibilidade  
Que se pode ter em vista  
Seria a de Lampião  
Ter sido oportunista  
Querer juntar-se à Coluna  
Em oposição governista

Porém, isso são conjecturas  
Afirmo logo a vocês  
O certo é que Lampião  
De rogado não se fez  
E chegou ao Juazeiro  
Em 1926

Chegou, depois que lhe foi  
Feita a convocação  
Por carta aconteceu  
E chegou às suas mãos  
Escrita por Floro Bartolomeu  
E concordou Lampião

Mas, o deputado Floro  
Logo depois que escreveu  
A carta a Lampião  
De um mal adoeceu  
Foi para o Rio de Janeiro  
Lá, piorou e morreu

Conta-se que Lampião  
Quando a Barbalha chegou  
Demovê-lo da ideia  
O padre Cícero tentou  
Porém, o Rei do Cangaço  
Voltar atrás, não aceitou

Decidido, Lampião  
Dirigiu-se ao Juazeiro  
Quando entrou na cidade  
Deu esmola aos romeiros  
E alvo de atenção  
Tornou-se o tempo inteiro



Padre Cícero decidiu  
 E ordenou ao delegado  
 Da cidade de Juazeiro  
 Que ficasse sossegado  
 E que nenhum cangaceiro  
 Fosse ali molestado

Lampião, por sua vez  
 Deu ordens aos cangaceiros  
 Que guardassem suas armas  
 E comportamento ordeiro  
 Tivessem e na cidade  
 Não molestassem os romeiros

Na casa de João Mendes de Oliveira  
 Na verdade, um sobrado  
 Atualmente, no centro  
 Da cidade, localizado  
 Lampião se hospedou  
 Ali, ficou alojado

Otacílio de Macedo  
 Médico na cidade do Crato  
 Dirigiu-se a Juazeiro  
 E procurou o sobrado  
 Perguntou se Lampião  
 Queria ser entrevistado

Lampião respondeu sim  
 Por vaidade ou por ócio  
 Afirmou que o cangaço  
 Para ele era um negócio  
 Que respeitava juízes  
 E quem exercia sacerdócio

O que disse em entrevista  
 O que se fez anotado  
 Por Otacílio Macedo  
 A Fortaleza foi enviado  
 E no jornal “O Ceará”  
 Fez-se, então, publicado

O padre Cícero queria  
De Lampião se livrar  
Um funcionário federal  
Mandou, então, convocar  
Pedro Albuquerque Uchoa  
Pra documento assinar

Pedro Albuquerque Uchoa  
Agrônomo de profissão  
No ministério da Agricultura  
Possuía lotação  
Foi ele quem assinou  
A patente de Lampião

Desesperado de medo  
Pelo padre autorizado  
Pedro Albuquerque Uchoa  
Fez documento firmado  
Mediante o qual Lampião  
Foi Capitão declarado

Concedeu também patentes  
Para outros cangaceiros  
Deu-se também a Lampião  
Armas novas, muito dinheiro  
Munição novinha em folha  
Recebeu no Juazeiro

A patente de capitão  
Legalmente analisada  
Era em si mesma ridícula  
Não tinha valor de nada  
Eu penso que Lampião  
Disso já desconfiava

Assim, pelo Padre Cícero  
Depois de abençoado  
Lampião deixa a cidade  
Mais rico e mais bem armado  
Nunca se soube ter ele  
A Coluna Prestes enfrentado

Quando chegou a Jati  
 Desconfiado, o “Capitão”  
 Quis saber como seria  
 Recebido em seu torrão  
 À bala, mandaram-lhe dizer  
 Seu conterrâneos, então

Isso foi o bastante  
 Pra Lampião concluir  
 O que se fez em Juazeiro  
 Para nada iria servir  
 Pois nenhuma autoridade  
 Sua patente iria garantir

Dessa forma resolveu  
 No cangaço continuar  
 E no governo de Artur Bernardes  
 Então, a perna passar  
 E, a partir de então  
 Como Capitão assinar

Os 12 anos restantes  
 Em que na Terra viveu  
 Quando em Poço Redondo  
 Na gruta de Angico morreu  
 O Capitão Virgulino  
 A caatinga conheceu

A ida de Lampião  
 À cidade de Juazeiro  
 Trouxe para o Padre Cícero  
 Problemas o tempo inteiro  
 Que por muitos foi chamado  
 Protetor de cangaceiro

Em defesa do Padre Cícero  
 Muitos têm se levantado  
 Dizendo que o “Padim”  
 Precisa ser desculpado  
 Que Floro Bartolomeu  
 Foi o único culpado

Uma pergunta se faz  
 Não é possível calar  
 Se Floro estava morto  
 Por que o plano levar  
 Adiante e o Padre Cícero  
 Não poderia recuar?

Afirmar que não o fez  
 Com medo de Lampião  
 É história pra boi dormir  
 Não me faça rir, patrão  
 O que mais tinha em Juazeiro  
 Era jagunço de plantão

Outra coisa, afirmar  
 Ser a Coluna Prestes comunista  
 Era ser reacionário  
 Em História curto da vista  
 Pois nesse momento Prestes  
 Nem mesmo era marxista

Assim, o que se viu  
 Em 1926  
 No Juazeiro do Norte  
 É simples, digo a vocês  
 Dinheiro público no lixo  
 E o povo sem voz e sem vez

Aqui, findo minha narrativa  
 Sobre esse fato notório  
 Envolvendo um cangaceiro  
 Um presidente irrisório  
 Um deputado e um padre  
 Num acontecimento histórico

Não culpo, nem inocento  
 O padre Cícero Romão  
 Ajo como historiador  
 Analiso o fato, então  
 Só sei que no Juazeiro  
 Um sanguinário cangaceiro  
 Transformou-se em “Capitão”.

**Ferreira Júnior**  
**“Arremedo de Poeta”**  
**01/01/2020.**

**APORTE BIBLIOGRÁFICO (CORDEL 4)**

EDUCABRAS. **O governo de Artur Bernardes.** Disponível em [https://www.educabras.com/ensino\\_medio/materia/historia/historia\\_do\\_brasil/aulas/o\\_governo\\_de\\_artur\\_bernardes](https://www.educabras.com/ensino_medio/materia/historia/historia_do_brasil/aulas/o_governo_de_artur_bernardes)

FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano: sociedade e instituições.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1994.

FERREIRA JÚNIOR, José. **A idealização do embate Lampião X Coluna Prestes: crise conjuntural na Velha República.** 2016. Disponível em <http://www.esquerdadiario.com.br/A-idealizacao-do-embate-Lampiao-X-Coluna-Prestes-crise-conjuntural-na-Velha-Republica>.

MAESTRI, Mário. **Uma história do Brasil República.** São Paulo. Contexto. 2001.

## A LONGEVIDADE DE LAMPIÃO (5)

Por quase vinte anos  
 No Nordeste, no Sertão  
 Nômade e praticando  
 Assassinatos, extorsão  
 Perseguido por volantes  
 Assim viveu Lampião

Diante disso, questão  
 Levanta-se, pois entender  
 Como longa duração  
 Pôde, então, empreender  
 No cangaço, Lampião  
 Quem pesquisa quer saber

Como pôde se fazer  
 No espaço de sete Estados  
 Agindo com liberdade  
 Sem pela Lei ser barrado  
 Fazendo e desfazendo  
 Um só homem seu reinado?

Está, pois, cristalizado  
 No ideário popular  
 Lampião tinha proteção  
 Do “padim” do Ceará  
 E era sabedor de rezas  
 Que o faziam envultar

Também se faz escutar  
 Pelos mais velhos falado  
 Lampião também sabia  
 Rezar o rosário apressado  
 Sabia o credo “azavesso”  
 E tinha o corpo fechado

Tendo assim se comportado  
 Lampião sobreviveu  
 A combates com as Volantes  
 Sumiu, reapareceu  
 E, só porque quebrou preceitos  
 Abriu o corpo e morreu

Mas, o que de fato ocorreu  
 As pesquisas vão mostrar  
 Lampião, pra ficar vivo  
 Teve que se articular  
 Com a elite de sua época  
 E rede de informantes montar

Veio a compactuar  
 Com coronéis e com gente  
 Que deveria persegui-lo  
 E, de maneira inteligente  
 Subornou policiais  
 De baixa e alta patente

Também se fez recorrente  
 Em seu agir cangaceiro  
 Permanecer informado  
 Das volantes, o paradeiro  
 Para isso utilizando  
 Sua rede de coiteiros

Também lhe foi costumeiro  
 Pra manter-se obedecido  
 Usar da perversidade  
 Tornando-se, assim, temido  
 Ou a prática de esmolas  
 E, por muitos, ser querido

Assim, então, protegido  
 Da elite terratenente  
 Por consenso ou por força  
 Dominando toda a gente  
 No cangaço, Lampião  
 Tornou-se um sobrevivente

Desse modo, inconsequente  
 É quem afirma ter sido  
 Somente por orações  
 Lampião, pois, protegido  
 E, por quase vinte anos  
 No cangaço ter vivido

**Ferreira Júnior**  
**“Arremedo de Poeta”**  
**04/01/202**

**APORTE BIBLIOGRÁFICO (CORDEL 5)**

CHIAVENATO, Júlio J. **Cangaço**: a força do coronel. São Paulo. Brasiliense. 1990. (15, 16, 17, 20).

FERREIRA JÚNIOR, José. **Serra Talhada X Triunfo**: a disputa da memória de Lampião no médio Pajeú pernambucano. Tese. PPGCS / UFCG. Campina Grande. 2014. (13, 14, 15, 16, 17).

MELLO, Frederico P de. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo. Girafa. 2004.

QUEIROZ, Maria I P de. **História do cangaço**. São Paulo. Global. 1997.



## LAMPIÃO E A RELIGIÃO (6)

Antes de ser cangaceiro  
 E se tornar Lampião  
 Como quase toda a gente  
 Habitante do Sertão  
 Virgulino era católico  
 Tinha fé e devoção

Ia à missa e comunhão  
 Tomava e a Deus louvores  
 Emitia, da fé católica  
 Defendia os valores  
 Sua madrinha de batismo  
 Foi Nossa Senhora das Dores

Antes que os dissabores  
 Do crime viesse provar  
 E que da senda da lei  
 Fora passasse a andar  
 Exercia Virgulino  
 A sua fé singular

Assim, a respeitar  
 O clero por inteiro  
 Revelava-se devoto  
 Do “padim” do Juazeiro  
 O que dizia o Padre Cícero  
 Acreditava por inteiro

Quando se fez cangaceiro  
 Levou em seu coração  
 O que em casa aprendeu  
 A fé e a devoção  
 Continuou a praticar  
 Ao se tornar Lampião

Ao bando, impunha, então  
 Jejum e abstinência  
 Rezas ao nascer do dia  
 Culto ao santo de valença  
 Cada cabra comandado  
 Exercia sua crença

Sila teve convivência  
Com o chefe cangaceiro  
Disse que ele tinha o hábito  
De janeiro a janeiro  
O Ofício de Nossa Senhora  
Rezar com o bando inteiro

Rezar era o primeiro  
Ato, depois de acordar  
Isso, se não houvesse volante  
Por perto, para atacar  
Sem contar que cada cabra  
Tinha o seu patuá

Essa prática de rezar  
Da reza simples a mais “fina”  
Lampião executou  
No cumprir de sua sina  
Inclusive, sabia a reza  
Da Pedra Cristalina

Assim, a todos fascina  
Em meio à perversidade  
Cometida por Lampião  
Que agia sem piedade  
Poder se observar  
Tão grande religiosidade!

**Ferreira Júnior**  
**“Arremedo de Poeta”**  
**04/01/2021.**

**APORTE BIBLIOGRÁFICO (CORDEL 6)**

CLEMENTE, Marcos E de A. O cangaço e a representação mística de Lampião. In: **Revista Ponta de Lança**. São Cristóvão – SE. 2018.

FERREIRA JÚNIOR, José. Cangaço e fé. In SOUZA, Anildomá W de. **Nas pegadas de Lampião**. Serra Talhada. Esdras Graphic. 2004.

FERREIRA JÚNIOR, J. Religião no cotidiano cangaceiro: representações e práticas. In: **II Congresso Nacional do Cangaço e III Semana Regional de História do CFP/UFCEG**, 2011, Cajazeiras - PB. EDUFCEG, 2011. p.303-309.

LIMA, Geral de O S. A figura mítica de Lampião: construção e veiculação de memórias. In: **Revista Ponta de Lança**. São Cristóvão – SE. 2018.

LINS, Daniel. **Lampião, o homem que amava as mulheres**. São Paulo. Annablume. 1997.

SOUZA, Ilda R de. **Sila: memória de guerra e paz**. Recife. Editora da UFPE. 1995.

## LAMPIÃO E OS NAZARENOS (7)

Entre Floresta e Serra Talhada  
 Em Pernambuco, no Sertão  
 De grande valor Histórico  
 Há uma povoação  
 De onde saíram homens  
 Pra perseguir Lampião

A História desse chão  
 Está aberta a quem quiser  
 Valentia é sua marca  
 Seja em homem ou mulher  
 Chama-se a povoação  
 Vila de Nazaré

Essa vila foi até  
 Espaço onde Virgulino  
 Antes de ser Lampião  
 Com seus irmãos, indo e vindo  
 Desfrutaram amizades  
 Nenhum problema existindo

Porém, o tempo indo  
 Passando, uma questão  
 Surgiu entre os nazarenos  
 E, o agora Lampião  
 Pois este invadiu a vila  
 Causando perturbação

Deu-se numa ocasião  
 Contrária ao desfavor  
 Era um dia festivo  
 E Lampião aprontou  
 Quando do casamento  
 De sua prima, Licor

A ordem desrespeitou  
 Dando tiros para o ar  
 Isso foi suficiente  
 Pra intriga começar  
 E Lampião agora ter  
 Homens pra lhe enfrentar

Estava o diferenciar  
 Dos novos perseguidores  
 O fato dos nazarenos  
 Como Lampião, serem atores  
 Do mesmo drama funesto  
 Do mesmo circo de horrores

Assim, os desfavores  
 Chegaram ao Rei do Cangaço  
 Gente que o conhecia  
 Estava em seu encalço  
 A raiva vestia farda  
 A Lampião não dava espaço

Assim, por todo pedaço  
 Onde andava Lampião  
 Principalmente em Pernambuco  
 Sossego não tinha não  
 Os nazarenos em seus tacos  
 Doidos pra lhe botarem as mãos

Nessa tresloucada ação  
 Os nazarenos sem teto  
 Varavam a rude caatinga  
 Sem estar de casa perto  
 Foi um dos seus comandantes  
 Manoel de Souza Neto

Deve-se registrar o certo  
 Manoel Neto não se encerra  
 Os valentes nazarenos  
 Que a Lampião fizeram guerra  
 Também lutaram os Flor  
 Junto com os Jurubeba

Mesmo que na refrega  
 A morte de Lampião  
 Tenha pertencido a outro  
 A glória, isso não  
 Retira dos nazarenos  
 O brilho de sua ação.

**Ferreira Júnior**  
**“Arremedo de Poeta”**  
**02/04/2021**

**APORTE BIBLIOGRÁFICO (CORDEL 7)**

ALBUQUERQUE, André C de. **Capitães do fim do mundo**: as tropas volantes pernambucanas (1922 – 1938). Rio de Janeiro. Autografia. Recife. EDUPE. 2016;

LIRA, João G de. **Lampião**: memórias de um soldado de volante. Floresta. TODA Gráfica. 1997.

NETO, José M de S. **Davi Jurubeba**: um herói nazareno. Recife. Editora do Autor. 2004.

## LAMPIÃO: O FINAL EM ANGICO (8)

Aconteceu em Sergipe  
 Poço Redondo, a cidade  
 Dentro da fazenda Angico  
 Uma gruta, a localidade  
 Onde foi realizado  
 Ato de barbaridade

Lampião estava “acoitado”  
 Com mais de trinta cangaceiros  
 Afirmava estar seguro  
 Dizia ser seu terreiro  
 Porém, sofreu traição  
 Feita por um coiteiro

Pedro de Cândido é o nome  
 Do coiteiro traidor  
 Que sob muita tortura  
 Que a Polícia lhe aplicou  
 Do amigo Lampião  
 O coito, então, delatou

Em 28 de julho  
 De 1938  
 A volante alagoana  
 À noite, cercou o coito  
 E, antes de amanhecer  
 Lampião estava morto

Onze corpos insepultos  
 Todos decapitados  
 Nove homens, duas mulheres  
 Assim foram encontrados  
 E, por gente do lugar  
 Foram, depois sepultados

João Bezerra, o comandante  
 Da volante, em campanha  
 Expôs as onze cabeças  
 Demonstrando sua sanha  
 Na calçada da prefeitura  
 Da cidade de Piranhas

Depois, realizou-se  
 Uma excursão macabra  
 Nas cidades que passava  
 As cabeças eram mostradas  
 Em latas de querosene  
 Todas eram conservadas

Lá, em Palmeiras dos Índios  
 Numa praça estacionou  
 Ao povo reunido  
 As cabeças se mostrou  
 Esse horroroso espetáculo  
 Meu avô presenciou

Chegou, para João Bezerra  
 Mídia, aplauso e fama  
 Até livro escreveu  
 Da glória, deitou na cama  
 Importante pra quem tinha  
 O nome atolado na lama

João Bezerra era acusado  
 De praticar corrupção  
 Gente da própria Polícia  
 Dizia, na ocasião  
 Que munição fornecia  
 Ao amigo Lampião<sup>55</sup>

Diz Davi Jurubeba<sup>56</sup>  
 Em um livro publicado  
 João Bezerra e Lampião  
 Jogavam cartas, apostado  
 Perseguidor e perseguido  
 Viviam “acoloitados”<sup>57</sup>

O fato é que João Bezerra  
 Nada se tendo provado  
 Recebeu promoção  
 Do governo do Estado  
 E já era coronel  
 Quando foi aposentado

---

<sup>55</sup> ASSUNÇÃO (2007);

<sup>56</sup> Um dos nazarenos que perseguiu Lampião em Volante;

<sup>57</sup> NETO (2004);



Hoje, está dividida  
 Sobre ele, opinião  
 Uns dizem ter sido herói  
 Outros afirmam que não  
 E que, a exemplo de outros  
 Viveu na corrupção

Agora, vamos voltar  
 Ao começo do que digo  
 Àquilo que aconteceu  
 Lá na grotta de Angico  
 Porque, como historiador  
 O passado eu investigo

A versão oficial  
 Afirma ter existido  
 Antes do dia raiar  
 Um tiroteio renhido  
 E a Polícia, enfim  
 A Lampião ter vencido

Mas, outro falar existe  
 E se encontra publicado  
 Que no macabro local  
 Urubus foram encontrados  
 Muitos estavam mortos  
 Outros desorientados<sup>58</sup>

Diz Davi Jurubeba  
 Que mesmo sendo enxotado  
 O urubu permanecia  
 No chão, aterrissado  
 Quando o correto seria  
 O urubu ter voado

Diante, pois, desse quadro  
 Um discurso é formado  
 Afirmando que houve tiros  
 Só de um lado disparado  
 Visto que os cangaceiros  
 Tinham sido envenenados

---

<sup>58</sup> NETO (2004);

Se o envenenamento  
Então, for considerado  
È provável ter sido arsênico  
Na bebida misturado  
E pra grota de Angico  
Por Pedro de Cândido levado

Se assim aconteceu  
Pagou o preço Lampião  
De pautar na **experiência**  
O seu agir, sua ação  
Acreditar que o de sempre  
Haveria continuação <sup>59</sup>

Ou seja, Lampião  
Já estava acostumado  
De por ali transitar  
E em nada ser molestado  
Tendo como protetor  
O interventor do Estado <sup>60</sup>

Do lado de Alagoas  
Comandada por João  
Bezerra, era a volante  
Que havia na ocasião  
E mal algum lhe faria  
Entendia Lampião

Assim, o Rei do Cangaço  
Que sempre foi desconfiado  
Por Corisco e Zé Sereno  
Desprezou ser alertado  
E por Maria e Sila  
Não quis ser incomodado

Zé Sereno e Corisco  
Alertaram a Lampião  
Coito de uma entrada só  
Era complicação  
Se o coito fosse atacado  
Não haveria salvação

---

<sup>59</sup> KOSELLEK (2014);

<sup>60</sup> MELLO (2004); ASSUNÇÃO (2007);

Maria e Sila disseram  
 Ao tranquilo Lampião  
 Que longe, viram uma luz  
 Piscando na escuridão  
 É somente um vaga-lume  
 Disse rindo o capitão

Lampião se confiava  
 Em sua **experiência**  
 Para os alertas chegados  
 Mostrou sua indiferença  
 Dizia estar seguro  
 Demonstrando **prepotência** <sup>61</sup>

Em Teoria da História  
 Diz historiador alemão  
**A experiência surge**  
**De fatos em repetição**  
 Promovendo a seu vivente  
**Cegueira e acomodação** <sup>62</sup>

A cegueira se refere  
 Resistir à novidade  
 Acreditando que tudo  
 Goza de perenidade  
 Que se está de todo ausente  
 Da vulnerabilidade

Esse erro Lampião  
 Pagou caro, ao cometer  
 Acreditou que **seu tempo**  
 Iria se elastecer  
 De maneira infinita  
 Sem nada lhe acontecer

Desprezou o capitão  
 A mudança, o renovo  
 Que ocorria no Brasil  
 Aí está seu estorvo  
 Desprezando o poder  
 Que havia no **Estado Novo** <sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> KOSELLEK (2014, p. 24);

<sup>62</sup> (*Idem*);

<sup>63</sup> Período que vai de 1937 a 1945, governado ditatorialmente por Getúlio Vargas;

Quando Vargas deu o golpe  
Implantando o estadonovismo

**Desejava acabar  
Logo com o federalismo**<sup>64</sup>

Desarmar os coronéis  
Por fim ao cangaceirismo

Ataque ao coronelismo  
Vargas esforços não mediu  
Mandou prender coronéis  
Com outros, sua força uniu  
Dessa forma, o Cangaço  
Em grande vazio caiu

Getúlio determinou  
Acabar com Lampião  
Aos interventores de Estado  
Disse logo, de antemão  
Para extirpar da Polícia  
Toda e qualquer corrupção

Dessa forma, o que se viu  
Foi um modelo de ação  
Querendo que o Estado Novo  
Tivesse apoio da nação  
Isso estava bem claro  
Quem não viu foi Lampião

Num mesmo espaço de tempo

**Duas temporalidades  
Podem juntas existir  
Com diferentes velocidades**<sup>65</sup>

A mais rápida vencerá  
Da outra, fica a saudade

Diante da circunstância  
Que no Brasil se instalou  
Mudando as coisas no tempo  
Lampião ignorou  
Permaneceu **noutro tempo**  
Foi isso que o matou

**Ferreira Júnior  
“Arremedo de Poeta”  
06/01/2020.**

---

<sup>64</sup> FERREIRA JÚNIOR (2016);

<sup>65</sup> KOSELLEK (2014);

**APORTE BIBLIOGRÁFICO (CORDEL 8)**

ASSUNÇÃO, Moacir. **Os homens que mataram o facínora**. Rio de Janeiro. Record. 2007;

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Rio de Janeiro. Contraponto: PUC – Rio. 2014.

MELLO, Frederico P de. **Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo. Girafa. 2004.

FERREIRA JÚNIOR, José. **O Estado Novo e o anacronismo oligárquico regional**. Esquerda Diário, 23 de setembro de 2016. Disponível em <<<https://www.esquerdadiario.com.br/O-Estado-Novo-e-o-anacronismo-oligarquico-regional>>>.

NETO, José M de S. **Davi Jurubeba: um herói nazareno**. Recife. Editora do Autor. 2004.